



# **MENSAGEM**



OF.GG/SL 294

Porto Alegre, 15 de setembro de 2008.

Senhor Presidente:

Ao enviar a essa Egrégia Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul a Proposta Orçamentária 2009 dos Poderes e Órgãos, cumpre não apenas prestar um dever constitucional, mas renovar o compromisso com a transparência e a determinação em aplicar todos os instrumentos de política pública para vencer a crise fiscal e estruturar as condições para um processo de desenvolvimento e crescimento sustentável para o nosso Estado.

Nosso objetivo, desde o primeiro dia do nosso governo, foi enfrentarmos sem descanso os problemas estruturais que, há décadas, afligem o Rio Grande. Comunicamos que já podem ser constatados significativos resultados positivos, o que referenda a estratégia utilizada para concretizar o caminho do desenvolvimento sustentável e justifica o entusiasmo de continuarmos a trabalhar pelo cumprimento do dever de governar.

Após mais de 40 anos de déficit estrutural, que reduziu crescentemente a nossa capacidade de investir para acompanhar o ritmo requerido de desenvolvimento necessário para a sustentação e melhoria da qualidade de vida de nossa gente, a presente proposta apresenta um orçamento com déficit zero, mostrando de forma analítica o trabalho a ser executado pela Administração Pública no ano de 2009. Nele está previsto o equilíbrio orçamentário, resultado de receitas e despesas totais de R\$ 28,6 bilhões.

Quando da elaboração da LDO de 2009, os Poderes e Órgãos constituídos deste Estado já haviam firmado acordo prévio com o Poder Executivo para o reajustamento de seus orçamentos, tendo sido partícipes ativos da realização da meta de equilibrar as finanças estaduais. Assim, as dotações consignadas estão em consonância com o objetivo maior do Estado, remetendo-nos para a retomada firme da capacidade de investimento do Rio Grande do Sul e para a prestação de melhores serviços públicos ao conjunto do povo gaúcho.

Ao Excelentíssimo Senhor Deputado **Alceu Moreira**  
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul  
Nesta Capital

Nas últimas quatro décadas, apesar de as contas persistirem com déficit, isso não significou falta de recursos para o pagamento de despesas básicas porque o Estado recorreu a diversas formas de financiamento. A principal delas foi o endividamento público. Além do endividamento público, foram fontes de financiamento a própria inflação, a venda de patrimônio público e o Caixa Único.

Ao longo dessas quatro décadas, confirmou-se que ter déficits continuados significa não ter recursos para garantir qualidade nos serviços de educação, de saúde, de segurança e de justiça. Significa não ter recursos suficientes para investir em estradas e na infra-estrutura da economia gaúcha. Ainda, significa não ter recursos sequer para o pagamento em dia do funcionalismo. A autonomia do Estado na determinação de seus próprios caminhos ficava inevitavelmente comprometida.

A inversão dessa tendência tornou-se imperiosa, e coube a este Governo, em benefício de todo o povo gaúcho, cumprir com a responsabilidade de inovar. Fazia-se urgente a mudança da maneira tradicional de gestão. Clamava o equilíbrio das contas públicas. Somente com o equilíbrio fiscal é que se pode promover uma nova fase para o Rio Grande, impulsionando a melhoria dos serviços públicos e retomando gradativamente a capacidade do Estado em investir.

Mesmo que o RS tenha uma economia pujante e desenvolvida, esta não se mantém indefinidamente quando a Administração Pública fica impedida pela sua incapacidade de investir e de prestar bons serviços à sua população. Este Estado, que sempre esteve na vanguarda, com melhores indicadores de qualidade de vida e de educação, não podia continuar perdendo posição frente ao cenário nacional. É uma questão vital para o nosso povo gaúcho.

Reconhecemos que a quantidade de recursos é insuficiente para sanar os gargalos e elos faltantes na cadeia social e no setor de infra-estrutura. Para isso, iniciou-se em 2007 um caminho construído a partir de dezenas de ações no campo orçamentário, financeiro e fiscal, sempre com o objetivo de que nossos indicadores sociais e nosso parque de infra-estrutura pudessem ser ampliados e modernizados, permitindo o crescimento da nossa economia e a melhoria na qualidade de vida de todos os gaúchos.

Já nas ações de governo, desde o início em 2007, principalmente no que tange ao vigoroso ajuste fiscal, ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como à elaboração proposta do PPA 2008/2011 e do orçamento de 2008, o Governo estadual foi honrando com seu compromisso de implementação do Plano de Governo.

Não se tem a pretensão de pronunciar a solução dos enormes problemas estruturais, que já são sobejamente conhecidos. Entretanto, não podemos deixar de manter a vigilância sobre os gastos. O RS está constituído por uma ampla e qualificada rede de serviços públicos, reconhecida no Brasil. Essa rede, porém, despense 52% do gasto total de pessoal com inativos (aposentados e pensionistas), o maior comprometimento dentre os Estados. Ademais, em torno de 13% da receita corrente líquida são canalizados para o pagamento da dívida com a União.

Pelo mesmo lado, para manter a competitividade da economia gaúcha, foi característica dos diversos governos a concessão de incentivos às indústrias para aqui se instalarem e/ou se expandirem. Isso significou renúncia de ICMS em favor da maior capacidade em investimentos produtivos, gerando empregos, renda e desenvolvimento.

De fato, a carga tributária do RS (relação ICMS sobre o PIB) ocupa a 24ª posição, a quarta mais baixa entre os Estados brasileiros. O ótimo crescimento da economia gaúcha, em 2007, e a boa previsão do PIB para 2008, colocam-nos em posição confortável no quesito arrecadação. Afora isso, buscaram-se incansavelmente melhores resultados através do combate à sonegação e da modernização dos sistemas administrativos tributários.

Em 2007, primeiro ano deste Governo, o déficit orçamentário inicial previsto era de R\$ 2,4 bilhões. As razões para isso decorriam: (i) da redução das alíquotas do ICMS de combustíveis, energia e telecomunicações que viriam a provocar uma perda de mais de R\$ 700 milhões; e, (ii) da elevação de aproximadamente R\$ 1,0 bilhão no gasto com pessoal, decorrente de aumentos concedidos no passado e de decisões judiciais. Apesar de todos esses fatores, após o encerramento do exercício de 2007, o resultado primário foi o maior já registrado nas últimas quatro décadas, de R\$ 954 milhões, e o resultado orçamentário foi positivo em R\$ 623 milhões.

Um dos fatos mais comemorados de 2007 foi a abertura de capital do BANRISUL. Com a subscrição de novas ações, o banco foi capitalizado. E o Estado captou recursos de mais de R\$ 1,2 bilhão. Com o decisivo apoio dessa Casa Legislativa, houve a criação de dois fundos para o financiamento das atuais e das futuras aposentadorias. Assim, deu-se o primeiro passo para a solução de um dos maiores problemas do Estado, que é o déficit previdenciário.

Na primeira proposta orçamentária enviada por este Governo e aprovada por essa Egrégia Assembléia Legislativa, a do ano de 2008, o déficit era explicitado no documento em R\$ 1,3 bilhão. Pois é com grande satisfação que comunicamos que, ao cabo deste ano de 2008, o déficit orçamentário (receitas arrecadadas no ano menos as despesas empenhadas do ano) será inferior a R\$ 300 milhões, bem abaixo do previsto no início do ano. Como já expusemos antes, colaboraram para isso, além do crescimento econômico vigoroso, a forte contenção de gastos a cargo de todos os Poderes e Órgãos constituídos do Estado e o grande esforço de arrecadação feito pelo Governo.

Toda a energia despendida no ajuste das contas não foi em vão. O Estado teve o reconhecimento do Banco Mundial, que concedeu financiamento para uma operação de reestruturação de mais da metade da dívida extralimite. O empréstimo decorrente dessa reestruturação, no total de US\$ 1,1 bilhão (aproximadamente R\$ 1,8 bilhão ao câmbio de hoje), vai ser amortizado ao longo de 30 anos e representará uma economia em juros na ordem de R\$ 600 milhões. Esse foi o primeiro empréstimo dessa modalidade daquela instituição financeira e o maior já feito a um ente subnacional.

Em nome da transparência e da boa gestão, o Governo tomou iniciativas inovadoras. De maneira pioneira, adotou-se a publicação do Relatório Bimestral da Execução Orçamentária por Poder e Órgão, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Assim, as metas de resultado primário definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias são bimestralmente avaliadas.

O Governo, em todo o desenvolvimento de suas políticas públicas, trouxe à discussão, com toda a sociedade e com os outros poderes, cada proposta de inovação que desse impulso ao imenso potencial de desenvolvimento do Estado e, ao mesmo tempo, pudesse solucionar os conflitos que foram se acumulando ao longo de décadas em que ficou impossibilitado de atender, por vezes até o mínimo, as demandas da sociedade. As soluções e as conquistas foram, portanto, legitimadas, e buscamos sempre que sejam compartilhadas por todos.

O quadro traçado nesta Proposta de Lei Orçamentária é de melhora substancial das contas públicas. Assim como em 2007, quando o Estado cumpriu pela primeira vez com todas as seis metas do Programa Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF) com o Governo Federal, a trajetória da execução orçamentária, até o momento, também indica o cumprimento de todas as metas do PAF neste ano. Mas é preciso lembrar que tão importante quanto atingir o equilíbrio orçamentário será preservá-lo.

Infelizmente, as dificuldades de caixa vão se fazer presentes em 2009. Isso porque, além do enorme passivo a ser resgatado, há ainda riscos fiscais. Riscos fiscais que advirão de: (i) prováveis novas regras para o pagamento dos precatórios que não são pagos desde 1998 (PEC 12/2006), cujo estoque superior é R\$ 3,5 bilhões; (ii) a possibilidade de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que amplia a proporção de recursos destinados à Saúde; e, (iii) o estabelecimento de piso salarial aos professores que a regra do Governo Federal – que apoiamos e aprovamos – transforma em vencimento básico. Além do mais, ao final de 2007, os restos a pagar somavam R\$ 1,4 bilhão, e o Caixa Único conta com saques de R\$ 4,7 bilhões. A solução, obviamente, deve perpassar o médio e o longo prazos. A semente, porém, foi lançada em terra fértil. Estamos seguros e esperançosos da continuidade deste caminho virtuoso, pois não há crise que a determinação e a capacidade da gente rio-grandense não possam superar.

Ao formalizar a entrega da Proposta do Projeto de Lei Orçamentária para 2009, agradeço a Vossa Excelência e aos nobres Deputados, cujos mandatos honram essa Casa Legislativa, a colaboração prestada ao Poder Executivo Estadual, sempre visando aos superiores interesses deste Estado. Ressaltamos com orgulho a participação meritória do Poder Judiciário, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública, bem como o ativismo de todo o Governo, nesse processo de ajuste das contas e de mudança cultural. Estou certa de que podemos vencer o desafio de construirmos, todos juntos, um Rio Grande renovado na administração dos recursos públicos, levando-o a ser ainda maior e melhor.

Receba, pois, Vossa Excelência, e transmita aos demais excelentíssimos membros desse Poder, meus votos da mais alta estima e consideração.

**Yeda Rorato Crusius**

Governadora do Estado do Rio Grande do Sul







## SUMÁRIO

<b>1 DO CENÁRIO ECONÔMICO .....</b>	<b>17</b>
1.1. DO PANORAMA ECONÔMICO INTERNACIONAL .....	17
1.2. DO COMPORTAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA .....	19
1.3. DA TRAJETÓRIA RECENTE DA ECONOMIA GAÚCHA .....	24
<b>2 DA SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>28</b>
2.1. DO QUADRO GERAL DAS FINANÇAS PÚBLICAS .....	28
2.2. DO FINANCIAMENTO DO DÉFICIT PÚBLICO AO LONGO DO TEMPO .....	29
2.3. DA EVOLUÇÃO DE INDICADORES DAS CONTAS PÚBLICAS .....	31
2.4. DAS RECEITAS PÚBLICAS .....	34
2.4.1. Do ICMS .....	35
2.4.2. Das Transferências Constitucionais da União ao Estado do RS .....	39
2.4.3. Da Modernização de Mecanismos de Incremento da Receita .....	42
2.5. DOS GRANDES AGREGADOS DA DESPESA PÚBLICA.....	43
2.5.1. Das Despesas com “Pessoal e Encargos Sociais” .....	43
2.5.2. Das Despesas com “Dívida Pública” .....	47
2.5.3. Da Aplicação de Recursos em “Investimentos Amplos” .....	53
2.5.4. Dos gastos com “Outras Despesas Correntes” .....	55
2.6. DO DÉFICIT ATUARIAL PREVIDENCIÁRIO .....	57
2.7. DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (RPPS/RS) .....	59
2.8. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	61
<b>3 DOS RECURSOS DA CONSULTA POPULAR .....</b>	<b>67</b>
<b>4 DOS RECURSOS DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES .....</b>	<b>71</b>
<b>5 DAS DESONERAÇÕES FISCAIS .....</b>	<b>78</b>
<b>6 DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2009.....</b>	<b>100</b>
6.1. DA ESTIMATIVA DA RECEITA PÚBLICA PARA 2009 .....	100
6.2. DA FIXAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA PARA 2009 .....	102
<b>7 DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA ENTRE AS ÁREAS GOVERNAMENTAIS .....</b>	<b>104</b>
<b>8 DA REGIONALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS .....</b>	<b>105</b>
8.1. DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO E DO TOTAL DOS INVESTIMENTOS .....	105
8.2. Dos INVESTIMENTOS DAS SECRETARIAS DE ESTADO .....	109
8.3. DOS INVESTIMENTOS DAS ESTATAIS .....	128
8.4. DOS INVESTIMENTOS DA CONSULTA POPULAR .....	134

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Projeções para a economia mundial em 2008 e 2009 (%).....	18
Tabela 2 - Taxa de crescimento dos agregados econômicos do Brasil (%) – 2004/2007.....	19
Tabela 3 - Desempenho Setorial do PIB do RS (%) — 2004/2007 .....	24
Tabela 4 - Principais formas de enfrentamento do déficit público pelos diversos governos .....	30
Tabela 5 - Resultados Primário e Orçamentário – R\$ 1,00 .....	32
Tabela 6 - Evolução do Patrimônio Financeiro da Administração Direta do Estado do RS - R\$ milhões.....	33
Tabela 7 - Balanço Orçamentário Consolidado das Receitas Públicas do Estado - R\$ 1,00 .....	34
Tabela 8 - Percentual do ICMS total em relação à Receita Tributária Consolidada - em valores nominais - R\$ milhões.....	35
Tabela 9 - Evolução da Arrecadação do ICMS Total - R\$ milhões .....	36
Tabela 10 - Arrecadação de ICMS dos Estados – R\$ 1.000,00 .....	38
Tabela 11 - Arrecadações da União e do Estado do RS – em valores nominais - R\$ milhões.....	39
Tabela 12 - Arrecadações da União e do Estado – em valores nominais – Ano de 1998 de base 100 .....	39
Tabela 13 - Arrecadação do ICMS Total e Transferências da União – Em valores nominais – R\$ milhões .....	40
Tabela 14 - Transferências constitucionais da União ao Estado do RS em relação ao PIB gaúcho – Em valores nominais - R\$ 1,00.....	41
Tabela 15 - Percentual da carga tributária líquida disponível – 1991/2005.....	41
Tabela 16 - Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas .....	44
Tabela 17 - Percentual Empenhado com Pessoal da Administração Pública Estadual Consolidada.....	45
Tabela 18 - Percentual das Despesas Empenhadas Consolidadas com “Pessoal e Encargos Sociais” em Relação à RCL.....	45
Tabela 19 - Despesas Empenhadas de “Pessoal e Encargos Sociais” dos Poderes, em valores nominais - R\$ 1,00 .....	46
Tabela 20 - Despesas Empenhadas de Pessoal dos Poderes em relação à RCL .....	46
Tabela 21 - Estoque da Dívida Fundada Interna e Externa - R\$ milhões .....	47
Tabela 22 - Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL .....	48
Tabela 23 - Estoque da Dívida Fundada Interna e Externa em relação ao PIB gaúcho - R\$ 1.000,00 .....	49
Tabela 24 - Valores empenhados do serviço da dívida em relação à RCL e RLR - R\$ 1.000,00 .....	49
Tabela 25 - Investimentos amplos empenhados em relação à RCL - R\$ 1.000,00 .....	53
Tabela 26 - Investimentos amplos por governo em relação à RCL e ao PIB gaúcho .....	54
Tabela 27 - Outras Despesas Correntes” por Poder e Órgãos – em valores nominais empenhados - R\$ 1.000,00 .....	56



---

Tabela 28 - Outras Despesas Correntes” por Poder e Órgãos em relação à Receita Corrente Líquida – Ano 2000 com base 100 .....	56
Tabela 29 - Previsão de déficit previdenciário não se computando a parte patronal como receita .....	57
Tabela 30 - Valores empenhados nominais nos diversos grupos da despesa - R\$ 1,00.....	61
Tabela 31 - Percentuais empenhados em relação à Receita Corrente Líquida .....	62
Tabela 32 - Evolução de Restos a Pagar em governos recentes – em valores nominais – R\$ 1,00.....	63
Tabela 33 - Despesas efetivadas em 2008 (jan-jun) comparadas com o mesmo período do ano anterior – Em valores nominais – R\$ 1.000,00.....	63
Tabela 34 - Receitas arrecadadas em 2008 (jan-jun) comparadas com 2007 (jan-jun) – em valores nominais – R\$ 1,00.....	64
Tabela 35 - Distribuição dos Recursos da Consulta Popular por COREDE’s e Órgãos para 2009 – R\$ 1.000,00 .....	68
Tabela 36 - Valores dotados em “Outras Despesas Correntes” e “Investimentos” para os Programas Estruturantes na PLOA 2009 – R\$ 1,00 .....	72
Tabela 37 - Programas Estruturantes discriminados por Projetos Orçamentários na PLOA 2009.....	73
Tabela 38 - Evolução das exportações e importações gaúcha e brasileira - US\$ 1.000,00 .....	78
Tabela 39 - Desonerações Fiscais incidentes sobre o ICMS .....	79
Tabela 40 - Percentual de Desonerações do ICMS pelo Método Global .....	83
Tabela 41 - Percentual de Desonerações – Ano de 2007 .....	83
Tabela 42 - Evolução das Estimativas de Desonerações de Tributos – R\$ 1,00.....	84
Tabela 43 - Demonstrativo das Desonerações Fiscais do ICMS por Finalidade – Ano de 2007 .....	85
Tabela 44 - Demonstrativo da Evolução das Desonerações Fiscais do ICMS .....	86
Tabela 45 - Demonstrativo das Estimativas de Desonerações Fiscais segundo os Dispositivos Legais e Finalidade – 2007 .....	87
Tabela 46 - Demonstrativo Regionalizado das Desonerações Fiscais do ICMS .....	98
Tabela 47 - Demonstrativo da Evolução dos Benefícios do FUNDOPEM em Relação ao ICMS .....	99
Tabela 48 - Estimativa de Receita da Administração Pública Consolidada para 2009 - R\$ 1,00 .....	100
Tabela 49 - Principais Agregados da Estimativa de Receita da Administração Pública Consolidada para 2008 - R\$ 1,00.....	101
Tabela 50 - Estimativa da Despesa da Administração Pública Consolidada para 2009 - R\$ 1,00 .....	102
Tabela 51 - Principais Agregados da Despesa da Administração Pública Consolidada para 2009 - R\$ 1,00.....	103
Tabela 52 - Distribuição da despesa dotada no PLOA 2009 entre as áreas da Administração Direta e Indireta .....	104



## 1 DO CENÁRIO ECONÔMICO

### 1.1. Do Panorama Econômico Internacional

A economia internacional passa por um período de instabilidade que parece ser persistente. A turbulência internacional gerada a partir da crise do mercado imobiliário norte-americano ainda não se esgotou e continua produzindo efeitos sobre o crédito e a saúde financeira dos bancos. Ao mesmo tempo, a inflação aumenta nas diversas economias do mundo como decorrência dos choques dos preços do petróleo e dos alimentos. Efetivamente, configura-se uma mudança no cenário internacional que deve conduzir a uma trajetória de desaceleração econômica mais acentuada nos próximos anos. Contudo, até o momento, esse processo de desaceleração não indica a formação de um ciclo recessivo generalizado nas economias mundiais.

Em 2007, já se observou uma retração moderada do ritmo de crescimento internacional, conforme demonstra a Tabela 1. As projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para uma redução mais acentuada da atividade econômica em 2008 e 2009, com um crescimento esperado de 4,5% e 3,9% para a economia mundial, respectivamente. O arrefecimento econômico deve ser mais intenso nos países avançados, em especial nos Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido e Canadá. Também é esperado que as economias emergentes e em desenvolvimento acompanhem esse movimento, porém com taxas de crescimento econômico relativamente superiores às das economias avançadas. Por exemplo, para 2008, a expectativa de crescimento das economias avançadas é de 1,7%, enquanto a taxa projetada para as economias emergentes e em desenvolvimento é de 6,9%.

Mesmo diante do cenário de desaceleração, o fluxo internacional de investimento direto, segundo estimativa da Conferência para o Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas, atingiu US\$ 1,54 trilhão em 2007, representando um avanço de 18% sobre 2006. Dentre os principais destinos, destaca-se a América Latina, que recebeu, durante o ano passado, um incremento de 50% sobre o nível de Investimento Direto Externo (IDE) vigente no ano anterior.

No âmbito do comércio internacional, as exportações mundiais cresceram 5,5% em 2007, após um avanço de 8,5% em 2006. Com exceção da América Latina, onde as exportações registraram incremento de 4,0% no ano passado, houve redução no ritmo de expansão do comércio internacional em todas as demais regiões constantes do Relatório Sobre o Comércio Mundial 2008, recentemente divulgado pela Organização Mundial do Comércio. Com o fracasso das negociações da Rodada Doha, postergaram-se os estímulos sobre o comércio internacional associados aos acordos de redução de tarifas entre os países. Tais estímulos poderiam atuar como força compensadora da trajetória de desaceleração da economia mundial, contribuindo para uma retomada do ritmo de crescimento econômico dos países.

Tabela 1 - Projeções para a economia mundial em 2008 e 2009 (%)

REGIÕES / INDICADORES	2006	2007	2008*	2009*
<b>PIB Mundial</b>	<b>5,1</b>	<b>5,0</b>	<b>4,1</b>	<b>3,9</b>
Economias avançadas	3,0	2,7	1,7	1,4
Estados Unidos	2,9	2,2	1,3	0,8
Alemanha	2,9	2,5	2,0	1,0
Reino Unido	2,9	3,1	1,8	1,7
Japão	2,4	2,1	1,5	1,5
Canadá	3,1	2,7	1,0	1,9
Outros países avançados	4,5	4,6	3,3	3,3
Economias emergentes e em desenvolvimento	7,9	8,0	6,9	6,7
Brasil	3,8	5,4	4,9	4,0
Rússia	7,4	8,1	7,7	7,3
Índia	9,8	9,3	8,0	8,0
China	11,6	11,9	9,7	9,8
<b>Preços das commodities (US\$)</b>				
Petróleo	20,5	10,7	63,8	7,3
Outras não combustíveis	23,2	14,1	14,6	-5,2
<b>Preços ao consumidor</b>				
Economias avançadas	2,4	2,2	3,4	2,3
Economias em desenvolvimento e emergentes	5,4	6,4	9,1	7,4
<b>Taxa de juros Libor (US Dólar 6 Meses)</b>	5,3	5,3	2,8	3,6

**FONTE:** FMI, *World Economic Outlook Update* (jul/2008).

**NOTA (\*):** Projeções.

Nas economias avançadas, o baixo crescimento da produção industrial, combinado com a retração do nível de consumo, tende a persistir no próximo ano e alimentar o movimento de retração econômica. As incertezas e os riscos associados à crise do mercado imobiliário norte-americano devem continuar alimentando a volatilidade dos mercados financeiros, exigindo um esforço de coordenação das autoridades monetárias internacionais para atenuar a propagação dos potenciais choques adversos.

Já o desempenho econômico diferenciado das economias emergentes e em desenvolvimento tem contribuído para amortecer a taxa de desaceleração da economia mundial. Nessas economias, além dos efeitos do aumento dos preços internacionais das *commodities*, o ritmo de crescimento da demanda interna tem superado o ritmo de crescimento da oferta interna, de modo que os preços ao consumidor estão aumentando significativamente. O aumento da inflação deve pressionar a adoção de políticas macroeconômicas de restrição ao consumo e à atividade econômica, reforçando o processo de desaceleração dos países emergentes e em desenvolvimento.

## 1.2. Do Comportamento da Economia Brasileira

Após dois anos de desempenho moderado, a economia brasileira apresentou um ritmo de crescimento mais elevado em 2007, alcançando uma taxa de 5,4%, como mostra a Tabela 2. No lado da oferta, todos os setores apresentaram melhor desempenho em 2007 relativamente a 2006, com destaque para a elevação de 9,1% dos impostos líquidos sobre produtos. No lado da demanda, constata-se que o desempenho da economia brasileira foi influenciado pelo crescimento significativo do consumo das famílias (6,5%) e das exportações (6,6%) em 2007. O nível de investimento cresceu 13,4%, um pouco acima do resultado de 2006 e possivelmente abaixo do necessário para garantir uma expansão sustentável da produção interna, que seja suficiente para atender a demanda interna por bens e serviços. Como resultado, assim como em 2006, grande parte da demanda interna foi atendida através das importações, cuja taxa de crescimento foi de 20,7% em 2007.

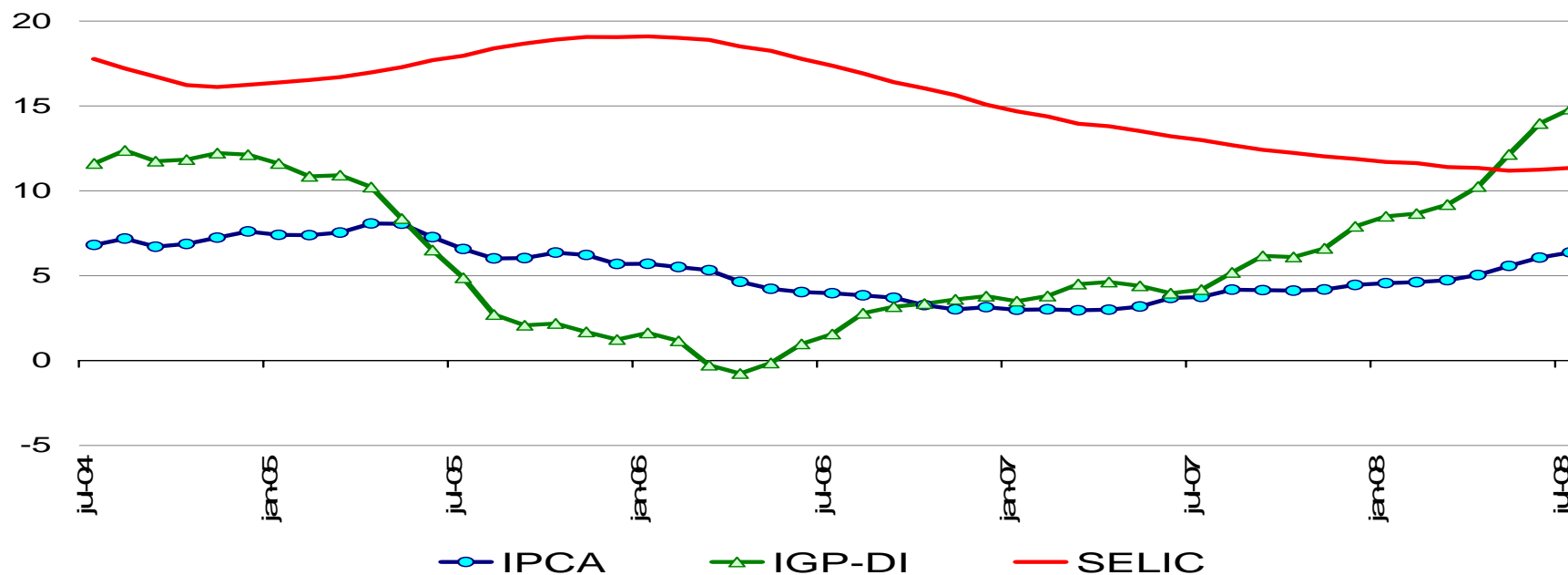
Tabela 2 - Taxa de crescimento dos agregados econômicos do Brasil (%) – 2004/2007

<b>INDICADORES</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>PIB - Ótica da Oferta</b>	<b>5,7</b>	<b>3,2</b>	<b>3,8</b>	<b>5,4</b>
Agropecuária	2,3	0,3	4,2	5,3
Indústria	7,9	2,1	2,9	4,9
Serviços	5,0	3,7	3,8	4,7
Valor Adicionado	5,6	3,0	3,5	4,8
Impostos líquidos sobre produtos	6,4	4,4	5,0	9,1
<b>PIB - Ótica da Demanda</b>	<b>5,7</b>	<b>3,2</b>	<b>3,8</b>	<b>5,4</b>
Consumo das famílias	3,8	4,5	4,6	6,5
Consumo do governo	4,1	2,3	2,8	3,1
Formação bruta de capital fixo	9,1	3,6	10,0	13,4
Exportações	15,3	9,3	4,7	6,6
Importações (-)	13,3	8,5	18,3	20,7

**FONTE:** IBGE, Contas Nacionais (Trimestral).

Apesar da elevação recente da taxa de investimento, o ritmo de expansão da demanda interna permanece superior ao ritmo de expansão da produção interna, gerando pressões inflacionárias. De fato, a inflação acumulada em 12 meses, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), reverteu sua trajetória de desaceleração em meados de 2007 e segue uma tendência de expansão ainda sem sinal de estabilização, conforme o Gráfico 1. A trajetória de expansão do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) acumulado em 12 meses foi mais intensa que a trajetória do IPCA, seguindo influência do aumento dos preços do atacado que, por sua vez, está associado ao aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional. A aceleração da inflação já exigiu resposta da política monetária, levando o Banco Central a aumentar a taxa de juros. A taxa de juros SELIC, fixada pelo COPOM, aumentou de um patamar de 11,25%, no final de 2007, para 13,0% até agosto de 2008, levando a uma reversão na trajetória de desaceleração da curva de juros, conforme ilustra o Gráfico 1. Esses resultados mostram que a economia brasileira ainda não produziu as condições necessárias para alcançar um ritmo de crescimento mais acelerado e sustentado sem causar distúrbios macroeconômicos.

Gráfico 1 - Taxas de Inflação e de Juros no Brasil – 2004-2008 (Acumulado em 12 Meses)



FONTE: Ipeadata.



O movimento de aumento geral da inflação está relacionado tanto a fatores externos como a fatores internos. No caso interno, cabe destacar as pressões inflacionárias associadas à política fiscal nacional, mais orientada para a expansão dos gastos correntes (custeio e salários), e à política de reajuste do salário mínimo nacional a taxas bastante superiores à inflação. Combinado com a expansão do crédito aos consumidores, o resultado tem sido uma bolha de consumo que não é plenamente suprida pela produção interna e, como corolário, uma bolha de endividamento que pode mostrar-se insustentável no futuro e ameaçar a estabilidade econômica do País.

Até o momento, a expansão da demanda interna foi suprida, em parte, pelo aumento das importações e isso ajudou a atenuar as pressões inflacionárias. Contudo, a tendência de aumento da inflação mostra que esse processo se esgotou. Adicionalmente, a trajetória de apreciação da taxa de câmbio, que sustentava o poder de compra dos consumidores no mercado internacional, tem gerado efeitos adversos sobre o Balanço de Pagamentos e já mostra sinais de desvalorização moderada. O saldo comercial do Brasil, acumulado em 12 meses, interrompeu a tendência de expansão em meados de 2007, caindo de um patamar de US\$ 47,8 bilhões, em junho de 2007, para US\$ 30,8 bilhões, em julho de 2008, visto no Gráfico 2, representando uma redução de 35,6%. Analogamente, o mesmo comportamento se observa no saldo acumulado em 12 meses das transações correntes, que caíram de um patamar positivo de US\$ 14,0 bilhões, em outubro de 2006, para um patamar negativo de US\$ 19,5 bilhões, em julho de 2008, representando uma redução de -238,9%.

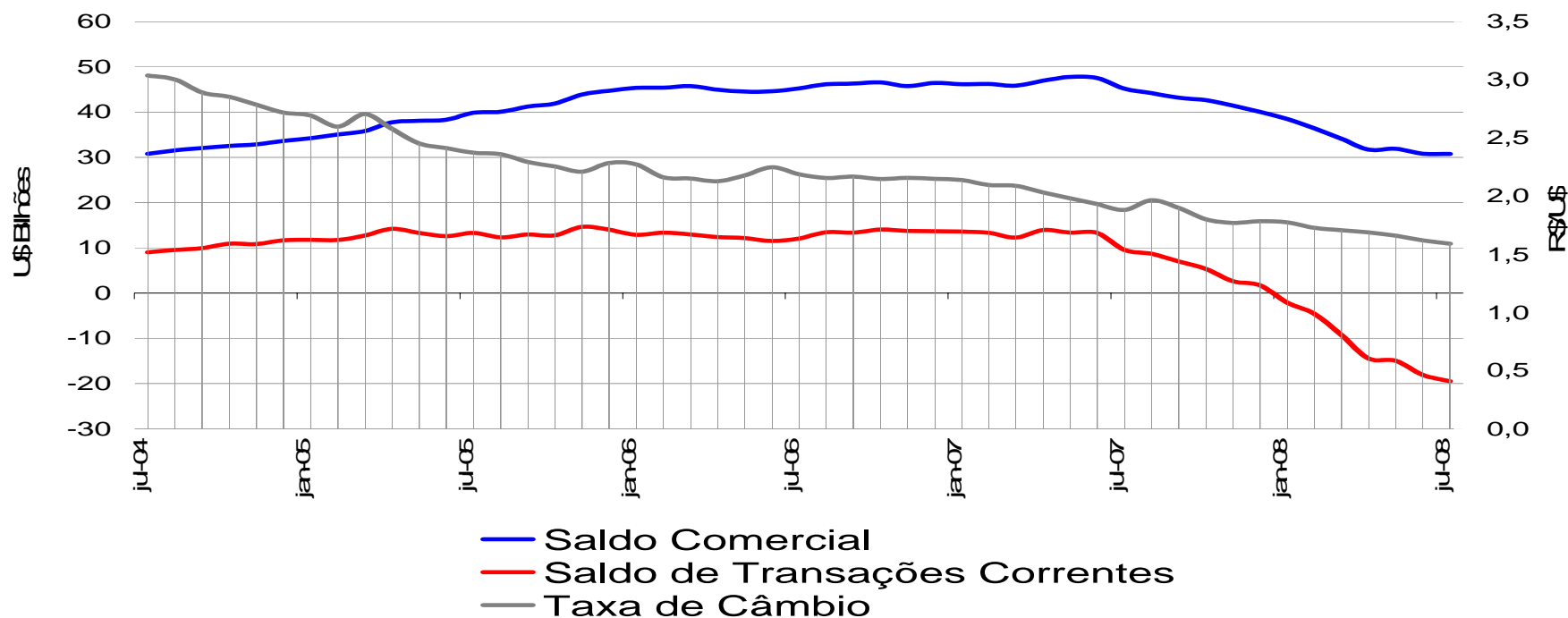
Nos últimos meses, o comportamento da taxa de câmbio estabilizou-se e há evidências de uma trajetória de desvalorização moderada nos próximos meses. Dessa forma, o canal de sustentação da demanda interna via importações deve perder força. Embora a potencial desvalorização da taxa de câmbio represente melhoria da competitividade dos bens de exportação da economia brasileira, o efeito esperado de incremento das exportações pode não se materializar devido ao processo de desaceleração mais intenso que se vislumbra para a economia mundial. Caso as negociações da Rodada Doha não tivessem fracassado, como já mencionado anteriormente, a redução das tarifas do comércio internacional poderia contribuir para atenuar os efeitos negativos já observados na balança comercial brasileira.

Considerando esse cenário e a atuação da autoridade monetária nacional no sentido de corrigir o desajuste inflacionário gerado pela política fiscal e por fatores externos, a economia brasileira possivelmente não sustentará o nível de crescimento observado em 2007 e acompanhará o processo de desaceleração da economia mundial em 2008 e 2009. A própria projeção de crescimento para a economia brasileira reportada pelo FMI, estimada em 4,9%, não deve se verificar em 2008. Segundo projeções do IPEA, a economia brasileira crescerá 4,0% em 2008.

Convém ressaltar que o descompasso entre a política fiscal e a política monetária no ambiente nacional pode contribuir para exacerbar o desequilíbrio da economia brasileira e postergar a retomada de um ritmo de crescimento acelerado e efetivamente sustentável. De um lado, o aumento dos gastos do setor público alimenta a pressão inflacionária e gera instabilidade.

De outro lado, o Banco Central precisa elevar a taxa de juros para controlar a expansão da demanda de consumo, mas com um efeito colateral de arrefecimento da atividade produtiva. Por exemplo, o comportamento da produção física industrial acumulada em 12 meses mostra que a tendência de crescimento da indústria nacional foi amortecida no início de 2008 e permanece estável, sem indícios de mudança rumo a uma trajetória de recuperação, o que pode ser visualizado no Gráfico 3.

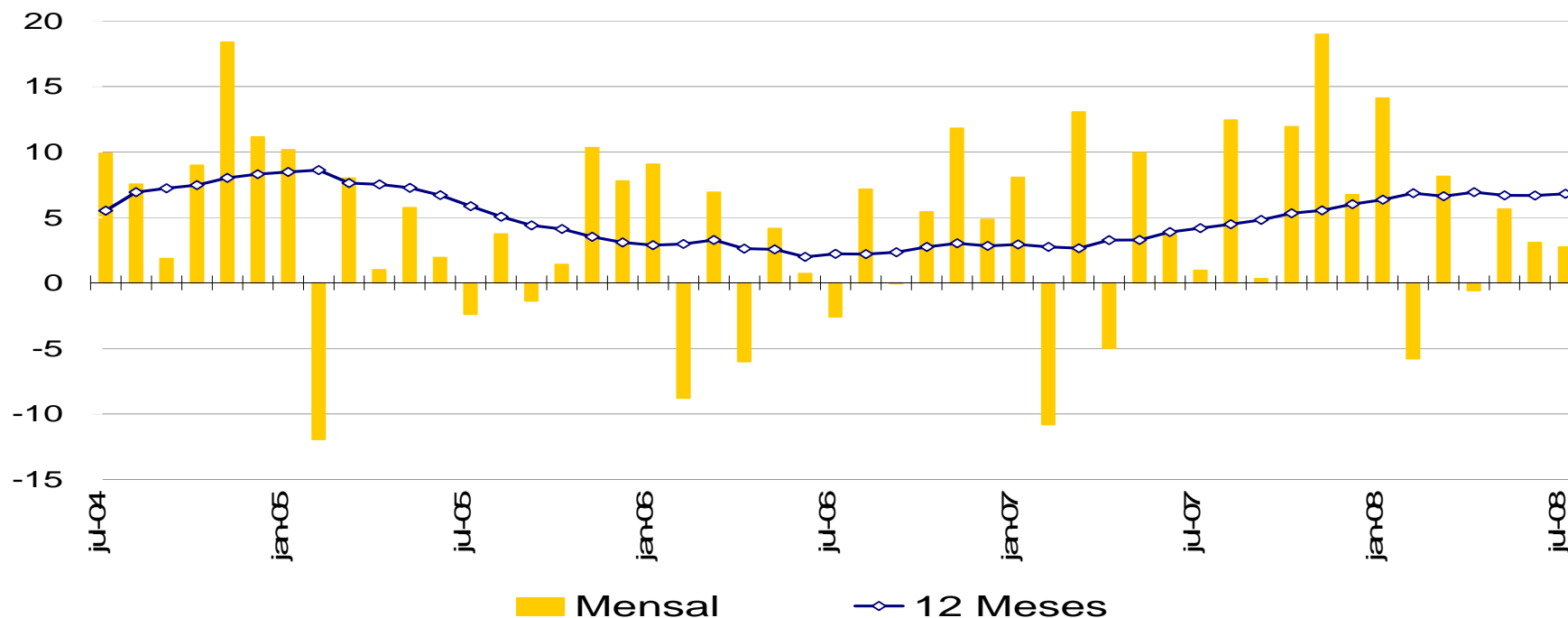
Gráfico 2 - Taxa de Câmbio e Saldo Comercial e das Transações Correntes do Brasil – 2004-2008



FONTE: Ipeadata.

NOTA: Saldo Comercial e das Transações Correntes acumulados em 12 meses.

Gráfico 3 - Taxas de Crescimento da Produção Física da Indústria Brasileira (%) - Jul/04 a Jul/08



FONTE: IBGE.

A elevação da taxa de juros e o ambiente de instabilidade que se configura podem inibir a expansão da taxa de investimentos, a qual deveria continuar aumentando para promover o crescimento da produção interna num ritmo necessário para suprir a demanda e, assim, quebrar o círculo vicioso de aumento de consumo interno sustentado por aumento de importações que tem caracterizado a dinâmica de crescimento da economia brasileira nos últimos anos. Ademais, o efeito do aumento dos juros tende a ser mais efetivo sobre os investimentos produtivos e menos efetivo sobre o consumo e sobre a inflação na medida em que há evidências de manutenção da política de aumento dos gastos federais e de reajuste do salário mínimo nacional acima da inflação no próximo ano.

Esses efeitos são o retrato do descompasso e dos conflitos na condução da política macroeconômica nacional (fiscal e monetária) e alimentam a dinâmica de crescimento *stop-and-go* recorrentemente observada na economia brasileira. Infelizmente, o País parece não ter se desvencilhado dessa armadilha, a qual possivelmente caracterizará a dinâmica econômica nacional no próximo ano.

### 1.3. Da trajetória recente da economia gaúcha

A economia gaúcha apresentou uma taxa de crescimento expressiva de 7,0% em 2007, bastante superior à taxa de crescimento da economia nacional. Esse desempenho econômico refletiu uma expansão significativa de todos os setores produtivos, com destaque para a atividade agropecuária, que repetiu desempenho similar ao de 2006 e atingiu uma taxa de crescimento da ordem de 19,2% em 2007, demonstrado na Tabela 3. Esses resultados mostram que o período de recessão e de estagnação observado em 2005 e 2006 foi superado e um novo ciclo de expansão econômica está se configurando no Rio Grande do Sul.

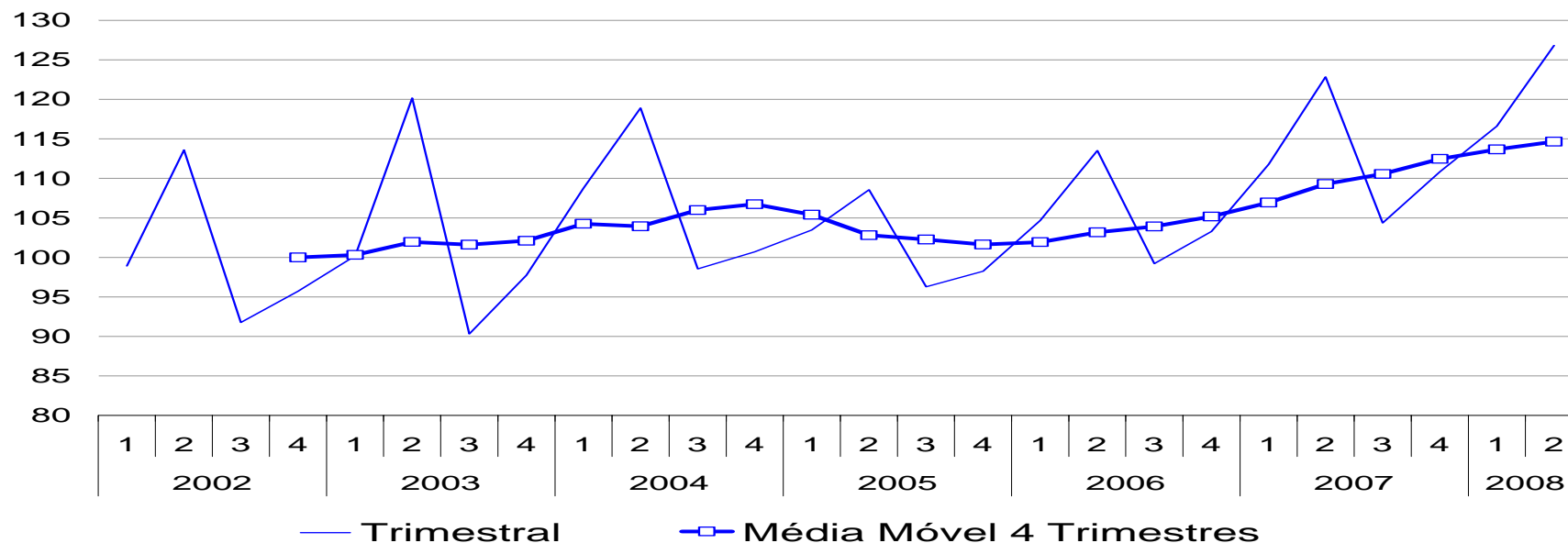
Tabela 3 - Desempenho Setorial do PIB do RS (%) — 2004/2007

SETORES DA ECONOMIA	2004	2005	2006	2007
Agropecuária	-10,6	-17,4	19,9	19,2
Indústria	6,9	-4,1	-0,7	7,2
Serviços	4,2	0,2	2,4	5,2
<b>TOTAL</b>	<b>3,4</b>	<b>-2,8</b>	<b>2,7</b>	<b>7,0</b>

FONTE: FEE/RS.

O Índice Trimestral de Atividade Produtiva (ITAP), elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) para a economia gaúcha, segue uma tendência de expansão no resultado acumulado em quatro trimestres, sinalizando a manutenção do ritmo de expansão econômica do Rio Grande do Sul, conforme mostrado no Gráfico 4. No primeiro semestre de 2008, o ITAP cresceu 3,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, refletindo uma influência negativa da atividade agropecuária (-4,7%). Entretanto, no mesmo período, a atividade industrial e a atividade de serviços cresceram 5,6% e 4,4%, respectivamente. A queda da produção agropecuária não representa, necessariamente, um comprometimento da oferta primária para a cadeia produtiva agroindustrial porque ocorreu sob uma base elevada, resultante do bom desempenho agrícola nos últimos dois anos. A maior parte dos efeitos da retração da produção agropecuária já foi absorvida no primeiro semestre, de modo que o setor industrial e o setor de serviços serão os principais condicionantes do desempenho econômico gaúcho ao longo de 2008. Como esses setores estão crescendo a uma taxa entre 5% e 6%, conforme os dados do ITAP acumulados em quatro trimestres, o desempenho da economia gaúcha no segundo semestre e no acumulado do ano deve superar a taxa de 4%.

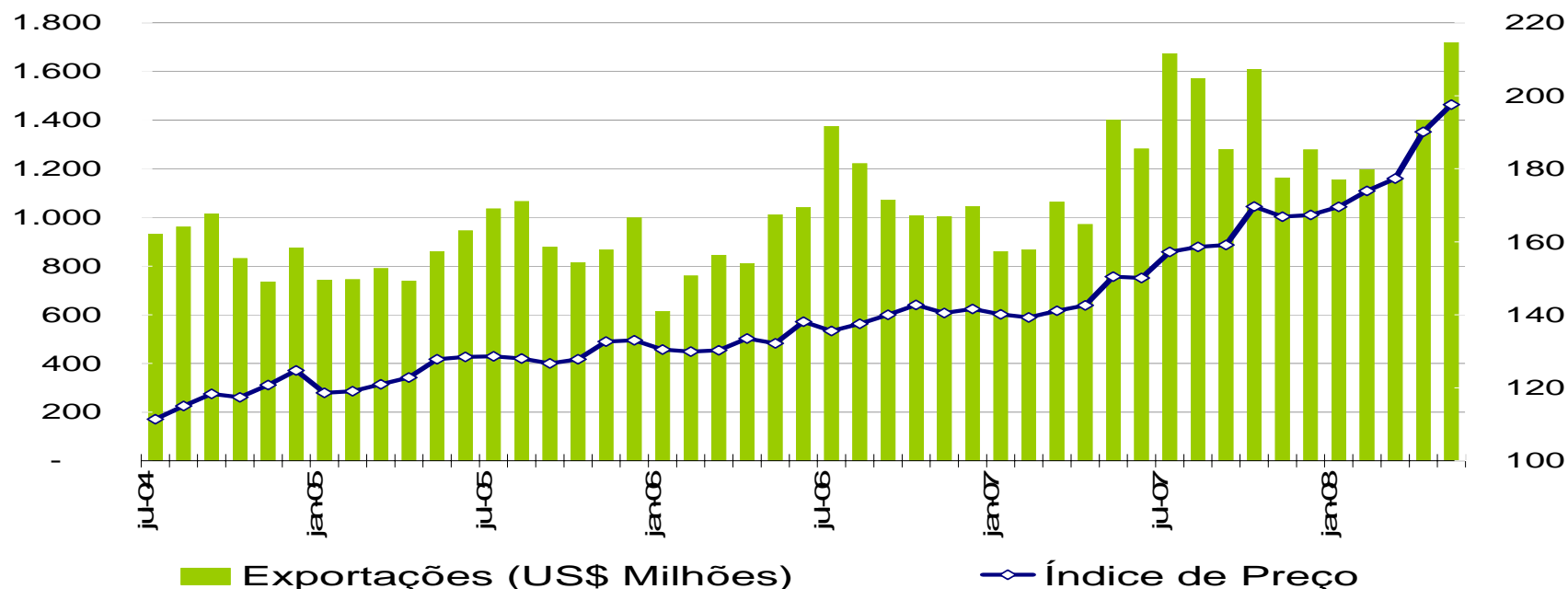
Gráfico 4 - Índice Trimestral de Atividade Produtiva do Rio Grande do Sul – 2002/2008



FONTE: FEE/RS.

A retomada do dinamismo da economia gaúcha também é observada no setor externo. As exportações gaúchas atingiram US\$ 8.309 milhões no primeiro semestre de 2008, representando um crescimento de 29,0% em relação ao primeiro semestre de 2007. Esse resultado tem sido influenciado tanto pela crescente demanda por *commodities* alimentares no mercado mundial como pela elevação dos preços desses bens. Isso fica evidente observando-se o índice de preços das exportações gaúchas, calculado pela FEE, o qual mostrou tendência acentuada de aceleração a partir de maio de 2007, exposta no Gráfico 5. O comportamento dos preços das *commodities* alimentares pode ser avaliado positivamente na medida em que favorece a renda dos exportadores gaúchos. Mas a perspectiva de arrefecimento desses preços no mercado internacional é preocupante e pode comprometer a rentabilidade das exportações gaúchas no próximo ano. Como a taxa de câmbio mostra sinais de desvalorização, seu comportamento pode ajudar a atenuar os efeitos de uma eventual redução dos preços das *commodities* alimentares no mercado internacional. Entretanto, é possível que o resultado líquido da variação cambial e da variação dos preços internacionais não favoreça a rentabilidade das exportações gaúchas, aspecto que ainda pode ser agravado pela desaceleração mais forte da economia mundial.

Gráfico 5 - Valor e Índice de Preços das Exportações Mensais do Rio Grande do Sul – 2004/2008



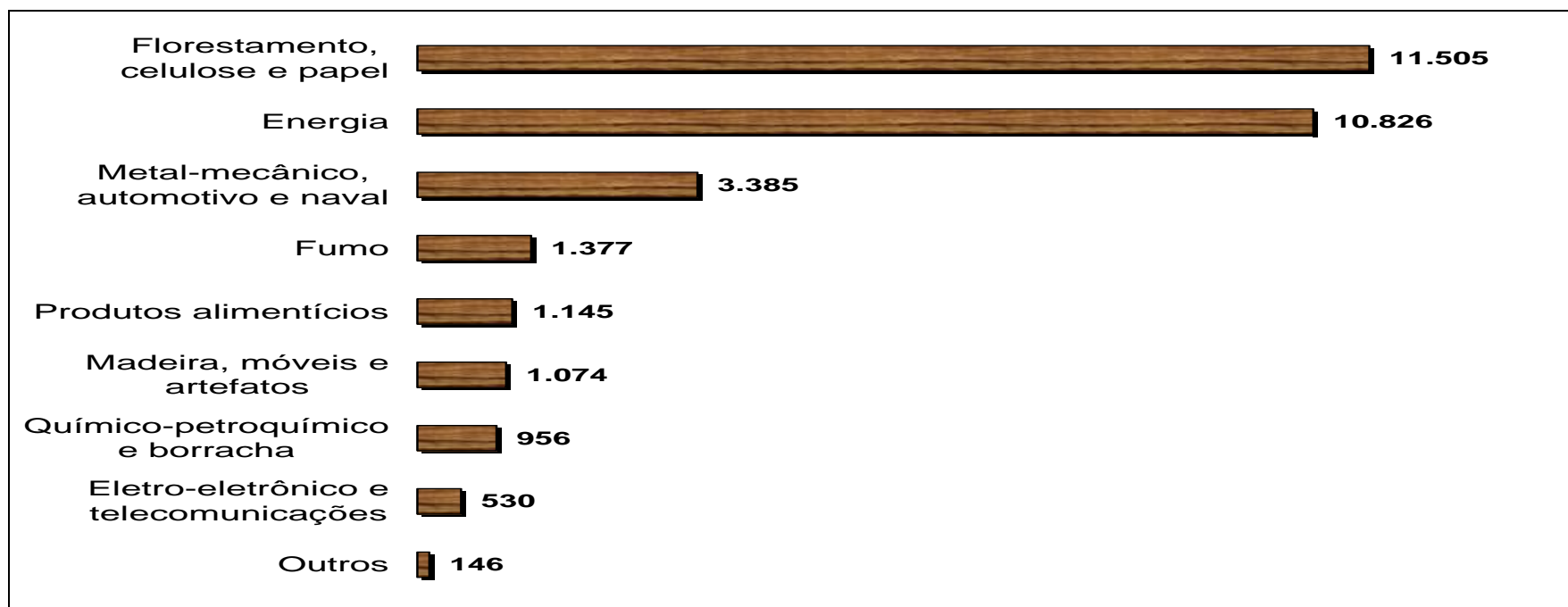
FONTE: FEE/RS.

Parece evidente que o desempenho da economia mundial e a relação entre a dinâmica da taxa de câmbio e dos preços das *commodities* alimentares internacionais representam um fator de risco para o crescimento da economia gaúcha em 2009. Além desses fatores externos, outro fator de risco para o crescimento da economia gaúcha decorre da política macroeconômica nacional, notadamente em função dos efeitos adversos do aumento da taxa de juros sobre o nível de investimento do setor produtivo no Rio Grande do Sul.

A despeito desses fatores, que são exógenos ao ambiente estadual, é importante observar que os condicionantes internos da economia gaúcha são bastante favoráveis. No lado produtivo do sistema econômico local, prevêem-se a realização de investimentos da ordem R\$ 31 bilhões em diversos setores, conforme o levantamento da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais desde o início de 2007, expostos no Gráfico 6.

Dado o período de maturação, os efeitos positivos desses investimentos tendem a ser percebidos a partir de 2009. Já na perspectiva do setor público estadual, esta Proposta Orçamentária representa uma mudança de paradigma para o presente e o futuro da economia gaúcha, pois contempla a elevação do nível dos investimentos públicos em consistência com o equilíbrio orçamentário. Nesse sentido, após dois anos de uma austera e responsável política de ajuste fiscal, compartilhada por todos os agentes da sociedade, a dinâmica do setor público gaúcho está se alinhando com a dinâmica do setor produtivo, moldando as bases para alcançar uma trajetória de expansão econômica e de desenvolvimento mais duradoura e segura para todo o conjunto da sociedade gaúcha.

Gráfico 6 - Investimentos Produtivos Programados para o Rio Grande do Sul (R\$ milhões)



**FONTE:** Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais.

**NOTA:** Dados referentes ao período jan/2007 a jul/2008.

## 2 DA SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### 2.1. Do Quadro Geral das Finanças Públicas

O Rio Grande do Sul está vivendo um quadro de dificuldades estruturais que afetam as suas finanças públicas, cuja principal evidência é o fato de que houve, ao longo do tempo, continuados déficits orçamentários e primários, como se pode observar na Tabela 5. Ao se manusear as prestações de contas de governos à Assembléia Legislativa, nas décadas de cinquenta e sessenta do século passado, vê-se que a preocupação principal foi o constante desequilíbrio dos orçamentos anuais. Isso se repetiu na prestação das contas na década de setenta até os dias de hoje. Em todo esse período, gastou-se mais do que se arrecadou.

Essa situação de déficit continuado fez com que houvesse deterioração gradual das finanças públicas, acumulando um estoque vultoso de dívida fundada (dívida consolidada de longo prazo), hoje próxima dos R\$ 40 bilhões. Em 2001, com a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado ficou impossibilitado de contrair novos financiamentos, tendo em vista a frágil relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida. Mesmo assim, não se deixou de acumular déficits anuais, com o atraso do pagamento de fornecedores, com a suspensão do pagamento de precatórios, com o corte de investimentos e com o uso do Caixa Único (potencializado pelos depósitos judiciais). Tudo isso resultou num crescimento vertiginoso da dívida flutuante líquida (dívida de curto prazo), hoje próxima dos R\$ 5 bilhões.

O cumprimento das regras rigorosas impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal tem progressivamente obrigado a um ajuste expressivo das contas. Os superávits primários consolidados do Estado do RS, ocorridos nos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente, de R\$ 38 milhões, R\$ 572 milhões, R\$ 454 milhões e R\$ 954,2 milhões, não foram suficientes para garantir a reversão dos déficits orçamentários, que oscilaram anualmente na casa de um R\$ 1 bilhão negativo.

A exceção foi no ano de 2007, apresentando um resultado orçamentário positivo de R\$ 623,2 milhões, em função do aporte ao caixa do Tesouro, de R\$ 1,287 bilhão, fruto da operação de alienação acionária do BANRISUL, contudo, encontra-se bloqueado para os fins específicos das Leis nºs 12763/07 (Fundo de Equilíbrio Previdenciário – FE-PREV) e 12.764/07 (Fundo de Garantia Previdenciária Pública Estadual – FG-PREV). Ademais, recursos obtidos junto ao Governo Federal, em dezembro de 2007, de R\$ 210 milhões.

Ressalta-se que, em uma série desde 1971, somente outros três exercícios, os de 1989, 1997 e 1998, tiveram valores positivos no balanço orçamentário.



Com a não-prorrogação da lei que aumentou as alíquotas de ICMS sobre produtos e serviços seletivos, vigente desde abril de 2005 até dezembro de 2006, com a rejeição de projeto pela Assembléia Legislativa do “Plano de Recuperação do Estado” e com os aumentos salariais concedidos pelo governo anterior aos servidores ativos e inativos, a situação das finanças estaduais manteve-se bastante tensa em 2007. Nesse ano, para fazer frente às demandas mais primárias da administração pública estadual, recorreu-se ao Caixa Único e ao parcelamento de salário.

Em 2008, através de taxas de crescimento mais sustentável da economia gaúcha e do esforço de arrecadação, aliado à austeridade do gasto, já se observa que as contas do Estado estão em outro patamar. Assim como a operação de alienação de ações do BANRISUL, em 2007, foi de fundamental importância para a constituição de um fundo previdenciário, o contrato de empréstimo firmado, entre o Estado do RS e o Banco Mundial, com o aval da União, de US\$ 1,1 bilhão, tem por objetivo reestruturar parte da dívida extralimite (55% do total), aquela que não está securitizada junto ao Governo Federal. Prevê-se uma redução em desembolso de juros e encargos, nos próximos 30 anos, da ordem de R\$ 600 milhões.

A obtenção de expressivo superávit primário, a redução do déficit orçamentário e o controle das despesas, obtidos em 2007 e 2008, já apontam uma maior qualidade na gestão das contas públicas. O maior desafio continua sendo manter o equilíbrio orçamentário e, de forma gradativa, recuperar a capacidade de investimento público, tendo em vista as demandas mais reprimidas do setor de infraestrutura e de logística, tão importantes para a dinamização e competitividade dos sistemas produtivos da economia gaúcha. Ademais, sem se descuidar da finalidade precípua do Estado, de aumentar o bem-estar, permitindo a ampliação e a qualificação dos serviços públicos na área de educação, de saúde e de segurança.

## **2.2. Do Financiamento do Déficit Público ao Longo do Tempo**

O Estado necessita financiar-se para fazer frente à sua finalidade principal, que é prestar bons serviços públicos. Como já reiteradas vezes explicitado, as contas públicas do Estado apresentaram déficits fiscais expressivos e recorrentes há várias décadas. Esses desequilíbrios foram cobertos ora com endividamento suportado com operações de crédito, ora com a emissão de títulos públicos. E, em outras oportunidades, com o “financiamento inflacionário”.

Já no período mais recente, recorreu-se às privatizações, às antecipações de receitas tributárias, ao atraso no pagamento de fornecedores e de precatórios, ao financiamento interno no âmbito do Caixa Único (potencializados pelos depósitos judiciais). Ao final de 2004, com vigência a partir de abril de 2005 até 31 de dezembro de 2006, buscou-se o incremento de receitas, mediante aumento de alíquotas do ICMS sobre produtos selecionados. Houve também parcelamentos do décimo terceiro salário e dos vencimentos de parte dos servidores.

A Tabela 4 mostra, de forma sucinta, como foi enfrentado o déficit fiscal pelos governos ao longo do tempo.

Tabela 4 - Principais formas de enfrentamento do déficit público pelos diversos governos

PERÍODO	GOVERNO	ENFRENTAMENTO DO DÉFICIT
1971-1974	TRICHES	ENDIVIDAMENTO
1975-1978	GUAZELLI	ENDIVIDAMENTO
1979-1982	AMARAL	ENDIVIDAMENTO E INFLAÇÃO
1983-1986	JAIR	DÉBITOS DE TESOURARIA E INFLAÇÃO
1987-1990	SIMON	INFLAÇÃO
1991-1994	COLLARES	INFLAÇÃO
1995-1998	BRITTO	VENDA DE ATIVOS
1999-2002	OLÍVIO	CAIXA ÚNICO, MENOR VOLUME DE INVESTIMENTOS, VENDA DE ATIVOS, ANTECIPAÇÃO DE IMPOSTOS, ATRASOS COM FORNECEDORES E PRECATÓRIOS
2003-2006	RIGOTTO	CAIXA ÚNICO, DEPÓSITOS JUDICIAIS, ATRASOS COM FORNECEDORES E PRECATÓRIOS, ANTECIPAÇÃO DE IMPOSTOS, MENOR VOLUME DE INVESTIMENTOS, PARCELAMENTO DO 13º SALÁRIO JUNTO AO BANRISUL E AUMENTO DE TRIBUTOS
2007	YEDA CRUSIUS	CAIXA ÚNICO, ALIENAÇÃO DE AÇÕES DO BANRISUL, PARCELAMENTO DO 13º SALÁRIO E DOS VENCIMENTOS DE PARTE DOS SERVIDORES, REDUÇÃO DO GASTO EM CUSTEIO E EM INVESTIMENTOS

**FONTE:** Balanço do Estado do Rio Grande do Sul.

Como se viu acima, recorreu-se a um variado conjunto de fontes de financiamento. Apesar do uso desses recursos, não se conseguiu atingir o equilíbrio entre receitas e despesas, nem tampouco estancar o baixo nível de investimento dos últimos governos.

### 2.3. Da Evolução de Indicadores das Contas Públicas

Adiante se destaca a evolução de alguns indicadores contábeis, no intuito de mostrar como se encontram as finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

Na Tabela 5 lista-se o resultado Primário<sup>1</sup> e o Orçamentário<sup>2</sup>, conforme a fórmula da Lei de Responsabilidade Fiscal, entre os anos de 1971 e junho de 2008. Constata-se a freqüência de resultados negativos, que tanto impactaram as decisões do gestor público.

Importa notificar que, entre 1971 e 1983, o Resultado Primário refere-se à Administração Direta com repasses às Fundações e Autarquias. Entre 1984 e 2007, o Resultado Primário refere-se à Administração Pública Consolidada. O cálculo utilizado para a elaboração da série do Resultado Primário foi feito segundo o critério atual, conforme a Portaria SOF nº 4, de 08/03/2001. A partir de 2001, os valores foram retirados diretamente do Balanço Geral do Estado do RS, publicados pela CAGE.

Convém mencionar que o Resultado Primário menor que o Orçamentário, verificado em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas financeiras na cobertura de despesas correntes, ou seja, o Estado financiou suas despesas correntes com operações de crédito e com alienação de bens.

---

<sup>1</sup> **Resultado Primário:** é o resultado que decorre da diferença entre as receitas e despesas não-financeiras (não considera os juros recebidos e já incorridos). Consideram-se como despesas financeiras aquelas que não pressionam ou aumentam o endividamento líquido do Governo em termos de resultado primário no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam para o ente da Federação um direito junto ao setor privado interno e/ou externo, tais como concessão de empréstimos e financiamentos, aquisição de títulos de crédito e representativos de capital já integralizado, constituição ou aumento de capital de empresas e pagamento de juros e amortização. **Fonte:** Portaria SOF nº. 4, de 08/03/2001.

<sup>2</sup> **Resultado Orçamentário:** é o resultado da conta da execução orçamentária, tomando por base as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas, estas da competência originária de um determinado exercício financeiro.

Tabela 5 - Resultados Primário e Orçamentário – R\$ 1,00

Ano	Resultado Primário	Resultado Orçamentário
<b>Administração Direta com Repasses às Fundações e Autarquias</b>		
1971	-36.461.065	-113.000.791
1972	-235.556.452	-205.706.981
1973	-442.296.497	-382.861.871
1974	-834.960.714	-333.233.935
1975	-1.092.317.730	-565.969.103
1976	-1.246.794.251	-1.233.080.551
1977	-23.388.156	-440.429.413
1978	-538.063.652	208.148.908
1979	-893.407.400	-375.603.696
1980	-525.929.053	-442.390.374
1981	-1.134.910.175	-464.355.676
1982	-1.520.803.066	-1.190.436.647
1983	-1.448.654.049	-4.664.868.790
<b>Administração Consolidada</b>		
1984	-1.144.908.196	-2.001.466.764
1985	-1.915.792.952	-7.768.993.590
1986	-1.382.978.965	-2.274.990.180
1987	-755.180.996	-831.439.912
1988	-1.171.520.266	-659.356.112
1989	-3.492.961.275	290.074.832

Ano	Resultado Primário	Resultado Orçamentário
<b>Administração Consolidada</b>		
1990	-2.921.242.238	-937.109.464
1991	-363.540.978	-357.104.712
1992	-3.802.731.387	-890.491.984
1993	-2.804.345.788	-391.448.499
1994	-741.851.353	-665.467.881
1995	-575.584.140	-1.327.683.396
1996	-1.886.559.939	-74.847.242
1997	-1.290.958.826	1.410.612.892
1998	-3.364.859.171	905.867.731
1999	-889.009.638	-1.794.008.085
2000	-803.271.477	-1.183.410.245
2001	-509.052.064	-1.251.717.064
2002	-98.474.276	-579.883.146
2003	-123.378.561	-473.790.355
2004	40.767.113	-1.042.100.161
2005	611.423.005	-981.416.897
2006	477.601.993	-945.123.429
2007	954.249.517	623.154.087
2008 (Jan-Jun)	1.752.744.895	808.107.167

**FONTE:** Balanço Geral do Estado do RS.

**NOTA 1:** O resultado primário e orçamentário de 2008 (jan-jun) está em valores nominais.

**NOTA 2:** Os valores estão atualizados pelo IGP-DI médio de dezembro de 2007.

Quando se analisa a situação econômico-financeira da Administração Direta do Estado, sob a ótica patrimonial, a Situação Líquida Financeira, assim como a Situação Líquida Financeira Potencial e a Situação Líquida Financeira Real, vê-se que evoluíram negativamente.

A Tabela 6 adiante mostra que, entre 1998 e 2007 a Situação Líquida Financeira passou de R\$ 211,9 milhões positivos para R\$ 2.673,9 milhões negativos. Até junho de 2008, R\$ 2.233,1 milhões negativos. Já a Situação Líquida Financeira Real Ajustada nominal, nesse mesmo período, variou de R\$ 836,1 milhões negativos para R\$ 5.750,7 milhões negativos. Até junho de 2008, R\$ 5.866,6 milhões negativos. Já a Situação Líquida Financeira Real Ajustada, pelo IGP-DI de 31/dez/2007, passou de R\$ 2.124,4 milhões negativos, em 1998, para R\$ 5.750,7 milhões negativos, em 2007.

Com relação ao Índice de Liquidez Corrente – ILC (ativo financeiro sobre o passivo financeiro), este se deteriorou até 2006. Em 1998, a cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, o Estado possuía em caixa R\$ 1,15. Em 1999 estava em 0,57. Em 2005 e 2006, para cada R\$ 1,00 de dívida, havia somente R\$ 0,13 no caixa. Em 2007, houve uma melhora substancial no ILC, passando para R\$ 0,41. Em junho de 2008, recuperou-se para 0,52, o que se denota, de forma inequívoca, o esforço fiscal despendido pelo governo e pela administração na produção de resultados substantivos.

Tabela 6 - Evolução do Patrimônio Financeiro da Administração Direta do Estado do RS - R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (JAN- JUN)
ATIVO FINANCEIRO	1.618,0	730,0	779,0	803,0	612,3	623,9	618,7	421,6	490,5	1.823,1	2.395,5
PASSIVO FINANCEIRO	1.406,1	1.285,0	1.896,0	2.476,0	2.139,8	2.146,1	2.873,0	3.304,5	3.888,4	4.497,0	4.628,6
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA REAL	211,9	-555,0	-1.117,0	-1.673,0	1.527,5	-1.522,2	-2.254,3	-2.882,9	-3.397,9	-2.673,9	-2.233,1
(-) SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA POTENCIAL	-	-1.065,0	-967,0	-1.335,0	-	-1.228,1	-1.023,1	-959,8	-1.379,4	-3.076,8	-3.633,5
(-) DÍVIDAS PENDENTES DE REGISTRO	1.048,0	0,0	0,0	0,0	1.048,7	-672,5	-495,0	-271,9	0,0	0,0	0,0
(-) CANCELAMENTO DE REGISTRO	0,0	0,0	0,0	0,0	-169,0	-301,0	-120,3	-170,7	0,0	0,0	0,0
(-) OUTRAS DÍVIDAS IDENTIFICADAS	0,0	0,0	0,0	0,0	-369,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA REAL AJUSTADA (NOMINAL)	-836,1	-1.620,0	-2.084,0	-3.008,0	3.787,5	-3.636,5	-3.892,7	-4.285,3	-4.777,3	-5.750,7	-5.866,6
SITUAÇÃO LÍQUIDA FINANCEIRA REAL AJUSTADA (IGP-DI DE 31/DEZ/2007)	-	-3.428,9	-4.017,3	-5.252,1	-	-4.678,1	-4.466,0	-4.798,6	-5.154,2	-5.750,7	-5.866,6
2.124,4					5.245,8						
<b>ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE</b>	<b>1,15</b>	<b>0,57</b>	<b>0,41</b>	<b>0,32</b>	<b>0,29</b>	<b>0,29</b>	<b>0,22</b>	<b>0,13</b>	<b>0,13</b>	<b>0,41</b>	<b>0,52</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.

## 2.4. Das Receitas Públicas

A Tabela 7 mostra a evolução das receitas orçamentárias consolidadas do Estado do RS, a partir de 2000.

Tabela 7 - Balanço Orçamentário Consolidado das Receitas Públicas do Estado - R\$ 1,00

Classificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
RECEITA TRIBUTÁRIA	12.249.389.966	13.282.358.088	12.762.949.671	13.097.376.751	12.979.675.604	14.166.874.537	14.875.683.467	14.922.440.970
IMP S/PATRIM E A RENDA	828.467.858	1.021.657.374	836.743.397	1.481.474.797	1.400.003.032	1.457.036.752	1.631.845.911	1.767.448.817
ICMS	10.964.369.778	11.796.639.670	11.473.852.687	11.164.529.114	11.098.177.968	12.221.465.314	12.716.669.575	12.569.627.285
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.123.472.231	1.062.533.038	1.034.706.719	1.144.492.441	1.344.625.142	1.281.518.153	1.349.961.177	1.198.043.091
RECEITA PATRIMONIAL	368.889.260	308.161.819	385.154.283	440.271.155	229.391.892	288.664.406	429.225.194	326.427.957
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.418.359	3.226.972	805.574	926.689	840.768	641.051	805.261	852.625
RECEITA INDUSTRIAL	4.257.877	6.498.976	4.059.637	3.586.928	6.760.676	3.019.735	2.238.214	805.764
RECEITA DE SERVIÇOS	226.294.614	255.474.345	227.001.351	211.372.624	194.542.379	193.877.426	181.156.677	186.589.783
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.176.387.311	4.080.488.220	4.436.818.532	3.101.725.464	3.419.839.605	3.704.182.079	4.120.706.447	4.354.000.616
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	605.817.348	703.662.059	1.725.816.823	1.604.678.103	612.903.689	653.237.689	470.079.528	573.289.206
REC. CONTRIB. INTRA-ORC	0	0	0	0	0	0	0	709.733.271
DEDUÇÕES RECEITA CORRENTE	0	0	0	-1.965.677.191	-1.914.692.062	-1.639.334.249	-1.664.251.628	-1.870.689.369
<b>Receitas Correntes</b>	<b>18.755.926.966</b>	<b>19.702.403.517</b>	<b>20.577.312.590</b>	<b>17.638.752.965</b>	<b>16.873.887.694</b>	<b>18.652.680.827</b>	<b>19.765.604.338</b>	<b>20.401.493.915</b>
OPERACÕES DE CRÉDITO	587.445.987	228.851.278	218.896.252	365.073.349	272.834.601	142.149.996	32.761.398	0
ALIENAÇÃO DE BENS	855.595.180	544.650.689	295.801.290	169.938.317	201.295.618	32.702.872	250.468.129	1.365.562.024
AMORTIZAÇÃO EMPRÉSTIMOS	99.135.238	53.511.741	37.308.274	6.309.264	12.241.988	13.794.756	57.263.719	35.980.239
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	381.754.271	328.632.101	330.927.063	15.363.131	32.450.473	20.183.594	27.982.873	33.517.598
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	186	93.156	8.004	189	45	0	0	0
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.923.930.862</b>	<b>1.155.738.965</b>	<b>882.940.883</b>	<b>556.684.251</b>	<b>518.822.725</b>	<b>208.831.218</b>	<b>368.476.120</b>	<b>1.435.059.861</b>
<b>Total das Receitas Arrecadadas</b>	<b>20.679.857.828</b>	<b>20.858.142.483</b>	<b>21.460.253.473</b>	<b>18.195.437.216</b>	<b>17.392.710.419</b>	<b>18.861.512.045</b>	<b>20.134.080.458</b>	<b>21.836.553.77</b>

**FONTE:** Secretaria da Fazenda do RS / Sistema Cubo.

**NOTA:** Os valores estão atualizados pelo IGP-DI médio de dezembro de 2007.

Ressalta-se que, as receitas tributárias tiveram uma trajetória ascendente de crescimento, em especial em 2005 e em 2006, quando as alíquotas do ICMS sobre energia elétrica e combustível estavam majoradas. Em 2007, em razão da não-prorrogação da lei, que majorou essas alíquotas, o ICMS teve crescimento real negativo (IGP-DI) de 1,3%.

As transferências constitucionais da União ao Estado, entre 2000 e 2007, ficaram praticamente estáveis. Outro ponto relevante é o fato de que as operações de crédito, que já foram muito utilizadas no passado para a cobertura do déficit de caixa, hoje estão praticamente inviabilizadas, tendo em vista as restrições da LRF (o Estado detém a relação dívida sobre a RCL maior do que duas vezes), à exceção de casos específicos autorizados pelo Congresso, como o empréstimo junto ao Banco Mundial, na troca do perfil da dívida extralimite, onde ocasiona um comprometimento menor com o serviço da dívida (ver capítulo específico adiante).

#### 2.4.1. Do ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual. No grupo das Receitas Tributárias, tal imposto representa em torno de 89% sobre o total arrecadado, como demonstrado na Tabela 8. Concentra-se notadamente nas áreas de combustível, energia elétrica, telecomunicações, bem como de bebidas e de fumo.

Tabela 8 - Percentual do ICMS total em relação à Receita Tributária Consolidada - em valores nominais - R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (jan-jun)
ICMS TOTAL ARRECADADO	5.646,8	6.706,4	7.441,5	8.988,8	9.637,9	11.382,9	11.813,3	12.257,7	7.261,1
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.126,4	7.330,7	8.016,1	10.084,2	10.946,2	12.636,5	13.501,9	14.239,7	8.538,5
% ICMS / RECEITA TRIBUTÁRIA	92,2	91,5	92,8	89,1	88,0	90,1	87,5	86,1	85,0

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela 9 adiante mostra a evolução desse tributo. Verifica-se que o ICMS total arrecadado cresceu 205,9%, em termos nominais, passando de R\$ 4.006,7 milhões, em 1997, para R\$ 12.257,7 milhões, em 2007. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de arrecadação de 21,8%. Em 2007, comparado com 2006, o crescimento nominal do ICMS foi de 3,8%, contudo, pelo IGP-DI, houve decréscimo de arrecadação de 1,3%, em função da não-prorrogação de alíquotas. Em 2008, constata-se melhora substancial no volume de arrecadação. Neste ano, prevê-se um ICMS total de R\$ 14,4 bilhões, crescimento nominal aproximado de 17,5%.

Tabela 9 - Evolução da Arrecadação do ICMS Total - R\$ milhões

ANO	ARRECAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO NOMINAL SOBRE ANO ANTERIOR	ARRECAÇÃO IGP-DI DEZ/07	VARIAÇÃO PELO IGP-DI SOBRE ANO ANTERIOR	% ARRECAÇÃO ICMS / PIB DO RS
1997	4.006,7	-	10.541,9	-	5,8
1998	4.232,1	5,6	10.715,2	1,6	6,0
1999	4.659,5	10,1	10.589,5	-1,2	6,2
2000	5.646,8	21,2	11.277,9	6,5	6,6
2001	6.706,3	18,8	12.143,3	7,7	7,1
2002	7.441,5	11,0	11.837,0	-2,5	7,1
2003	8.988,8	20,8	11.676,0	-1,4	7,0
2004	9.637,9	7,2	11.427,7	-2,1	6,8
2005	11.382,7	18,1	12.762,8	11,7	7,8
2006	11.813,3	3,8	13.016,3	2,0	7,6
2007	12.257,7	3,8	12.844,0	-1,3	7,0
<b>% 2007 / 1997</b>	<b>205,9</b>	<b>-</b>	<b>21,8</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

**NOTA 1:** Para o período 1997/01, a base de cálculo do PIB está referenciada em 1985. Para o período 2002-07, a base de cálculo do PIB está referenciada em 2000.

**NOTA 2:** O PIB dos anos de 2006 e 2007 é preliminar.

A arrecadação do ICMS total em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, que representou 5,8%, em 1997, cresceu para 7,6%, em 2006 e caiu para 7,0%, em 2007. A média do período é de 6,8%. O salto em 2005 e 2006, de 7,8% e 7,6% do PIB, em relação a 2004, de 6,8% do PIB, deu-se em função de dois fatores principais. O primeiro deles é o aumento de alíquotas do ICMS sobre alguns produtos e serviços seletivos. O outro é o fato do PIB do RS ter tido queda de 2,8% em 2005, em função do efeito da fortíssima estiagem que causou depressão no campo e no agronegócio gaúcho. A valorização do real também foi fator determinante nessa cota. Em 2006, o PIB mostrou recuperação, com um crescimento de 2,7%.

Em 2007, as estimativas preliminares (FEE/RS) apontam para um vigoroso crescimento do PIB do RS em 7,0%, atingindo R\$ 175,2 bilhões, quarto no *ranking* do País. O PIB *per capita* deve crescer 5,9%, atingindo R\$ 15.813,00. O setor agropecuário teve uma participação de 8,5% no Valor Adicionado Bruto (VAB) do RS, com um crescimento estimado de 19,2%. A indústria teve uma participação de 29,05% no VAB, com variação positiva de 7,2%. O setor de serviços teve uma participação de 62,44% no VAB estadual, com crescimento de 5,3%.



O RS se mantém há vários anos na quarta posição entre os estados brasileiros com maior arrecadação nominal de ICMS, atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Contudo, comparando o ICMS arrecadado com o PIB estadual, o RS tem uma das menores cargas tributárias, tendo em vista ao alto impacto da desoneração das exportações e o fato de o Estado estar distante dos grandes centros produtores e consumidores do resto do País, é forçosa a adoção de políticas compensatórias de incentivos fiscais que viabilizem a opção pela permanência e pela atração de novos investimentos no Estado.

A Tabela 10 adiante mostra um comparativo de arrecadação de ICMS tributo entre os Estados brasileiros, tomando-se por base o período entre 2008 (jan-jun) e 2007 (jan-jun). Vê-se que a média brasileira de performance de arrecadação foi de 18,8%. Os Estados que mais pontuaram foram Minas Gerais (24,4%), Rio Grande do Sul (23,5%), Mato Grosso do Sul (23,2%), Mato Grosso (21,3%) e Ceará (21,1%). O RS arrecadou, no primeiro semestre de 2008, em relação ao primeiro semestre de 2007, mais R\$ 1,38 bilhão.

Dentre outros fatores importantes, o forte crescimento na arrecadação de ICMS, em 2008, deu-se em função de alterações na política tributária, dentre elas a que introduziu às empresas mecanismos de compensação de créditos quando internalizam no território gaúcho suas compras de insumos e matérias-primas (substituição de importações), ampliando a parcela de valor adicionado capturado pelo fisco estadual.

Ainda, o Estado, indiretamente, está se favorecendo da atual política cambial e do alto preço do petróleo no mercado internacional. A desvalorização do dólar frente ao real ocasionou aumento de importações, reduzindo de modo substancial o superávit da balança comercial. Essa conjugação de real valorizado com as operações de importação de petróleo e derivados ajudou a incrementar a entrada de ICMS aos cofres do Estado.

Tabela 10 - Arrecadação de ICMS dos Estados – R\$ 1.000,00

UF	2007 (jan-jun)	2008 (jan-jun)	Jan-jun 08 Jan-jun 07	% Jan-jun 08 Jan-jun 08
<b>NORTE</b>	<b>3.846.211</b>	<b>4.398.319</b>	<b>552.108</b>	<b>14,4</b>
Amazonas	1.728.202	2.025.769	297.567	17,2
Pará	1.749.234	1.940.642	191.408	10,9
Tocantins	368.775	431.908	63.133	17,1
<b>NORDESTE</b>	<b>12.537.121</b>	<b>14.660.535</b>	<b>2.123.414</b>	<b>16,9</b>
Maranhão	966.938	1.088.716	121.778	12,6
Ceará	1.804.832	2.185.725	380.893	21,1
Rio Grande do Norte	950.340	1.072.381	122.041	12,8
Paraíba	799.670	933.608	133.938	16,7
Pernambuco	2.568.414	2.919.405	350.991	13,7
Alagoas	637.170	758.649	121.479	19,1
Sergipe	572.000	635.047	63.047	11,0
Bahia	4.237.757	5.067.004	829.247	19,6
<b>SUDESTE</b>	<b>46.269.134</b>	<b>55.523.407</b>	<b>9.254.273</b>	<b>20,0</b>
Minas Gerais	9.129.681	11.355.839	2.226.158	24,4
Rio de Janeiro	7.525.340	8.458.709	933.369	12,4
São Paulo	29.614.113	35.708.859	6.094.746	20,6
<b>SUL</b>	<b>14.114.685</b>	<b>16.665.980</b>	<b>2.551.295</b>	<b>18,1</b>
Paraná	4.802.067	5.652.227	850.160	17,7
Santa Catarina	3.435.461	3.752.625	317.164	9,2
Rio Grande do Sul	5.877.157	7.261.128	1.383.971	23,5
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>7.674.829</b>	<b>9.056.535</b>	<b>1.381.706</b>	<b>18,0</b>
Mato Grosso	1.834.340	2.224.542	390.202	21,3
Mato Grosso do Sul	1.659.799	2.044.100	384.301	23,2
Goiás	2.526.354	2.901.242	374.888	14,8
Distrito Federal	1.654.336	1.886.651	232.315	14,0
<b>BRASIL</b>	<b>84.441.980</b>	<b>100.304.776</b>	<b>15.862.796</b>	<b>18,8</b>

**FONTE:** Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação do Governo Federal.

**NOTA:** Os Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Piauí e Espírito Santo foram excluídos da planilha por não possuírem dados atualizados.

#### 2.4.2. Das Transferências Constitucionais da União ao Estado do RS

No domínio tributário, as relações federativas encontram-se submetidas a grandes distorções. Isso transparece quando se observa que o grande incremento da carga fiscal concentrou-se, exclusivamente, na esfera federal, com a institucionalização de diversas contribuições sociais (CPMF, CIDE, PIS/PASEP, COFINS e CSLL), que não foram repartidas com os demais entes federativos, à exceção da CIDE que, após anos de reivindicação, foi partilhada em percentuais muito reduzidos.

A Tabela 11 adiante mostra a evolução de arrecadação pela União e pelo Estado do RS.

Tabela 11 - Arrecadações da União e do Estado do RS – em valores nominais - R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO	67.901,1	74.689,6	78.685,8	91.624,5	107.897,0	115.191,3	128.674,4	155.057,4	169.502,6	195.546,3
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DA UNIÃO	9 3.761,5	113.727,8	139.726,5	161.139,3	193.567,4	226.062,9	274.044,1	309.860,2	320.739,8	364.728,1
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES AO RS	1.720,8	1.735,4	2.091,7	2.252,3	2.825,9	2.385,8	2.879,7	3.304,4	3.747,4	4.162,3
ARRECAÇÃO DE ICMS TOTAL NO RS	4.232,1	4.659,5	5.646,8	6.706,3	7.441,5	8.988,8	9.637,9	11.382,7	11.813,3	12.257,7

**FONTE:** Secretaria da Fazenda do RS (Sistema Cubo) e STN – [www.stn-fazenda.gov.br](http://www.stn-fazenda.gov.br)

A Tabela 12 demonstra essa evolução, tomando-se como base 100 o ano de 1998. Entre 1998 e 2007, enquanto as receitas tributárias da União cresceram nominais 188%, e as contribuições sociais acumularam aumento expressivo de 289%, as transferências correntes da União ao Estado cresceram somente 142%. Nesse mesmo período, a arrecadação de ICMS cresceu 190%.

Tabela 12 - Arrecadações da União e do Estado – em valores nominais – Ano de 1998 de base 100

ESPECIFICAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
RECEITA TRIBUTÁRIA DA UNIÃO	100,0	110,0	115,9	134,9	158,9	169,6	189,5	228,4	249,6	288,0
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DA UNIÃO	100,0	121,3	149,0	171,9	206,4	241,1	292,3	330,5	342,1	389,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES AO RS	100,0	100,8	121,5	130,9	164,2	138,6	167,3	192,0	217,8	241,9
ARRECAÇÃO DE ICMS TOTAL NO RS	100,0	110,1	133,4	158,5	175,8	212,4	227,7	269,0	279,1	289,6

**FONTE:** Secretaria da Fazenda do RS (Sistema Cubo) e STN – [www.stn-fazenda.gov.br](http://www.stn-fazenda.gov.br)

Fica, portanto, comprovada a tese de que a União busca aumento de arrecadação via contribuições sociais. Desse modo, constitucionalmente não fica obrigada a repartir com os Estados e os Municípios o produto dessa tributação. Importante ressaltar que, com o fim da CPMF, a União compensou parte das perdas com o aumento do IOF sobre operações financeiras e de crédito.

A Tabela 13 adiante demonstra que, entre 1998 e 2007, o ICMS total arrecadado cresceu nominalmente 190%, as transferências constitucionais federais ao Estado, especificamente, a Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), a Cota-parte do IPI-Exportação e a Lei Kandir/Fundo às Exportações, cresceram somente 84%.

Tabela 13 - Arrecadação do ICMS Total e Transferências da União – Em valores nominais – R\$ milhões

ANO	ARRECAÇÃO DE ICMS TOTAL	COTA-PARTE DO FPE (A)	COTA-PARTE DO IPI EXPORTAÇÃO (B)	LEI KANDIR + FUNDO ÀS EXPORTAÇÕES (C)	TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO (A + B + C)
1998	4.232,1	257,2	294,7	296,7	848,6
1999	4.659,5	284,8	270,2	280,8	835,8
2000	5.646,8	337,5	300,2	291,5	929,2
2001	6.706,3	397,2	318,0	269,8	985,0
2002	7.441,5	491,5	311,3	297,8	1.100,6
2003	8.988,8	511,3	292,6	319,6	1.123,5
2004	9.637,9	563,6	310,2	306,8	1.180,6
2005	11.382,7	705,4	351,6	337,8	1.394,8
2006	11.813,3	780,7	377,1	299,6	1.457,4
2007	12.257,7	904,4	391,5	268,7	1.564,6
<b>% 2007 / 1998</b>	<b>189,6</b>	<b>251,6</b>	<b>32,8</b>	<b>-9,4</b>	<b>84,4</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do RS.

A mesma tendência é demonstrada na Tabela 14, na qual se pode verificar que as transferências constitucionais da União ao Estado, em relação ao PIB estadual, apresentaram, ao longo do tempo, um significativo recuo percentual. Com efeito, em 1998, as transferências da União representavam 1,63% do PIB do Estado, enquanto que em 2006 e 2007, estas minguaram para 1,35% do PIB. A diferença de 0,28 pontos percentuais do PIB gaúcho, somente em 2007, representa perda estimada em R\$ 500 milhões (R\$ 179,21 bilhões x 0,28).

Saliente-se que, enquanto a União aumentou a carga tributária de forma considerável, através de contribuições sociais (mecanismo utilizado para não dividir o produto da arrecadação com Estados e Municípios), as receitas de transferências constitucionais ao Estado do RS tiveram significativo recuo ao longo dos anos.

Tabela 14 - Transferências constitucionais da União ao Estado do RS em relação ao PIB gaúcho – Em valores nominais - R\$ 1,00

Especificação	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
COTA-PARTE DO FPE	218.579.580	242.084.889	286.872.534	337.595.852	417.803.205	511.343.670	563.643.610	705.428.874	780.710.683	904.438.835
COTA-PARTE DO FPE-FUNDEF	38.572.867	42.720.862	50.624.564	59.575.738	73.729.977	-	-	-	-	-
COTA-PARTE DO IPI -EXPORTACAO	250.534.120	229.716.402	255.242.980	270.315.178	264.592.662	292.622.754	310.232.550	351.577.252	371.139.674	391.548.227
COTA-PARTE DO IPI EXP – FUNDEF	44.211.903	40.538.188	45.042.878	47.702.678	46.692.822	-	-	-	-	-
TRANSF. FINANC. LC 87/96	249.535.414	241.785.027	247.772.138	229.334.432	253.100.389	319.590.868	256.133.730	256.133.730	121.824.056	146.900.228
TRANSF. LC 87/96-FUNDEF	47.237.031	38.908.077	43.627.874	40.470.782	44.664.775	-	-	-	-	-
AUXÍLIO FINANC.-EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	-	-	50.712.750	81.582.863	152.694.169	121.824.056
IRRF	303.567.169	304.167.732	330.302.522	367.267.444	412.647.132	479.177.859	518.560.808	554.557.376	653.027.638	752.935.353
<b>TOTAL</b>	<b>1.152.238.083</b>	<b>1.139.921.178</b>	<b>1.259.485.491</b>	<b>1.352.262.106</b>	<b>1.513.230.962</b>	<b>1.602.735.151</b>	<b>1.699.283.448</b>	<b>1.949.280.094</b>	<b>2.079.396.220</b>	<b>2.317.646.699</b>
PIB DO RS	70.541.889.405	75.450.458.225	85.137.542.554	94.084.498.446	104.451.257.266	128.039.610.891	142.874.226.327	145.181.521.203	155.971.205.213	175.209.000.000
<b>% TRANSF. UNIÃO / PIB RS</b>	<b>1,63</b>	<b>1,51</b>	<b>1,48</b>	<b>1,44</b>	<b>1,45</b>	<b>1,25</b>	<b>1,19</b>	<b>1,34</b>	<b>1,35</b>	<b>1,35</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria da Fazenda do RS.

Por fim, a Tabela 15 mostra a evolução da carga tributária líquida disponível no Brasil, entre 1991 e 2005, onde se podem comparar as receitas efetivamente recebidas nas diversas esferas federativas. No período considerado, enquanto a União teve crescimento de 7,68 p.p., os Estados e os Municípios, respectivamente, 2,53 p.p. e 1,96 p.p.

Tabela 15 - Percentual da carga tributária líquida disponível – 1991/2005

ENTES FEDERATIVOS	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2005-1991
UNIÃO	13,96	14,80	15,59	17,62	16,77	16,27	16,62	17,61	19,32	19,87	19,16	20,35	20,05	20,87	21,64	7,68 p.p.
ESTADOS	7,10	7,07	6,50	7,70	8,18	8,00	7,72	7,44	7,94	8,34	9,22	9,46	9,22	9,23	9,62	2,53 p.p.
MUNICÍPIOS	4,15	3,98	3,63	4,14	4,81	4,71	4,69	4,69	4,88	4,97	5,63	5,80	5,65	5,77	6,11	1,96 p.p.
<b>TOTAL</b>	<b>25,21</b>	<b>25,85</b>	<b>25,72</b>	<b>29,46</b>	<b>29,76</b>	<b>28,97</b>	<b>29,03</b>	<b>29,74</b>	<b>32,15</b>	<b>33,18</b>	<b>34,01</b>	<b>35,61</b>	<b>34,92</b>	<b>35,88</b>	<b>37,37</b>	<b>12,16 p.p.</b>

**FONTE:** Secretaria da Receita Federal – [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

#### **2.4.3. Da Modernização de Mecanismos de Incremento da Receita**

Para fazer frente ao déficit financeiro, estão em curso várias ações no âmbito da receita pública, com o objetivo de aumentar a arrecadação. A modernização da receita e as ações de combate à sonegação envolvem:

- a) O “Programa de Crescimento Incentivado–Cresce RS”, para estimular setores econômicos do Estado com a redução de alíquotas setoriais;
- b) O “Projeto Estruturante Receita para Crescer”, com ações de gerenciamento matricial da receita, de programa de avaliação do contribuinte e de ações de melhoria da estrutura de desenvolvimento de novos sistemas, entre outras;
- c) A ampliação do controle na fronteira, permitindo a cobrança de 5% do ICMS relativo ao diferencial existente entre as aquisições interestaduais;
- d) A instituição da substituição tributária para novos produtos, ampliando o controle da administração tributária;
- e) A criação de um grupo de trabalho interinstitucional para a recuperação da dívida ativa;
- f) A ampliação da utilização da Nota Fiscal Eletrônica;
- g) A modernização da gestão tributária visando à intensificação do controle para a redução da sonegação fiscal.

Cumprido destacar no tocante à adequação tributária a reavaliação dos benefícios fiscais (isenções, créditos presumidos e reduções de base de cálculo) ao longo de 2007, para vigorar a partir de 2008, preservando a manutenção dos acordos já firmados.

## **2.5. Dos Grandes Agregados da Despesa Pública**

Para se obter uma visão mais diferenciada e apurada da situação das contas estaduais, faz-se necessário destacar a evolução das despesas segundo os denominados grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida) Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, Manutenção e Custeio da máquina pública).

### **2.5.1. Das Despesas com “Pessoal e Encargos Sociais”**

A Tabela 16 mostra a evolução das matrículas de pessoal do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1998 e 2007. Em 1998, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 52,6% do total e 1,93% da população gaúcha. Já em 2007, os ativos perfaziam 52,1% do total e 1,85% da população. Note-se ainda que, entre 1998 e 2007, enquanto a população do Rio Grande do Sul cresceu 7,0%, as matrículas do pessoal ativo do Estado cresceram 2,7%, o número de inativos cresceu 13,5%.

Ressalta-se que, em 1998, havia 99.371 matrículas ativas na Secretaria da Educação e, em 2007, 104.643 matrículas, um aumento de 5.272 matrículas, ou 5,3% a mais. No período considerado, esse órgão foi responsável pela quase totalidade das novas contratações do Estado.

Tabela 16 - Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

ÓRGÃOS	ESPECIFICAÇÃO	1998	2002	2004	2006	2007	2007 - 1998 (10 ANOS)	% 2007 / 1998 (10 ANOS)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	ATIVOS	159.580	174.248	177.046	173.389	166.560	6.980	4,4
	INATIVOS	99.557	110.968	116.137	118.860	121.609	22.052	22,2
	PENSIONISTAS	2.038	1.812	1.656	1.512	1.377	-661	-32,4
	<b>TOTAL</b>	<b>261.175</b>	<b>287.028</b>	<b>294.839</b>	<b>293.761</b>	<b>289.546</b>	<b>28.371</b>	<b>10,9</b>
FUNDAÇÕES	ATIVOS	4.845	5.177	5.415	5.585	5.169	324	6,7
AUTARQUIAS	ATIVOS	6.511	4.337	3.888	3.785	3.538	-2.973	-45,7
	INATIVOS	9.005	6.107	5.768	5.393	5.219	-3.786	-42,0
	PENSIONISTAS	55.753	48.948	48.995	49.531	49.048	-6.705	-12,0
	<b>TOTAL</b>	<b>71.269</b>	<b>59.392</b>	<b>58.651</b>	<b>58.709</b>	<b>57.805</b>	<b>-13.464</b>	<b>-18,9</b>
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA	ATIVOS	19.923	20.050	20.457	21.183	20.707	784	3,9
	INATIVOS	5.478	3.729	3.329	2.817	2.561	-2.917	-53,2
	PENSIONISTAS	164	150	169	177	86	-78	-47,6
	<b>TOTAL</b>	<b>25.565</b>	<b>23.929</b>	<b>23.955</b>	<b>24.177</b>	<b>23.354</b>	<b>-2.211</b>	<b>-8,6</b>
<b>GERAL</b>	ATIVOS	190.859	203.812	206.806	203.942	195.974	5.115	2,7
	INATIVOS	114.040	120.804	125.234	127.070	129.389	15.349	13,5
	PENSIONISTAS	57.955	50.910	50.820	51.220	50.511	-7.444	-12,8
	<b>TOTAL</b>	<b>362.854</b>	<b>375.526</b>	<b>382.860</b>	<b>382.232</b>	<b>375.874</b>	<b>13.020</b>	<b>3,6</b>
<b>POPULAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b>		<b>9.891.857</b>	<b>10.199.494</b>	<b>10.353.807</b>	<b>10.507.131</b>	<b>10.582.324</b>	<b>690.467</b>	<b>7,0</b>

**NOTA:** Nos anos de 2002, 2004 e 2006, a população gaúcha foi estimada pela média entre 2007 e 1998.

**FONTES:** Secretaria da Fazenda ([www.sefaz.rs.gov.br](http://www.sefaz.rs.gov.br)) / Finanças Estaduais / Documentos / Boletim Informativo de Pessoal e IBGE.

A Tabela 17 mostra a evolução das despesas empenhadas com pessoal ativo e inativo, entre 1996 e junho de 2008. Veja que, em 2000, as despesas com inativos (aposentados e pensionistas) ultrapassaram as do pessoal ativo. O comparativo envolve a despesa vinculada diretamente ao gasto com pessoal ativo civil (elemento da despesa 11) e militar (elemento da despesa 12), com pessoal inativo (elemento da despesa 01) e com pensionista (elemento da despesa 03), contribuindo para que o Rio Grande do Sul se consolidasse como o Estado que mais gasta com inativos relativamente às despesas com pessoal.



Tabela 17 - Percentual Empenhado com Pessoal da Administração Pública Estadual Consolidada

Especificação	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (Jan-Jun)
% PESSOAL ATIVO (CIVIL/ MILITAR) - ELEMENTOS 11/12	57,2	55,1	54,9	54,5	49,5	49,8	50,3	49,8	49,5	49,1	48,7	47,8	48,1
% PESSOAL INATIVO (APOSENTADO/ PENSIONISTA) - ELEMENTOS 01/03	42,8	44,9	45,1	45,5	50,5	50,2	49,7	50,2	50,5	50,9	51,3	52,2	51,9

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Em 1996, gastava-se 57,2% com pessoal ativo e 42,8% com pessoal inativo. Em 2007, 47,8% com ativo e 52,2% com inativo. Em 2008 (jan-jun), empenhou-se 48,1% com ativo e 51,9% com inativo. Fica claro que os números dessa conta representam um dos principais limites da política de ajuste fiscal do governo do Estado. É verdade que a legislação recente, tornando mais rigorosa e racional as condições de aposentadoria, deverá contribuir para a redução do desajuste, contudo, surtindo efeitos somente no longuíssimo prazo.

A Tabela 18 mostra a evolução das despesas empenhadas com pessoal (ativo, inativo e pensionista), entre os anos de 2000 e ao cabo do primeiro semestre de 2008, em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Vê-se que, quando se afirma que a crise financeira do Estado tem forte ingrediente estrutural, de difícil solução no curto e no médio prazo, faz-se menção, antes de tudo, à estrutura de gasto com pessoal. Ao se analisar a evolução do gasto com pessoal, verifica-se que o peso dessa conta é ainda excessivamente elevado. Contudo, está em marcha uma forte reestruturação nas contas públicas, bastando verificar que, em 2000 empenhou-se 76,9% da RCL com gasto total de pessoal, enquanto que em 2007 havia baixado para 72,6%. Em 2008 (jan-jun), gastou-se 64,3% da RCL. Esse último resultado deveu-se, principalmente, ao excelente desempenho da arrecadação verificado no primeiro semestre de 2008.

Tabela 18 - Percentual das Despesas Empenhadas Consolidadas com “Pessoal e Encargos Sociais” em Relação à RCL

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (Jan-Jun)
% SOBRE A RCL	76,9	73,7	79,1	77,6	72,9	69,2	71,8	72,6	64,3

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do RS

**NOTA:** O cálculo percentual foi feito tomando-se por base o valor total empenhado no grupo de “Pessoal e Encargos Sociais”, ajustado pela dedução da dupla contagem do IPERGS (Rubrica 1301). A partir de 2007, também houve ajuste na Rubrica 1309 (Contribuição ao IPERGS – Cobertura de Déficit com Pensionistas).

No que tange ao gasto com pessoal sob a óptica de sua distribuição entre os Poderes do Estado, conclui-se que, à luz das evidências constantes da Tabela 19 e da Tabela 20, coube ao Poder Executivo, no período considerado, o esforço maior de contenção da despesa e de ajuste fiscal. A Tabela 19 mostra as despesas empenhadas totais do grupo de “Pessoal e Encargos Sociais” dos diversos Poderes, entre 2000 e 2008 (jan-jun).

Tabela 19 - Despesas Empenhadas de “Pessoal e Encargos Sociais” dos Poderes, em valores nominais - R\$ 1,00

PODERES / ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (Jan-Jun)
INDIRETA	753.879.856	939.283.085	1.193.666.968	1.416.083.777	1.437.601.443	1.535.060.167	1.769.454.548	1.710.709.515	747.475.623
MINISTÉRIO PÚBLICO	141.508.248	171.119.706	214.505.884	273.357.192	310.013.682	364.654.478	398.502.531	414.567.048	213.254.133
PODER EXECUTIVO	3.548.608.218	3.740.002.513	4.248.112.725	4.692.434.057	4.844.279.113	5.174.838.230	5.765.490.084	6.377.263.893	3.455.377.751
PODER JUDICIÁRIO	474.381.332	576.111.389	690.073.006	791.120.286	911.616.558	1.070.911.758	1.179.733.241	1.220.113.604	651.001.539
PODER LEGISLATIVO	198.315.603	260.396.060	306.968.185	323.241.791	327.612.081	396.154.081	444.247.941	434.543.422	225.673.092
<b>Total</b>	<b>5.116.693.256</b>	<b>5.686.912.752</b>	<b>6.653.326.768</b>	<b>7.496.237.105</b>	<b>7.831.122.877</b>	<b>8.541.618.713</b>	<b>9.557.428.344</b>	<b>10.157.197.483</b>	<b>5.292.782.138</b>
<b>RCL</b>	<b>6.657.894.000</b>	<b>7.714.865.000</b>	<b>8.414.927.000</b>	<b>9.660.540.000</b>	<b>10.736.730.000</b>	<b>12.349.352.000</b>	<b>13.312.373.000</b>	<b>13.991.366.037</b>	<b>8.228.131.809</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Sistema Cubo da Secretaria da Fazenda do RS.

**NOTA:** As despesas de Pessoal foram ajustadas subtraindo a rubrica 1301 (dupla contagem do IPERGS). A partir de 2007, também houve ajuste na Rubrica 1309 (Contribuição ao IPERGS – Cobertura de Déficit de Pensionistas).

A Tabela 20 reflete os valores da tabela anterior, demonstrando a evolução do percentual gasto com pessoal pelos Poderes em relação à Receita Corrente Líquida, tomando-se como base 100 o ano de 2000.

Tabela 20 - Despesas Empenhadas de Pessoal dos Poderes em relação à RCL

PODERES / ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (Jan-Jun)
INDIRETA	100,0	107,5	125,3	129,5	118,3	109,8	117,4	108,0	80,2
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	104,4	119,9	133,1	135,9	138,9	140,8	139,4	121,9
PODER EXECUTIVO	100,0	91,0	94,7	91,1	84,7	78,6	81,3	85,5	78,8
PODER JUDICIÁRIO	100,0	104,8	115,1	114,9	119,2	121,7	124,4	122,4	111,0
PODER LEGISLATIVO	100,0	113,3	122,5	112,3	102,4	107,7	112,0	104,3	92,1
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>95,9</b>	<b>102,9</b>	<b>101,0</b>	<b>94,9</b>	<b>90,0</b>	<b>93,4</b>	<b>94,5</b>	<b>83,7</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Sistema Cubo da Secretaria da Fazenda do RS.

Observa-se que, no período considerado, o Ministério Público teve um crescimento real em pessoal de 21,9% acima da variação da RCL; o Poder Judiciário, 11,0%; enquanto que o Poder Legislativo, a Administração Indireta e o Poder Executivo, respectivamente, declinaram 7,9%, 19,8% e 21,2%.

Assinale-se, por derradeiro, que, dentre as despesas com o pessoal ativo do Poder Executivo (Elementos 11 e 12), as funções Educação, Segurança e Saúde responderam, em média, entre 2006 e junho de 2008, por 84,6% do total. Essa situação instalada no Poder Executivo se aproximou do ponto em que novas reduções de despesa criam deficiências na prestação de serviços públicos essenciais.

### 2.5.2. Das Despesas com “Dívida Pública”

Para melhor exame do endividamento público é necessário reconstituir o histórico da dívida pública estadual fundada consolidada (dívida interna e externa com vencimento de longo prazo), no período compreendido entre os finais governos Peracchi (1971) até o final do primeiro ano do Governo Yeda Crusius (2007). É o que se faz adiante na Tabela 21. Em valores reais pelo IGP-DI, entre 1971 e 2007, a dívida cresceu 26,46 vezes.

Tabela 21 - Estoque da Dívida Fundada Interna e Externa - R\$ milhões

GOVERNO	FINAL DE GOVERNO	DÍVIDA ATUALIZADA (1)	REFERÊNCIA	VARIAÇÃO PERCENTUAL	% DÍVIDA RS / PIB RS
PERACCHI	1971	1.276	1,00	-	2,23
TRICHES	1974	2.794	2,19	118,93	2,95
GUAZELLI	1978	5.114	4,01	83,01	4,2
AMARAL	1982	9.160	7,18	79,11	8,35
JAIR	1986	12.715	9,96	38,81	8,28
SIMON	1990	12.734	9,98	0,15	15,5
COLLARES	1994	15.718	12,32	23,43	14,13
BRITTO (2)	1998	34.946	27,38	122,32	19,02
OLÍVIO	2002	34.854	27,31	-0,26	23,55
RIGOTTO	2006	34.290	26,87	-1,62	20,39
YEDA CRUSIUS	2007	33.766	26,46	-1,53	19,27

**FONTE:** Balanço Geral do Estado do RS / Secretaria da Fazenda do RS.

**NOTA (1):** A variável “estoque da dívida” foi corrigida pelo IGP-DI anual.

**NOTA (2):** Inclui a Operação PROES no BANRISUL, de R\$ 6,44 bilhões (corrigida pelo IGP-DI até dez/07).

Ressalta-se que, ao final do Governo Olívio (2002), o estoque da dívida securitizada com o governo federal em relação ao PIB gaúcho estava em 23,55%. Caiu para 20,39% ao final do Governo Rigotto (2006) e arrefeceu para 19,27% ao final do primeiro ano do governo Yeda Crusius (2007).

A Tabela 22 mostra que a dívida consolidada líquida, em 2001, era 2,73 vezes a RCL, chegando, em 2002, a 2,95 vezes. Em 2006 e 2007, decresceu para 2,54 vezes. Em junho de 2008, a relação cedeu para 2,37 vezes.

Tabela 22 - Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL

ESPECIFICAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (Jan-Jun)
DÍVIDA CONSOLIDADA / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2,73 vezes	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes	2,54 vezes	2,37 vezes

**FONTE:** Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria da Fazenda do RS.

Se o estoque da dívida consolidada líquida (R\$ 36,8 bilhões em 30/jun/2008) atesta um lado da gravidade de um problema estrutural, o outro é o desembolso mensal. Em 2006, empenhou-se R\$ 1,78 bilhão a título de juros, encargos e amortização. Em 2007, R\$ 1,83 bilhão (mais de 13% da RCL).

Ao se fazer uma analogia com o que se investiu em 2007, vê-se que o orçamento da dívida é quase cinco vezes maior, o que é inadmissível, tendo em vista as carências latentes do Estado nas diversas áreas, principalmente na saúde, educação, segurança, infraestrutura e transporte. A preocupação está também no indexador utilizado para reajustar mensalmente esse estoque, que é o IGP-DI ou a taxa SELIC (esta utilizada somente utilizada caso haja atraso no pagamento mensal) mais juros de 6% ao ano.

Ressalta-se, na Tabela 23, a evolução do estoque da dívida, a partir de 2000, em relação ao PIB do RS. Veja que mantém certa estabilidade, com tendência declinante.

Tabela 23 - Estoque da Dívida Fundada Interna e Externa em relação ao PIB gaúcho - R\$ 1.000,00

ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (Jan-Jun)
DÍVIDA INTERNA	16.601.567	18.892.745	23.110.688	25.148.846	27.603.012	29.095.416	30.837.838	33.067.694	35.163.407
DÍVIDA EXTERNA	738.775	942.221	1.491.045	1.316.382	1.301.043	1.121.521	944.626	698.529	589.218
<b>TOTAL DE DÍVIDA</b>	<b>17.340.342</b>	<b>19.834.966</b>	<b>24.601.733</b>	<b>26.465.228</b>	<b>28.904.055</b>	<b>30.216.937</b>	<b>31.782.464</b>	<b>33.766.223</b>	<b>35.752.625</b>
PIB DO RS	85.137.543	94.084.498	104.451.257	128.039.611	142.874.226	145.181.521	155.971.295	175.209.000	-
<b>% DÍVIDA S/ PIB</b>	<b>20,37</b>	<b>21,08</b>	<b>23,55</b>	<b>20,67</b>	<b>20,23</b>	<b>20,81</b>	<b>20,38</b>	<b>19,27</b>	<b>-</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

**NOTA:** O PIB gaúcho de 2006 e 2007, divulgados pela FEE/RS, são ainda preliminares.

A Tabela 24 mostra os valores empenhados para o pagamento do serviço da dívida pública. No período entre 2000 e 2007, despendeu-se, em média, o equivalente a 13,6% da Receita Corrente Líquida (RCL) e 16,4% da Receita Líquida Real (RLR)<sup>3</sup>. Em 2008 (jan-jun), o comprometimento com o desembolso da dívida foi de 13,1% da RCL e de 18,5% da RLR.

Tabela 24 - Valores empenhados do serviço da dívida em relação à RCL e RLR - R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (Jan-Jun)
SERVIÇO DA DÍVIDA	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	1.074.387.876
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373	13.991.366	8.228.131.809
RECEITA LÍQUIDA REAL – RLR	5.542.419	6.349.442	7.307.079	8.251.493	8.622.683	9.952.821	10.917.190	11.411.117	5.804.821.784
<b>% SERVIÇO DA DÍVIDA / RCL</b>	<b>12,8</b>	<b>12,6</b>	<b>14,5</b>	<b>14,7</b>	<b>13,6</b>	<b>13,9</b>	<b>13,3</b>	<b>13,1</b>	<b>13,1</b>
<b>% SERVIÇO DA DÍVIDA / RLR</b>	<b>15,4</b>	<b>15,3</b>	<b>16,7</b>	<b>17,3</b>	<b>16,9</b>	<b>17,2</b>	<b>16,3</b>	<b>16,0</b>	<b>18,5</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

<sup>3</sup> A Receita Líquida Real corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo-se: as transferências do FUNDEF, as receitas provenientes das operações de crédito, as receitas provenientes da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os municípios e as receitas do SUS.

Através da renegociação da dívida pública de Estados e Municípios com a União (Lei nº 9.496/97), definiu-se o limite para o pagamento do serviço da dívida intralimite como porcentagem da Receita Líquida Real. Quando o serviço da dívida ultrapassa esse limite, a diferença, chamada de resíduo<sup>4</sup>, é agregada ao estoque da dívida pública a ser paga a partir do final do prazo estipulado no contrato (no caso gaúcho, março de 2028). Além disso, as renegociações anteriores das dívidas dos Estados (Leis nº 7.976 e nº 8.727) são abatidas do limite percentual da RLR, servindo para reduzir a prestação devida (calculada pela Tabela *Price*) e para acumular parcelas de resíduos.

A acumulação desse resíduo gera duas situações. Primeiro, a capitalização de parte de juros devidos e não pagos, pois o pagamento da prestação mensal desse contrato pode ser inferior aos juros devidos, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor. Segundo, o saldo devedor é crescente, capitalizando juros mensais devidos e não pagos incidentes sobre o próprio saldo.

Nos últimos anos, o serviço da dívida tem sido superior a esse limite, e o excesso foi incorporado ao estoque. Isso justifica o crescimento expressivo do estoque da dívida, mesmo em um cenário de ausência de operações de crédito após 2001. A capitalização de juros não pagos é fonte significativa para o aumento da dívida. Isso significa que, a partir de 2002, os resultados primários positivos foram insuficientes para garantir o pagamento de juros devidos, calculados na sistemática definida pelo contrato firmado com amparo da Lei nº 9.496/97.

O Gráfico 7 adiante faz a projeção do saldo residual desse contrato até março de 2028, ano em que atingirá R\$ 27,5 bilhões (a preços constantes de dezembro de 2006). No período de amortização do resíduo (abril de 2028 a abril de 2038), estima-se que o percentual de compromisso com o pagamento dessa dívida ficará em torno de 18% da RLR.

Isso mostra que o equilíbrio econômico-financeiro<sup>5</sup> do contrato foi alterado, trazendo uma lógica perversa que onera, sobremaneira, o devedor. Na renegociação da Lei nº 9.496/97, supunha-se que a relação dívida/RLR fosse decrescente até 2012, ano que essa relação atingiria a unidade.

---

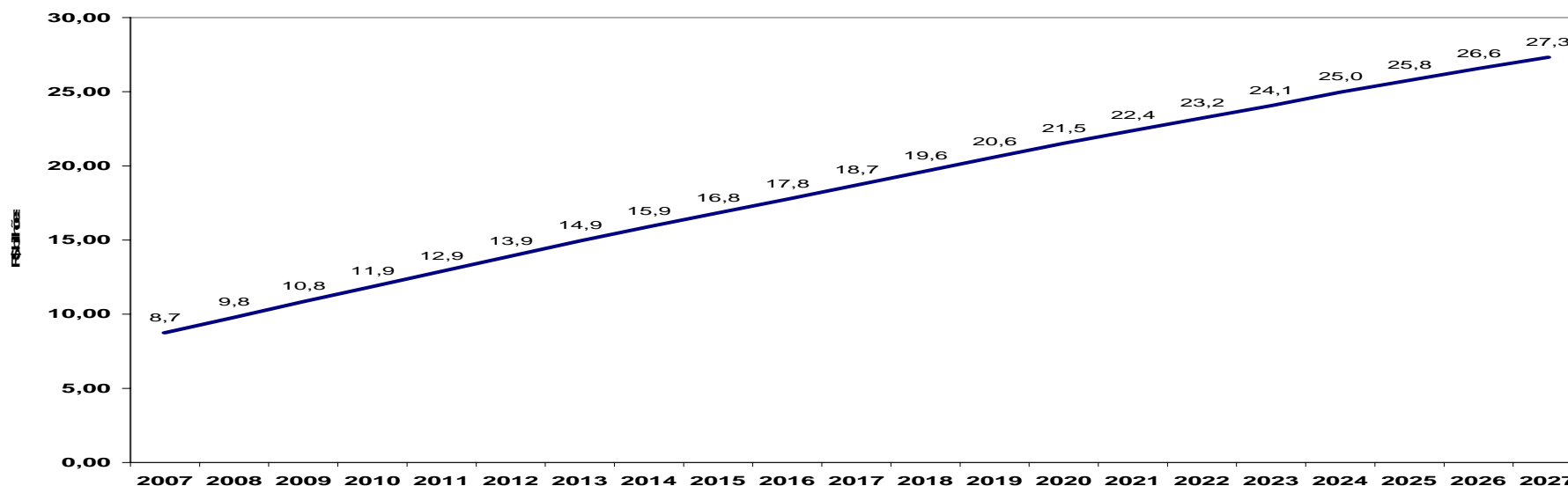
<sup>4</sup> Os resíduos são as parcelas das prestações mensais que excedem o limite da RLR e que serão pagos em 120 prestações mensais, após 30 anos, nas mesmas condições contratuais.

<sup>5</sup> Segundo Santos (2007), o contrato de renegociação da dívida apresenta um desequilíbrio econômico-financeiro, justificando a revisão de suas cláusulas. Para ele, os resíduos estão impedindo que o saldo devedor da dívida decresça. O crescimento excessivo do IGP-DI, provocado pelas maxidesvalorizações cambiais ocorridas em 1999 e em 2002, decorrentes da política econômica do Governo Federal, não estavam previstas quando do acordo em 1998. Ocorreram, então, circunstâncias estranhas às existentes quando da assinatura do contrato, que foram provocadas por um dos contratantes, em prejuízo do outro, portanto um caso típico de *desequilíbrio econômico-financeiro*. Uma das premissas básicas do acordo da dívida era reduzir a relação dívida/receita, o que não está ocorrendo, exatamente por esse fato. Então, a concessão de um desconto no estoque da dívida pela União, com vistas a atingir esse objetivo, torna-se imperativa. Isso não ofende o acordo, pelo contrário, é exatamente isso que fará com que as partes cumpram o que foi ajustado.

Ocorre que houve o deslocamento dessa relação para o ano de 2030 e, além disso, o saldo projetado do resíduo indica que o montante da dívida presente não se reduzirá no futuro. Ou seja, para uma dívida contratual com a União de R\$ 26,6 bilhões, em dezembro de 2006, o seu valor residual não se reduzirá em março de 2028. Ao contrário, passará para R\$ 27,5 bilhões.

A sustentabilidade da política fiscal dos estados endividados passa por alterações nas regras contratuais da Lei nº 9.496/97, sob o risco de imposição de enormes custos sociais e de forçar programas de ajustes fiscais cuja lógica recorrente seja o controle de gastos públicos, já que a elevação de receita parece não ser mais tolerada pela sociedade.

Gráfico 7 – Projeção do resíduo da dívida do contrato da Lei nº 9.496/97 para o RS– 2007-2027



**FONTE:** Secretaria da Fazenda do RS.

**NOTA:** Os valores estão a preços de dezembro de 2006.

#### 2.5.2.1. Do Programa “RS: Sustentabilidade Fiscal para o Crescimento”

O contrato de empréstimo firmado, entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Banco Mundial, denominado “RS: Sustentabilidade Fiscal para o Crescimento”, de US\$ 1,1 bilhão (US\$ 650 milhões já liberados e US\$ 450 milhões no primeiro semestre de 2010), cerca de R\$ 1,8 bilhão, tem por objetivo a reestruturação de parte da dívida extralimite, que é composta por contratos ou obrigações (financiamentos internacionais, título mobiliários e o PROES), que não foram objeto de securitização junto ao Governo Federal em 1998 (Lei 9496/97). A dívida total extralimite totaliza R\$ 3,2 bilhões.

Com a reestruturação de mais da metade dessa dívida extralimite (55% do total), busca-se quitar contratos cujos encargos são maiores que os vigentes, resultando numa vantagem imediata. A melhora do perfil da dívida suaviza o fluxo de pagamento e ainda traz ganho financeiro na redução de seu valor presente. Com essa operação prevê-se uma economia de aproximadamente R\$ 600 milhões.

Os recursos desse financiamento serão repassados diretamente pelo Banco Mundial aos credores do Estado. Não serão utilizados para outras finalidades, como pessoal, outras despesas correntes e investimento. O prazo de amortização é de 30 anos através de pagamentos mensais, já iniciando a primeira parcela no mês seguinte à liberação do empréstimo, quitando-se por completo em 2038.

O custo da operação é equivalente à taxa *Libor* mensal (atualmente 2,46% ao ano) mais o *spread* de 0,13% sobre o total e a correção cambial. As dívidas vincendas que serão substituídas estão atreladas ou a taxa Selic ou taxa de 6% ao ano mais o IGP-DI. Diga-se que este índice acumulado nos últimos 12 meses (agosto de 2007 a julho de 2008) já perfaz 14,8%. O contrato ainda prevê a aplicação de mecanismos de proteção da moeda, eliminando o risco da variação cambial desvantajosa.

A reestruturação da dívida extralimite fará o comprometimento sobre a Receita Líquida Real cair dos atuais 5,1% para 3,1%, ainda em 2008. E até 2012 para 2,6%. A partir dessa data, 1,2% da RLR. Gize-se que a reestruturação beneficiará mais de uma geração, proporcionando economia financeira que poderá ser canalizada para investimentos na área social e em infra-estrutura.

Para operacionalizar o financiamento, houve a aprovação unânime da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e pelo Senado Federal. O aval foi dado pela União. A operação de reestruturação de parte da dívida extralimite feita ao Estado pelo BIRD foi a primeira dessa modalidade e o maior empréstimo já feito a um ente subnacional.

Ressalta-se a sensibilidade do Banco Mundial na concessão do financiamento em contrapartida ao esforço despendido pelo Estado, já no primeiro ano do atual governo (2007), no tocante ao ajuste fiscal e à nova maneira de fazer a gestão pública. Dentre outras ações, pode-se enumerar:



- a) R\$ 954 milhões de superávit primário, o maior das últimas quatro décadas;
- b) Aumento de arrecadação com ações voltadas à fiscalização, sonegação, substituição tributária e ampliação da Nota Fiscal Eletrônica;
- c) Contenção de gastos de manutenção e custeio de mais de 30%, tendo à frente o “Programa Fazendo mais com menos”;
- d) Constituição de fundos previdenciários, de R\$ 1,3 bilhão, com o produto da alienação acionária do BANRISUL;
- e) Criação do modelo de gestão por resultado.

Portanto, o Estado mostrou que está no caminho certo. Todos sabem que não se supera uma crise estrutural no curto prazo. Contudo, o reconhecimento de credibilidade ao Estado por parte do Banco Mundial nos faz orgulhosos e nos encoraja a continuar a lutar por uma gestão pública de qualidade aliada a um contínuo ajuste fiscal, nunca perdendo de vista o bem-estar do povo rio-grandense.

### 2.5.3. Da Aplicação de Recursos em “Investimentos Amplos”

As dificuldades fiscais vêm pesando fortemente sobre a capacidade de investimento do Estado. Nos últimos nove governos há uma queda paulatina desses investimentos, com exceção do Governo Britto, gerando consideráveis repercussões sobre a prestação de serviços básicos na saúde, segurança e educação, além de afetar sobremaneira a infra-estrutura de transporte e de logística. Os recursos alocados no primeiro ano do governo Yeda Crusius foram diminutos e insuficientes. Contudo, somente a partir de 2009 prevê-se gradativa recuperação nos investimentos já que, em 2008, o percentual dos investimentos sobre a RCL deve se manter em níveis semelhantes ao de 2007.

A Tabela 25 demonstra os investimentos efetivados em relação à Receita Corrente Líquida e sua contínua queda.

Tabela 25 - Investimentos amplos empenhados em relação à RCL - R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (Jan-Jun)
INVESTIMENTOS AMPLOS	642.496	633.556	445.794	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542	135.208
RCL	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.373	13.991.366	8.228.132
<b>% INVESTIMENTOS / RCL</b>	<b>9,7</b>	<b>8,2</b>	<b>5,3</b>	<b>8,0</b>	<b>6,1</b>	<b>5,0</b>	<b>5,0</b>	<b>2,9</b>	<b>1,6</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

**NOTA 1:** Os investimentos amplos englobam também o grupo de inversões financeiras.

**NOTA 2:** Em 2000, foram excluídos R\$ 180,6 milhões do grupo “Inversões Financeiras”, da rubrica 6501.

A Tabela 26 mostra a evolução das despesas de capital em relação à RCL e ao PIB do RS, desde o governo Triches até o final do primeiro ano do governo Yeda. O governo Triches investiu 29,66% da RCL e 1,94% do PIB, enquanto os governos recentes de Britto, Olívio, Rigotto e Yeda (2007), aplicaram, respectivamente, 16,71%, 10,64%, 6,02% e 2,86% em relação à RCL e 1,47%, 0,69%, 0,50% e 0,23% em relação ao PIB.

Tabela 26 - Investimentos amplos por governo em relação à RCL e ao PIB gaúcho

Governos	Triches	Guazelli	Amaral	Jair	Simon	Collares	Britto	Olívio	Rigotto	Yeda (2007)
% INVESTIMENTOS / RCL	29,66	29,13	27,61	19,08	20,54	13,07	16,71	10,64	6,02	2,86
% INVESTIMENTOS / PIB RS	1,94	1,55	1,35	1,04	1,32	0,97	1,47	0,69	0,50	0,23

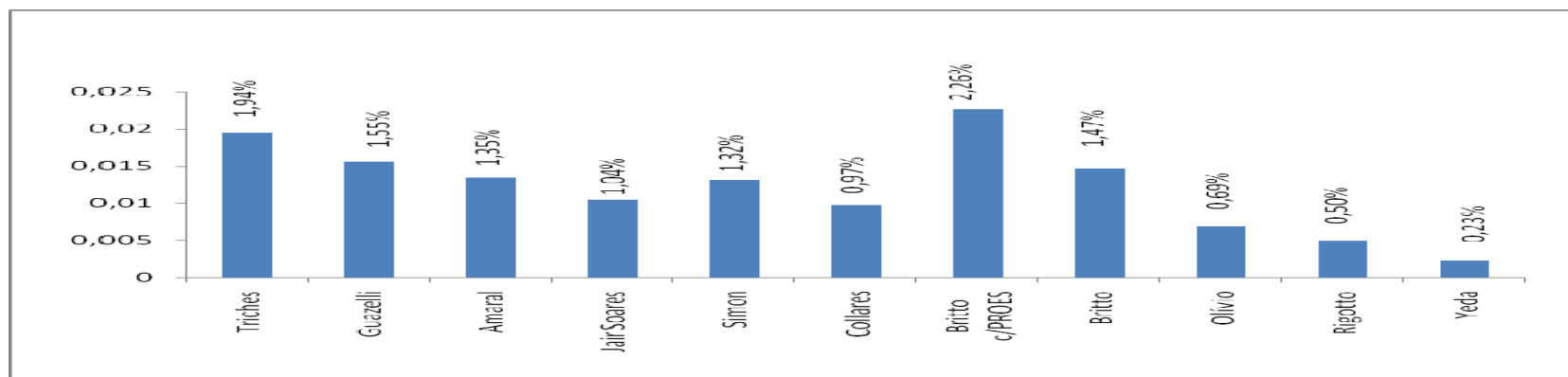
**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Balanço Geral do Estado do RS - CAGE.

**NOTA 1:** Os investimentos amplos englobam também o grupo de inversões financeiras.

**NOTA 2:** Em 2000, foram excluídos R\$ 180,6 milhões do grupo "Inversões Financeiras", da rubrica 6501.

O Gráfico 8 adiante mostra a evolução dos investimentos em relação ao PIB gaúcho.

Gráfico 8 - Despesas de capital do setor não-empresarial do governo do RS em relação à participação no PIB do RS



**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Balanço Geral do Estado do RS - CAGE.

Faz-se urgente recuperar a capacidade de investimento do Estado. Para isso, é condição essencial o estabelecimento de situação de equilíbrio orçamentário e financeiro. A disciplina fiscal austera permitirá, no médio prazo, a retomada por volume significativo de investimentos nas áreas mais deprimidas de recursos.

Devido às restrições orçamentárias que não permitem ao poder público dar conta da totalidade dos projetos saneadores de gargalos e elos faltantes na área infra-estrutura do Estado, poder-se-á abrir caminho para realização de Parcerias Público-Privadas, um instrumento a ser colocado à disposição do gestor público para alavancar setores carentes nos quais a iniciativa privada esteja disposta a investir. Ademais, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, visa igualmente a dar melhores condições de dinamização ao setor produtivo local.

#### **2.5.4. Dos gastos com “Outras Despesas Correntes”**

O grupo “Outras Despesas Correntes” engloba, basicamente, os gastos com manutenção e custeio da máquina pública, os serviços prestados à população na área da saúde, educação e segurança, as transferências legais e constitucionais aos Municípios e a Gestão Plena do SUS.

A Tabela 27 e a Tabela 28 mostram a evolução dos gastos por Poder e Órgãos, comparando-se com a Receita Corrente Líquida.

Tabela 27 - Outras Despesas Correntes” por Poder e Órgãos – em valores nominais empenhados - R\$ 1.000,00

ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (Jan-Jun)
INDIRETA	681.433	761.427	782.324	744.827	887.708	1.073.727	1.089.546	1.232.149	576.862
MINISTÉRIO PÚBLICO	9.351	13.527	19.404	27.532	32.024	34.761	38.401	48.940	20.268
PODER EXECUTIVO	2.808.561	3.461.106	3.634.675	4.288.831	5.093.175	54.004.721	5.657.920	5.647.900	3.322.227
(-) TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.837.033	2.225.945	23.987.255	2.354.712	2.444.559	3.316.561	3.473.862	3.638.888	2.262.472
(-) GESTÃO PLENA SUS	-	-	-	29.157	394.922	412.274	457.612	478.057	278.449
(+) PERDAS FUNDEF	-	-	-	347.088	372.904	-	-	-	-
<b>PODER EXECUTIVO AJUSTADO</b>	<b>971.528</b>	<b>1.235.160</b>	<b>1.235.950</b>	<b>1.557.874</b>	<b>1.880.791</b>	<b>1.671.638</b>	<b>1.726.446</b>	<b>1.530.955</b>	<b>781.306</b>
PODER JUDICIÁRIO	58.765	65.127	86.736	115.182	116.793	128.430	154.759	148.808	64.292
PODER LEGISLATIVO	39.997	44.404	47.902	53.008	58.915	66.177	63.585	58.436	24.115
<b>Total</b>	<b>1.761.074</b>	<b>2.119.644</b>	<b>2.172.315</b>	<b>2.498.424</b>	<b>2.976.230</b>	<b>2.974.733</b>	<b>3.072.737</b>	<b>3.019.288</b>	<b>1.466.843</b>
<b>RCL</b>	<b>6.657.894</b>	<b>7.714.865</b>	<b>8.414.927</b>	<b>9.660.540</b>	<b>10.736.730</b>	<b>12.349.352</b>	<b>13.312.373</b>	<b>13.991.366</b>	<b>8.228.132</b>
<b>% Total Gasto / RCL</b>	<b>26,45</b>	<b>27,47</b>	<b>25,82</b>	<b>25,86</b>	<b>27,72</b>	<b>24,09</b>	<b>23,08</b>	<b>21,58</b>	<b>17,83</b>

**FONTE DOS DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 28 - Outras Despesas Correntes” por Poder e Órgãos em relação à Receita Corrente Líquida – Ano 2000 com base 100

ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (Jan-Jun)
INDIRETA	100,0	96,4	90,8	75,3	80,8	85,0	80,0	86,0	68,5
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	124,8	164,2	202,9	212,4	200,4	205,4	249,0	175,4
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	100,0	109,7	100,7	110,5	120,0	92,8	88,9	75,0	65,1
PODER JUDICIÁRIO	100,0	95,6	116,8	135,1	123,2	117,8	131,7	120,5	88,5
PODER LEGISLATIVO	100,0	95,8	94,8	91,3	91,3	89,2	79,5	69,5	48,8
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>103,9</b>	<b>97,6</b>	<b>97,8</b>	<b>104,8</b>	<b>91,1</b>	<b>87,3</b>	<b>81,6</b>	<b>67,4</b>

**FONTE DOS DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Tendo como base 100 o ano de 2000, a evolução das “Outras Despesas Correntes” mostra o esforço recente dos Poderes e Órgãos para se adaptarem as contingências orçamentárias. Em 2007, o Ministério Público e o Poder Judiciário tiveram gastos acima da variação da RCL do período, respectivamente, em 149,0% e 20,5%. Em 2008 (jan-jun), o Ministério Público foi o que excedeu a variação da RCL, em 75,4%.

## 2.6. Do Déficit Atuarial Previdenciário

A principal variável estrutural de desequilíbrio das finanças do Estado está no déficit previdenciário. Ao longo do tempo, não se buscaram formas de financiar os atuais inativos (aposentados e pensionistas). A equação atuarial do regime previdenciário do Estado do Rio Grande do Sul está longe de ser alcançada, mesmo em prazo longo.

Ressalta-se que, devido às fontes insuficientes para a cobertura do custeio dos atuais inativos, o caixa do Tesouro foi acionado para cobrir R\$ 3,74 bilhões em 2005, R\$ 3,65 bilhões em 2006 e R\$ 4,31 bilhões em 2007, representando, em média, 30% da RCL. A

Tabela 29 adiante copia o Anexo XII do Relatório Resumido da Execução Orçamentária publicado pela CAGE (LRF, art. 53, § 1º, inciso II), onde demonstra o déficit previdenciário até 2040, partindo de um déficit de R\$ 4,39 bilhões em 2008 e alcançando um déficit de R\$ 4,90 bilhões em 2040, acumulando um saldo financeiro negativo acumulado de R\$ 204,1 bilhões até 2040.

Tabela 29 - Previsão de déficit previdenciário não se computando a parte patronal como receita

<b>Ano</b>	<b>Receita Total</b>	<b>Despesa Total</b>	<b>Saldo</b>
2008	1.429.642.223,52	6.070.626.435,87	-4.640.984.212,35
2009	1.403.652.097,89	6.069.788.652,34	-4.666.136.554,45
2010	1.362.712.005,50	6.168.068.119,22	-4.805.356.113,72
2011	1.322.016.276,07	6.263.483.361,11	-4.941.467.085,05
2012	1.280.907.873,70	6.355.492.408,92	-5.074.584.535,22
2013	1.240.385.464,63	6.449.818.698,69	-5.209.433.234,06
2014	1.199.461.161,52	6.529.782.726,50	-5.330.321.564,98
2015	1.159.967.157,88	6.588.084.688,70	-5.428.117.530,82
2016	1.119.957.674,61	6.630.064.195,64	-5.510.106.521,03
2017	1.079.959.354,59	6.661.587.576,68	-5.581.628.222,09
2018	1.041.022.013,75	6.674.281.788,85	-5.633.259.775,09
2019	1.003.155.357,02	6.672.450.795,08	-5.669.295.438,06
2020	964.855.450,95	6.659.846.114,71	-5.694.990.663,76
2021	927.597.519,90	6.631.370.932,69	-5.703.773.412,79
2022	889.627.573,42	6.592.555.204,55	-5.702.927.631,12
2023	852.039.088,65	6.544.980.076,49	-5.692.940.987,83
2024	814.889.157,71	6.481.103.851,59	-5.666.214.693,88
2025	777.140.938,69	6.406.267.279,32	-5.629.126.340,63



2026	739.476.836,65	6.318.200.419,58	-5.578.723.582,94
2027	702.854.682,37	6.218.530.215,82	-5.515.675.533,45
2028	666.136.981,49	6.102.964.641,98	-5.436.827.660,50
2029	629.512.968,70	5.977.791.831,59	-5.348.278.862,89
2030	594.449.397,95	5.829.643.182,84	-5.235.193.784,89
2031	559.973.294,71	5.671.313.933,54	-5.111.340.638,83
2032	526.874.828,63	5.497.319.772,30	-4.970.444.943,68
2033	495.053.628,07	5.315.673.736,00	-4.820.620.107,93
2034	465.284.170,47	5.120.953.071,75	-4.655.668.901,28
2035	435.902.899,26	4.924.127.591,40	-4.488.224.692,14
2036	408.237.865,63	4.718.186.975,08	-4.309.949.109,45
2037	381.114.859,93	4.513.401.991,70	-4.132.287.131,77
2038	355.013.069,57	4.304.518.892,71	-3.949.505.823,14
2039	330.482.442,70	4.092.642.976,29	-3.762.160.533,59
2040	306.986.121,02	3.878.515.555,12	-3.571.529.434,11
2041	284.870.974,44	3.664.931.503,72	-3.380.060.529,28
2042	263.920.942,24	3.451.846.427,91	-3.187.925.485,68
2043	243.701.403,74	3.241.395.072,49	-2.997.693.668,75
2044	224.675.554,92	3.031.150.280,56	-2.806.474.725,64
2045	206.406.629,88	2.825.955.346,54	-2.619.548.716,66
2046	187.934.846,26	2.628.368.611,87	-2.440.433.765,60
2047	170.799.714,76	2.435.079.321,89	-2.264.279.607,13
2048	155.472.442,47	2.245.284.475,81	-2.089.812.033,34
2049	141.056.712,21	2.062.617.593,92	-1.921.560.881,71
2050	127.482.506,48	1.887.998.381,71	-1.760.515.875,23
2051	114.754.319,07	1.721.717.035,57	-1.606.962.716,50
2052	102.864.359,03	1.563.974.429,76	-1.461.110.070,73
2053	91.804.066,34	1.414.888.758,95	-1.323.084.692,61
2054	81.558.230,35	1.274.520.382,49	-1.192.962.152,14
2055	72.105.966,43	1.142.876.187,99	-1.070.770.221,56
2056	63.421.936,68	1.019.913.840,75	-956.491.904,07
2057	55.477.529,15	905.546.867,16	-850.069.338,01
2058	48.241.748,84	799.649.431,68	-751.407.682,84
2059	41.682.334,50	702.060.427,87	-660.378.093,37
2060	35.766.277,34	612.586.418,76	-576.820.141,41
2061	30.460.381,72	531.003.327,89	-500.542.946,18
2062	25.730.997,48	457.055.424,30	-431.324.426,83
2063	21.544.825,91	390.458.970,31	-368.914.144,40

2064	17.867.828,77	330.899.604,22	-313.031.775,45
2065	14.666.012,52	278.034.897,23	-263.368.884,71
2066	11.903.958,45	231.492.455,80	-219.588.497,35
2067	9.546.546,29	190.875.907,63	-181.329.361,34
2068	7.557.656,16	155.766.391,23	-148.208.735,07
2069	5.900.640,29	125.725.659,67	-119.825.019,39
2070	4.539.499,26	100.304.318,69	-95.764.819,43
2071	3.438.080,42	79.044.546,91	-75.606.466,49
2072	2.561.119,04	61.486.649,23	-58.925.530,19
2073	1.874.817,06	47.178.907,04	-45.304.089,98
2074	1.347.654,25	35.683.956,94	-34.336.302,70
2075	950.570,45	26.585.690,78	-25.635.120,34
2076	657.782,63	19.497.798,86	-18.840.016,23
2077	446.373,89	14.065.633,51	-13.619.259,62
2078	297.215,58	9.973.231,04	-9.676.015,45
2079	194.364,16	6.945.927,19	-6.751.563,03
2080	125.107,12	4.748.358,77	-4.623.251,65
2081	79.519,30	3.183.237,36	-3.103.718,06
2082	50.147,75	2.090.814,32	-2.040.666,57
2083	31.591,99	1.344.295,59	-1.312.703,60

**FONTE:** Instituto de Previdência do Estado do RS.

## **2.7. Do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul (RPPS/RS)**

A Constituição Federal lançou as bases da reforma da previdência no serviço público, definindo os princípios fundamentais a serem observados na gestão dos regimes próprios. Nesse sentido, o art. 40 do mencionado diploma legal estabelece que aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores, ativos e inativos, e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Adicionalmente, no parágrafo 20 do referido artigo, veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.

Por outro lado, a Lei Federal 9.717/98 definiu os principais requisitos dos regimes próprios de previdência social, dentre os quais se destacam o financiamento mediante recursos do ente, dos servidores ativos, inativos e pensionistas; a escrituração contábil baseada em plano de contas específico e a existência de conta do fundo distinta da conta do tesouro. Estabelece, igualmente, que o

descumprimento das disposições pode implicar na suspensão das transferências voluntárias de recursos da União, assim como o impedimento para celebrar convênios, acordos ou contratos.

Com a finalidade de adequar-se aos dispositivos normativos, o Estado do Rio Grande do Sul editou a Lei Complementar nº 12.065/04, que alterou as contribuições mensais para o Regime Próprio de Previdência Social. Assim, a contribuição mensal dos servidores ativos passou para 11% sobre os respectivos salários de contribuição, enquanto a parcela dos inativos e pensionistas, também fixada em 11%, atinge apenas o que exceder ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Em relação à parcela patronal, o artigo 2º da referida Lei Complementar fixou a transferência do Estado no dobro da contribuição de seus servidores (22%). Também, autorizou, em seu artigo 3º, o repasse da eventual diferença entre o valor necessário para o pagamento dos benefícios e o valor das contribuições, em decorrência de recolhimentos insuficientes. Entretanto, a implementação dos procedimentos orçamentários e contábeis para constituição do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul (RPPS/RS) não se viabilizou até o presente momento pela ausência de lei específica que disciplinasse a estrutura e gerenciamento do referido regime.

A edição da Lei 12.909, de 03 de março de 2008, proporcionou condições para avançar em direção à instalação efetiva do RPPS/RS, uma vez que supriu as lacunas existentes em termos de definição da forma de funcionamento do regime previdenciário, bem como da especificação do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul como seu gestor único. Em decorrência, a Lei nº 13.021, de 04 de agosto de 2009, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício econômico-financeiro de 2009, disciplinou os aspectos orçamentários relativos ao RPPS/RS.

Assim, estabeleceu procedimentos para o registro das contribuições patronais e para a insuficiência financeira, bem como definiu unidades orçamentárias específicas para centralizar o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais.

Dessa forma, a proposta orçamentária para o exercício econômico-financeiro de 2009 incorpora alterações significativas na forma de registro das operações orçamentárias relativas ao pagamento de inativos e pensionistas do Estado. Inicialmente, convém salientar que essas alterações circunscrevem-se à órbita dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual. Os orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público Estadual ainda são apresentados na forma anterior, isto é, registrando nos respectivos órgãos de origem as dotações destinadas ao pagamento dos inativos e sem discriminar os valores correspondentes às contribuições patronais e eventuais insuficiências previstas na Lei Complementar 12.065/04.

Assim, na proposta orçamentária dos órgãos e entidades do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual, para o próximo exercício de 2009, estão consignadas as dotações correspondentes às contribuições patronais para RPPS e para cobrir insuficiências financeiras decorrentes da diferença entre as despesas totais com o pagamento de inativos e pensionistas e as receitas



das contribuições. De outro lado, as respectivas receitas de contribuições e as despesas totais com benefícios previdenciários são lançadas no orçamento do Órgão IPE – Previdência, efetuando uma consolidação geral das contas previdenciárias do Poder executivo e da Defensoria Pública.

Por fim, compete salientar, ainda, que essa alteração na sistemática de registro orçamentário das contas do RPPS/RS provoca um aumento significativo das operações intra-orçamentárias, implicando em uma dupla contagem de receita e despesa da ordem de R\$ 3,727 bilhões.

## 2.8. Das Considerações Finais

A Tabela 30 e a Tabela 31 mostram a evolução dos valores empenhados nos diversos grupos da despesa em relação à Receita Corrente Líquida. No período, sempre se empenhou mais do que a variação da RCL, face às limitações que impossibilitam ao Estado recorrer às fontes tradicionais de financiamento. Veja que em 2008 (jan-jun) houve reversão do déficit orçamentário, quando o montante das despesas ficou aquém da Receita Corrente Líquida.

Tabela 30 - Valores empenhados nominais nos diversos grupos da despesa - R\$ 1,00

Grupo da Despesa	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (Jan-Jun)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.260.338.957	5.830.172.847	6.840.774.072	7.699.716.439	8.033.059.900	8.734.661.340	9.770.001.707	10.849.003.904	5.626.444.894
(-) Rubrica 1301 - Dupla contagem IPERGS	143.645.701	143.260.095	187.447.303	203.479.335	201.937.023	193.042.627	212.573.362	233.577.734	119.352.921
(-) Rubrica 1309 - Contribuição IPERGS								458.228.687	214.309.835
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS AJUSTADO	5.116.693.256	5.686.912.752	6.653.326.768	7.496.237.105	7.831.122.877	8.541.618.713	9.557.428.344	10.157.197.483	5.292.782.138
SERVIÇO DA DÍVIDA	853.200.847	973.716.855	1.218.957.519	1.423.761.978	1.459.007.078	1.714.304.068	1.775.459.872	1.830.379.443	1.074.382.553
INVESTIMENTOS AMPLOS	823.060.868	633.555.707	445.794.230	772.194.145	658.226.742	615.366.901	664.375.415	400.542.319	135.207.875
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.598.107.063	4.345.589.312	4.571.040.869	4.535.204.946	5.442.807.539	6.703.567.474	7.004.210.957	7.136.232.143	4.010.675.582
(-) TCLM	1.837.033.426	2.225.945.272	2.398.725.396	2.354.711.916	2.444.558.957	3.316.560.653	3.473.861.703	3.638.887.992	2.262.471.721
(-) Gestão Plena do SUS				29.157.237	394.921.821	412.273.792	453.655.309	478.057.333	278.449.365
OUTRAS DESPESAS CORRENTES AJUSTADAS	1.761.073.637	2.119.644.040	2.172.315.473	2.151.335.793	2.603.326.760	2.974.733.030	3.076.693.945	3.019.286.818	1.469.754.496
<b>Total Geral dos Grupos</b>	<b>8.554.028.609</b>	<b>9.413.829.355</b>	<b>10.490.393.990</b>	<b>11.843.529.022</b>	<b>12.551.683.457</b>	<b>13.846.022.713</b>	<b>15.073.957.577</b>	<b>15.407.406.064</b>	<b>7.972.127.061</b>
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>6.657.894.000</b>	<b>7.714.865.000</b>	<b>8.414.927.000</b>	<b>9.660.540.000</b>	<b>10.736.730.000</b>	<b>12.349.352.000</b>	<b>13.312.373.000</b>	<b>13.991.366.037</b>	<b>8.228.131.809</b>
<b>Total Geral do Grupo da Despesa / RCL</b>	<b>128,5</b>	<b>122,0</b>	<b>124,7</b>	<b>122,6</b>	<b>116,9</b>	<b>112,1</b>	<b>113,2</b>	<b>110,1</b>	<b>96,9</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS – Sistema Cubo.

Tabela 31 - Percentuais empenhados em relação à Receita Corrente Líquida

Grupo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (Jan-Jun)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS AJUSTADO	76,9	73,7	79,1	77,6	72,9	69,2	71,8	72,6	64,3
SERVIÇO DA DÍVIDA	12,8	12,6	14,5	14,7	13,6	13,9	13,3	13,1	13,1
INVESTIMENTOS AMPLOS	12,4	8,2	5,3	8,0	6,1	5,0	5,0	2,9	1,6
OUTRAS DESPESAS CORRENTES AJUSTADO	26,5	27,5	25,8	22,3	24,2	24,1	23,1	21,6	17,9
<b>Total Geral dos Grupos</b>	<b>128,5</b>	<b>122,0</b>	<b>124,7</b>	<b>122,6</b>	<b>116,9</b>	<b>112,1</b>	<b>113,2</b>	<b>110,1</b>	<b>96,9</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do RS – Sistema Cubo.

O processo de ajustamento do Resultado Primário, em curso desde 2000 e com maior intensidade a partir de 2004, alcançando inéditos R\$ 954,2 milhões, em 2007 e R\$ 1.752,7 bilhão, em 2008 (jan-jun), não se faz suficiente para solucionar a situação fiscal do Estado, muito por conta do serviço da dívida, beirando anualmente R\$ 2 bilhões.

O tão sonhado equilíbrio orçamentário (receitas arrecadadas do exercício em quantidade suficiente para fazer frente às despesas empenhadas do exercício) é algo inédito para as contas do Estado, mesmo assim, está longe de resolver o grande passivo formado ao longo de anos de crise financeira. Podemos enumerar entre esse passivo, os precatórios não pagos desde 1999, o resgate do caixa único e contas de fornecedores não pagas de exercícios anteriores. Ademais, a retomada de investimentos reprimidos, principalmente, nas áreas social e de infra-estrutura.

A Tabela 32 adiante mostra a evolução dos “Restos a Pagar”. O governo Colares deixou R\$ 250 milhões de contas para pagar ao próximo mandatário, o governo Brito R\$ 843 milhões, o governo Olívio R\$ 2,502 bilhões (R\$ 1,291 bilhão contabilizado mais R\$ 1,211 bilhão entre dívidas pendentes de registro, cancelamento de registros e outras dívidas identificadas), o governo Rigotto R\$ 1,698 bilhão, começando uma trajetória de queda. No governo Yeda Crusius, em junho de 2008, o estoque pendente de pagamento baixou para R\$ 1,351 bilhão, dando forte seqüência de baixa do estoque dessa dívida de curto prazo.

Tabela 32 - Evolução de Restos a Pagar em governos recentes – em valores nominais – R\$ 1,00

Especificação	1997	1998	2002	2006	2007	2008 (Jan-Jun)
	Governo Colares	Governo Brito	Governo Olívio	Governo Rigotto	Governo Yeda Crussius	
Restos a Pagar Processados	169.068.884	367.579.143	512.218.007	1.414.272.209	1.068.663.920	625.976.312
Restos a Pagar Não Processados	80.961.819	475.397.915	778.967.540	284.008.665	353.302.431	233.947.688
Despesas do Exercício	0	0	0	0	0	491.425.987
<b>Total</b>	<b>250.030.702</b>	<b>842.977.057</b>	<b>1.291.185.548</b>	<b>1.698.280.875</b>	<b>1.421.966.351</b>	<b>1.351.349.988</b>
Varição Nominal	-	592.946.355	448.208.490	407.095.327	-346.930.887	
Varição Percentual	-	237,1	53,2	31,5	-20,4	

**FONTE:** Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – Balancete Sintético.

A Tabela 33 adiante mostra o gasto empenhado, liquidado e pago, em 2008 (jan-jun), comparado com 2007 (jan-jun). Ressalta-se que, nesse período, pagou-se mais que se empenhou e empenhou-se o mesmo que se liquidou. Sublinhe-se, com isso, o esforço concentrado de conter novos empenhos e direcionar os recursos com o pagamento de contas atrasadas pendentes de pagamento.

Tabela 33 - Despesas efetivadas em 2008 (jan-jun) comparadas com o mesmo período do ano anterior – Em valores nominais – R\$ 1.000,00

Especificação	Empenhado				Liquidado				Pago			
	2007 (Jan-Jun)	2008 (Jan-Jun)	2008 (Jan-Jun) - 2007 (Jan-Jun)	%	2007 (Jan-Jun)	2008 (Jan-Jun)	2008 (Jan-Jun) - 2007 (Jan-Jun)	%	2007 (Jan-Jun)	2008 (Jan-Jun)	2008 (Jan-Jun) - 2007 (Jan-Jun)	%
01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.176.709	5.626.445	449.736	8,69	5.177.467	5.626.922	449.455	8,68	4.845.401	5.199.734	354.333	7,31
02 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	136.632	133.405	-3.227	-2,36	136.632	133.405	-3.227	-2,36	132.599	141.554	8.955	6,75
03 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.417.910	4.010.676	592.766	17,34	3.343.547	3.924.873	581.326	17,39	3.455.254	4.098.527	643.273	18,62
<i>Repartição aos Municípios</i>	1.806.877	2.262.472	455.595	25,21	1.806.877	2.254.051	447.174	24,75	1.846.848	2.329.125	482.277	26,11
<i>Demais Outras Despesas Correntes</i>	1.611.033	1.748.204	137.171	8,51	1.536.670	1.670.822	134.152	8,73	1.608.406	1.769.402	160.996	10,01
04 - INVESTIMENTOS	74.567	129.921	55.354	74,23	85.315	138.646	53.331	62,51	121.328	176.666	55.338	45,61
05 - INVERSÕES FINANCEIRAS	5.101	5.287	186	3,65	5.351	5.287	-64	-1,20	5.767	12.501	6.734	116,77
06 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	758.275	940.977	182.702	24,09	758.275	940.983	182.708	24,10	660.978	1.050.281	389.303	58,90
<b>Total geral</b>	<b>9.569.194</b>	<b>10.846.711</b>	<b>1.277.517</b>	<b>13,35</b>	<b>9.506.587</b>	<b>10.770.116</b>	<b>1.263.529</b>	<b>13,29</b>	<b>9.221.327</b>	<b>10.679.263</b>	<b>1.457.936</b>	<b>15,81</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – Sistema Cubo.

A Tabela 34 mostra o comparativo das receitas arrecadadas em 2008 (jan-jun) comparado com 2007 (jan-jun). Houve, no período considerado, um aumento expressivo de 22,7%.

Tabela 34 - Receitas arrecadadas em 2008 (jan-jun) comparadas com 2007 (jan-jun) – em valores nominais – R\$ 1,00

Especificação	2007 (Jan-Jun)	2008 (Jan-Jun)	2008 (Jan-Jun) - 2007 (Jan-Jun)	% 2008 (Jan-Jun) / 2007 (Jan-Jun)
110000000 - RECEITA TRIBUTÁRIA	6.920.223.733	8.538.514.295	1.618.290.562	23,4
<i>ICMS</i>	5.752.049.129	7.115.387.581	1.363.338.452	23,7
<i>IPVA</i>	547.384.917	728.415.305	181.030.389	33,1
120000000 - RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	534.283.996	553.028.939	18.744.943	3,5
130000000 - RECEITA PATRIMONIAL	135.034.860	303.933.096	168.898.236	125,1
140000000 - RECEITA AGROPECUÁRIA	309.196	371.366	62.170	20,1
150000000 - RECEITA INDUSTRIAL	503.629	260.259	-243.370	-48,3
160000000 - RECEITA DE SERVIÇOS	84.801.175	100.541.447	15.740.272	18,6
170000000 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.956.044.304	2.442.962.018	486.917.713	24,9
<i>FUNDO DA EDUCAÇÃO</i>	534.729.934	1.069.406.132	534.676.198	100,0
<i>FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (FPE)</i>	452.985.451	561.186.342	108.200.891	23,9
190000000 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	227.893.858	280.695.848	52.801.990	23,2
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>9.859.094.752</b>	<b>12.220.307.267</b>	<b>2.361.212.516</b>	<b>23,9</b>
210000000 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	0	0	-
220000000 - ALIENACAO DE BENS	1.082.604	1.751.729	669.125	61,8
230000000 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	2.093.721	5.632.954	3.539.233	169,0
240000000 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18.254.541	19.331.112	1.076.571	5,9
<b>Total Receitas de Capital</b>	<b>21.430.866</b>	<b>26.715.795</b>	<b>5.284.929</b>	<b>24,7</b>
720000000 - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	295.912.700	373.114.280	77.201.580	26,1
900000000 - DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-862.836.046	-1.197.719.425	-334.883.378	38,8
<b>Total de Receitas</b>	<b>9.313.602.271</b>	<b>11.422.417.918</b>	<b>2.108.815.646</b>	<b>22,6</b>
(-) RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	295.912.700	373.114.280	77.201.580	26,1
(-) ANULAÇÃO DE RESTOS A PAGAR	29.902.039	22.798.299	-7.103.740	-23,8
<b>Total das Receitas Ajustadas</b>	<b>8.987.787.532</b>	<b>11.026.505.339</b>	<b>2.038.717.807</b>	<b>22,7</b>

**FONTE DE DADOS BRUTOS:** Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

Enquanto as receitas variaram 22,7%, no período considerado, as despesas empenhadas aumentaram 13,3%, as liquidadas, 13,3%, e as pagas, 15,8%. No grupo das despesas de “Pessoal e encargos sociais” e de “Manutenção e Custeio” estas não excederam a 9,0%. Verifica-se assim, o esforço para conter gastos, objetivando ao equilíbrio financeiro.

O Estado deve continuar a apostar num conjunto eficaz de medidas, que já deram bons resultados e aprofundam os esforços sugeridos pelo “Pacto pelo Rio Grande”, através da inserção de ações no contexto da receita e da despesa. Entre outras medidas, pelo lado da receita:

- a) Impulsão ao crescimento e ao dinamismo da economia gaúcha rumo a uma maior diversificação de sua matriz produtiva com ganhos no valor agregado, inclusive na propagação de substituição de importação;
- b) Esforço de arrecadação, traduzido em um melhor controle setorial da receita de ICMS, ampliação da substituição tributária e Nota Fiscal Eletrônica;
- c) Repartição justa dos tributos da União, através do firmamento de um novo pacto federativo;
- d) Ressarcimento pela União aos Estados exportadores das perdas ocasionadas pela Lei Kandir;
- e) Implementação da reforma tributária, que ponha fim à guerra fiscal entre os Estados.

Pelo lado da despesa, pode-se sumarizar a estratégia nos grupos a seguir:

- a) **“Pessoal e Encargos Sociais”** – em 2007, esse item representou 72,6% da Receita Corrente Líquida. Em 2008 (jan-jun), 64,3% da RCL. É de suma importância um controle efetivo sobre esse item, imprescindível para que se possa manter o equilíbrio orçamentário;
- b) **“Serviço da Dívida”** – o Estado gasta com juros, encargos e amortização da dívida 13,1% da Receita Corrente Líquida e 18,5% da Receita Líquida Real, valores acima de sua capacidade de pagamento, em detrimento de investimentos necessários e urgentes. O empréstimo junto ao Banco Mundial aliviará, em parte, os dispêndios com encargos da dívida contratual;
- c) **“Manutenção e Custeio”** – o seu controle terá continuidade com o aprofundamento das medidas, ora em curso, de racionalização da gasto e de revisão de processos, no sentido de ajustar as despesas ao ingresso de receitas, compensando a falta de recursos com menores custos (fazer mais com menos recursos); e



- d) **“Investimentos”** – estes já se encontram reduzidos a patamares ínfimos. A partir de 2009, o orçamento permitirá uma gradual ampliação dos investimentos, com o objetivo de que alcancem 7,5% da RCL. Caso isso se concretizará, poder-se-á dizer que o Estado está realmente recuperando sua capacidade de formular políticas públicas nas áreas mais deprimidas. Seria uma nova era para o Estado, a da volta dos investimentos estatais.

O conjunto de medidas adotado pelo governo, tanto pelo lado das receitas como pelo das despesas, numa estimativa preliminar, deverá reduzir um déficit orçamentário previsto na Lei Orçamentária de 2008, de R\$ 1,3 bilhão, para aproximadamente R\$ 300 milhões.

Contudo, importa novamente ressaltar que o Estado tem vultoso passivo a honrar, após anos de crise financeira, a exemplo de fornecedores e precatórios, além da retomada da capacidade de investimento na área social e na infra-estrutura.

De pronto pode-se afirmar que os problemas a serem enfrentados não são de fácil solução no curto prazo. A recuperação das finanças exige prazo de maturação. Contudo, faz-se necessário o esforço incansável em busca de melhor arrecadação, pelo lado da receita, o controle e racionalização de gastos, pelo lado da despesa. A sociedade gaúcha não espera outra coisa do Poder Público senão a sustentabilidade fiscal, na busca constante de melhor qualidade de vida para nossa gente.

### 3 DOS RECURSOS DA CONSULTA POPULAR

A Consulta Popular, realizada anualmente, é o ponto culminante do processo previsto na legislação estadual, que dispõe sobre a consulta direta à população quanto à destinação de parcela do orçamento do Estado do Rio Grande do Sul voltada a investimentos e serviços de interesse regional. O governo atual manteve o processo, considerando-o como um ativo institucional construído pela sociedade gaúcha, preservando, com isso, a participação social e cidadã na definição locacional dos investimentos e serviços prioritários de cada região.

A manutenção do instrumento, utilizado pela primeira vez em 1998, consolida a posição de vanguarda do Rio Grande do Sul no que diz respeito aos instrumentos de participação popular na elaboração do orçamento público. Além de ser um mecanismo de fortalecimento e aprimoramento da democracia, a Consulta Popular serve também como instrumento para redução dos desequilíbrios regionais, eis que as regiões com menores índices de desenvolvimento fazem jus a um maior montante de recursos por habitante, com base na ponderação estabelecida pelo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) calculado pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE).

A coordenação da Consulta Popular é feita por uma Comissão Geral designada pela Governadora do Estado e composta por representantes do Poder Executivo e das entidades parceiras no processo: Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), Associação Gaúcha Municipalista (AGM) e União de Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul (UVERGS). A organização do processo em cada uma das regiões compete ao Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) e aos seus respectivos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (COMUDEs).

Neste ano, mantendo a mesma metodologia de articulação de projetos regionais estruturantes utilizada no ano passado, a Consulta Popular reservou R\$ 50 milhões para investimentos e serviços, distribuídos proporcionalmente a cada um dos 28 COREDEs, tomando por parâmetros a população e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). No total, 478.310 eleitores participaram da votação deste ano, representando aumento de cerca de 30% de eleitores em relação à última consulta realizada, elegeram demandas em diversas áreas como saúde, segurança pública, educação e agricultura, que obtiveram a maior participação proporcional na distribuição final dos recursos, conforme mostra a Tabela 35.

Tabela 35 - Distribuição dos Recursos da Consulta Popular por COREDE's e Órgãos para 2009 – R\$ 1.000,00

COREDE	SAÚDE	SSP	EDUCAÇÃO	SEAPPA	SEHADUR	SJDS	SCT	SETUR	FAPERGS	METROPLAN	SEDAI	DAER	FUNDERGS	TOTAL POR COREDE
Alto da Serra do Botucaraí	285	150	170	340										945
Alto Jacuí	159	155	105	176	162	6							59	822
Campanha	402	522	268											1.192
Campos de Cima da Serra	100	240	105				200							645
Celeiro	422		477	228										1.127
Central		660		900	268									1.828
Centro Sul	697	128	320	300							100			1.545
Fronteira Noroeste	360	450		300		19								1.129
Fronteira Oeste	565	920	980											2.465
Hortênsias	640				321									961
Jacuí Centro	212	212	160	427				50						1.061
Litoral	708	285		200	200	160						100		1.652
Médio Alto Uruguai	200		80	830							88			1.198
Metropolitano		741	3.702	767	740	1.476								7.426
Missões	651	240	300		105									1.295
Nordeste	867	55												922
Noroeste Colonial	135	136	142	260			80		60		24			837
Norte	438	450		500										1.388
Paranhana	344	454	490	95				100						1.483
Produção	93			500			100	200	100	550	100			1.643
Rio da Varzea	225	180	172	411										987
Serra	2.039	690												2.729
Sul	839	817	750	846		147	180	346	260		146			4.331
Vale do Caí							800	317						1.117
Vale do Jaguari	479	180	110		150									919
Vale do Rio dos Sinos	1.701	1.350	1.000		103									4.154
Vale do Rio Pardo		1.266		1.400										2.666
Vale do Taquari	380	380	390	123			120		140					1.533
<b>Total por Órgão</b>	<b>12.941</b>	<b>10.660</b>	<b>9.721</b>	<b>8.602</b>	<b>2.049</b>	<b>1.807</b>	<b>1.480</b>	<b>1.012</b>	<b>560</b>	<b>550</b>	<b>458</b>	<b>100</b>	<b>59</b>	<b>50.000</b>
<b>% sobre valor total</b>	<b>25,9%</b>	<b>21,3%</b>	<b>19,4%</b>	<b>17,2%</b>	<b>4,1%</b>	<b>3,6%</b>	<b>3,0%</b>	<b>2,0%</b>	<b>1,1%</b>	<b>1,1%</b>	<b>0,9%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,1%</b>	<b>100%</b>

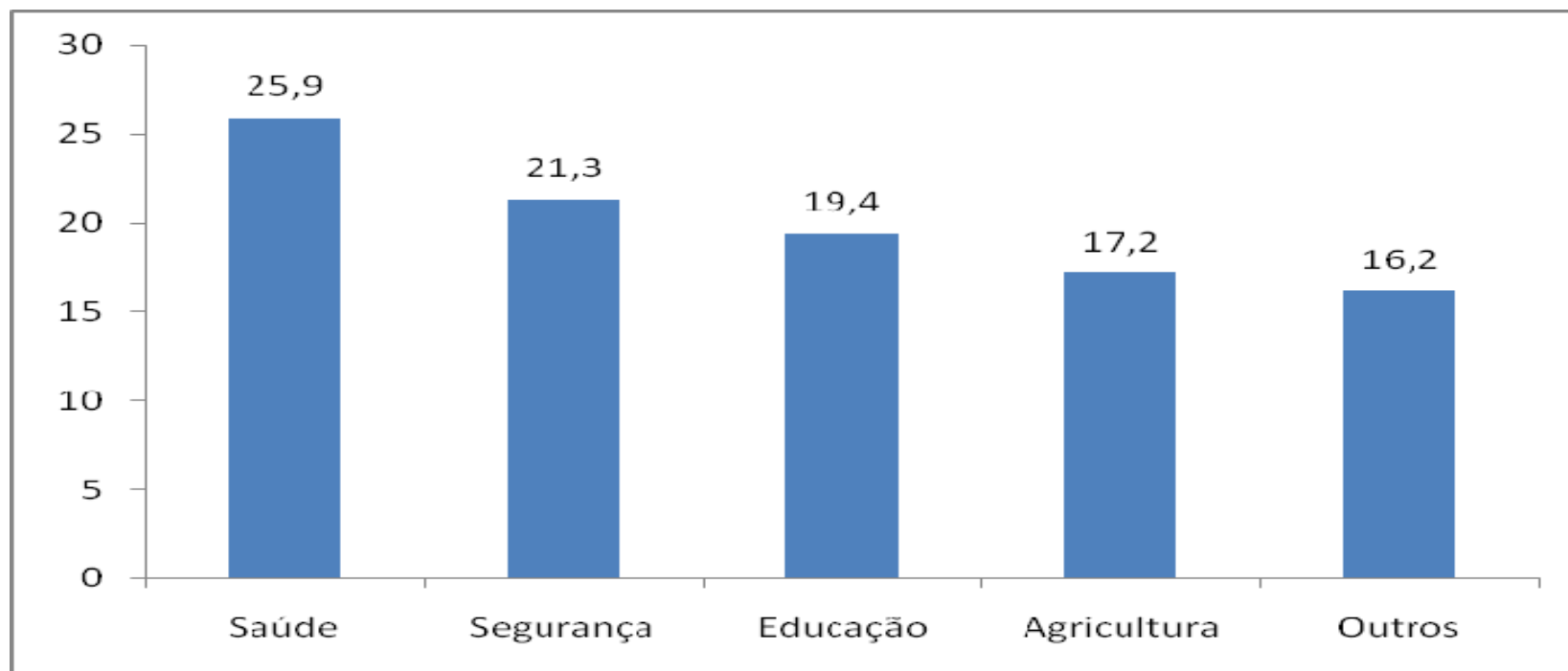
FONTE: SRI/RS e SEPLAG/RS



Além da parcela definida pela votação deste ano, está prevista, também, conforme autorização contida na Lei nº 13.021, de 04 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 2009, a suplementação orçamentária para atendimento de parcela das demandas ainda não executadas, definidas em processos anteriores, conforme Protocolo de Intenções assinado em 2007 entre o Governo do Estado e o Fórum dos COREDEs.

O Gráfico 9, adiante, mostra os percentuais de recursos da Consulta Popular para 2009, alocados por Função. A Saúde ficou com 25,9% do total, a Segurança Pública com 21,3%, a Educação com 19,4%, a Agricultura com 17,2% e as demais funções com 16,2%.

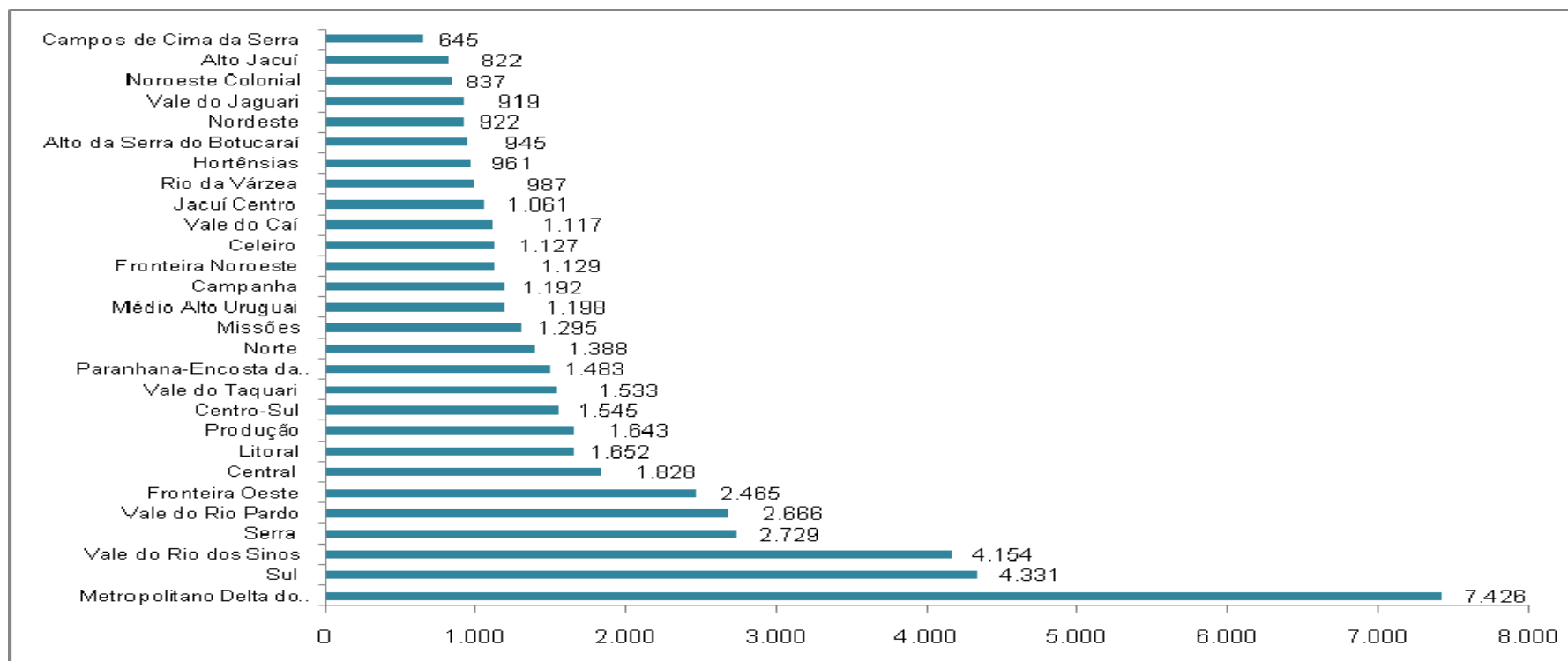
Gráfico 9 - Percentual de recursos da Consulta Popular de 2009 por Função



FONTE: SEPLAG/RS E SRI/RS.

O Gráfico 10, adiante, demonstra as regiões onde os recursos da consulta Popular de 2009 serão aplicados. Veja que o Corede Metropolitano de Delta do Jacuí receberá mais recursos, em termos nominais, seguidos pelo Sul, Vale do Rio dos Sinos, Serra, Vale do Rio Pardo e Fronteira Oeste. Já o Corede de Campos de Cima da Serra foi o que menos receberá recursos, em termos nominais. Ressalva-se que, se o comparativo for feito sobre valores per capita, os Coredes com menores Índices de Desenvolvimento Sócio-Econômico (IDESE) receberão maiores volumes de investimentos.

Gráfico 10 - Recursos alocados da Consulta Popular para 2009 por COREDE – R\$ 1.000,00



FONTE: SEPLAG/RS E SRI/RS.

#### 4 DOS RECURSOS DOS PROGRAMAS ESTRUTURANTES

Os Programas Estruturantes buscam apresentar soluções multissetoriais para problemas históricos enfrentados pelo RS e contemplam ações imprescindíveis ao crescimento e à melhoria da qualidade de vida de povo gaúcho. Correspondem a um conjunto de projetos transformadores, que imprimem a marca do atual governo. A Tabela 37 demonstra os programas alocados aos seus diversos projetos.

A meta de cada programa é reafirmar a competitividade do Rio Grande do Sul, criar condições essenciais para a atração de novos investimentos e articular esforços entre o Estado, Municípios e União. Estão distribuídos nos três eixos estratégicos que norteiam os programas do governo do Estado: **“Desenvolvimento Econômico Sustentável”**, **“Desenvolvimento Social”** e **“Finanças e Gestão Pública”**.

O eixo “Desenvolvimento Econômico Sustentável” é composto pelos programas: Terra Grande do Sul, Mais Trabalho Mais Futuro, Irrigação é a Solução e Duplica RS. O eixo “Desenvolvimento Social” é composto pelos programas: Saúde Perto de Você, Boa Escola para Todos; Emancipar – Todo Mundo é Cidadão, Saneamento em Ação e Cidadão Seguro. O eixo “Finanças e Gestão Pública” é composto pelos programas: Ajuste Fiscal, Governo de Resultados e Nossas Cidades.

Para garantir sua execução financeira, mediante atuação sinérgica entre os entes da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, os recursos são destacados como prioridade no Orçamento do Estado, e essa prioridade se reflete em um fluxo com tratamento diferenciado, gerenciado e focalizado em todas as Secretarias responsáveis pela execução dos Programas Estruturantes.

Uma característica desse novo modelo está na análise prévia para a liberação dos recursos visando dar início aos processos de obras ou de aquisições. Assim, são asseguradas todas as condições técnicas e disponibilidades orçamentárias e financeiras até a fase de conclusão do projeto. Dessa forma, evita-se que sejam investidos recursos e, posteriormente, as atividades venham a ser interrompidas.

Destaca-se que, após período em que os investimentos tiveram queda vertiginosa, a PLOA 2009 surpreende com a retomada, mesmo gradativa, do volume em despesas de capital. São R\$ 1,256 bilhão, representando 6,9% da Receita Corrente Líquida. Para os “Programas Estruturantes”, criados pelo atual governo estadual, vão ser aplicados R\$ 1,080 bilhão, discriminados conforme a Tabela 36.

Tabela 36 - Valores dotados em “Outras Despesas Correntes” e “Investimentos” para os Programas Estruturantes na PLOA 2009 – R\$ 1,00

<b>EIXOS</b>	<b>PROGRAMAS ESTRUTURANTES</b>	<b>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>TOTAL</b>
<b>DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>	SAÚDE PERTO DE VOCÊ	180.122.590	32.459.000	212.581.590
	BOA ESCOLA PARA TODOS	90.407.000	53.847.080	144.254.080
	CIDADÃO SEGURO	51.900.040	156.213.676	208.113.716
	EMANCIPAR: TODO MUNDO É CIDADÃO	9.448.319	13.578.519	23.026.838
	SANEAMENTO EM AÇÃO	5.000.000	75.260.677	80.260.677
	<b>Total</b>	<b>336.877.949</b>	<b>331.358.952</b>	<b>668.236.901</b>
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL</b>	IRRIGAÇÃO É A SOLUÇÃO	2.000.000	43.994.235	45.994.235
	DUPLICA RS	19.943.000	243.177.000	263.120.000
	TERRA GRANDE DO SUL	3.030.000	6.850.000	9.880.000
	MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO	8.737.810	5.185.000	13.922.810
	<b>Total</b>	<b>33.710.810</b>	<b>299.206.235</b>	<b>332.917.045</b>
<b>FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICA</b>	AJUSTE FISCAL	22.284.108	10.380.177	32.664.285
	GOVERNO DE RESULTADOS	8.104.218	7.640.004	15.744.222
	NOSSAS CIDADES	11.745.160	18.484.287	30.229.447
	<b>Total</b>	<b>42.133.486</b>	<b>36.504.468</b>	<b>78.637.954</b>
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>412.722.245</b>	<b>667.069.655</b>	<b>1.079.791.900</b>

FONTE: SEPLAG/RS - PLOA 2009.

Tabela 37 - Programas Estruturantes discriminados por Projetos Orçamentários na PLOA 2009

PROGRAMA ESTRUTURANTE	CÓDIGO DO PROJETO ORÇAMENTÁRIO	PROJETO ORÇAMENTÁRIO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS AMPLOS	TOTAL
AJUSTE FISCAL	1914	FAZENDO MAIS COM MENOS	5.745.000	555.050	6.300.050
	1917	TRANSPARÊNCIA - RS	6.400.908	1.945.127	8.346.035
	1918	ELEVAÇÃO DO PATAMAR DA ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA: SUPERMETA	10.038.200	7.500.000	17.538.200
	6336	SISTEMAS DE GESTÃO DE COMPRAS ELETRÔNICAS- PNAGE	100.000	380.000	480.000
<b>AJUSTE FISCAL TOTAL</b>			<b>22.284.108</b>	<b>10.380.177</b>	<b>32.664.285</b>
BOA ESCOLA PARA TODOS	1890	CENTROS DE REFERÊNCIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL/BOA ESCOLA PARA TODOS		9.067.080	9.067.080
	1909	SALA DE AULA DIGITAL/BOA ESCOLA PARA TODOS	5.500.000	7.000.000	12.500.000
	5565	INGRESSO E CARREIRA - PROFESSOR NOTA 10/ BOA ESCOLA PARA TODOS	200.000		200.000
	5642	ALFABETIZAÇÃO - SAERS/BOA ESCOLA PARA TODOS	751.000		751.000
	6343	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO ESCOLAS - ENSINO FUNDAMENTAL- ESCOLA LEGAL/BOA ESCOLA PARA TODOS	18.480.000	16.100.000	34.580.000
	6344	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO ESCOLAS ENSINO MÉDIO- ESCOLA LEGAL/BOA ESCOLA PARA TODOS	34.320.000	21.680.000	56.000.000
	6348	FORMAÇÃO CONTINUADA - PROFESSOR NOTA 10/ BOA ESCOLA PARA TODOS	25.500.000		25.500.000
	6349	ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO - SAERS/BOA ESCOLA PARA TODOS	5.656.000		5.656.000
<b>BOA ESCOLA PARA TODOS</b>			<b>90.407.000</b>	<b>53.847.080</b>	<b>144.254.080</b>
CIDADÃO SEGURO	1321	FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE TRABALHADORES - PROJETO RECOMEÇAR	200.000		200.000
	1883	SAÚDE PRISIONAL - IMPLEMENTAÇÃO DE EQUIPES	1.500.000	500.000	2.000.000
	1941	CONSTRUÇÃO PENITENCIÁRIA - BENTO GONÇALVES		2.214.151	2.214.151
	1948	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA DA SEGURANÇA PÚBLICA		9.002.285	9.002.285
	3150	ESPORTE NOS PRESÍDIOS	100.000		100.000
	5568	CONSTRUÇÃO ALBERGUE DE CAXIAS DO SUL		634.012	634.012
	5573	CONSTRUÇÃO ALBERGUE DE CHARQUEADAS		23.755	23.755
	5575	CONSTRUÇÃO PRESÍDIO ESTADUAL DE PASSO FUNDO		9.715.805	9.715.805
	5577	REFORMA PAVILHÃO F - ALBERGUE PIO BUCK		10.000	10.000



	5694	AMPLIAÇÃO DE VAGAS PRISIONAIS		104.378.580	104.378.580
	5695	REFORMA DE ESTABELECIMENTOS PENAIS	21.000.000		21.000.000
	5699	CONSTRUÇÃO DE DELEGACIAS DE POLÍCIA		10.000.000	10.000.000
	5702	INSERÇÃO CULTURAL - RECOMEÇAR	100.000		100.000
	5709	CONSTRUÇÃO PENITENCIÁRIA - GUAÍBA		3.158.888	3.158.888
	6423	RENOVAÇÃO DA FROTA DO ÓRGÃO CENTRAL DA SSP		162.300	162.300
	6485	RECOMPOSIÇÃO DO EFETIVO DA SUSEPE	347.683		347.683
	6486	RECOMPOSIÇÃO DO EFETIVO DA BRIGADA MILITAR	16.300.485		16.300.485
	6487	RECOMPOSIÇÃO DO EFETIVO DA POLÍCIA CIVIL	1.444.742		1.444.742
	6488	RECOMPOSIÇÃO DO EFETIVO DO INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS - IGP	907.130		907.130
	6489	RENOVAÇÃO DA FROTA DA SUSEPE		1.320.000	1.320.000
	6490	RENOVAÇÃO DA FROTA DA BRIGADA MILITAR		11.198.700	11.198.700
	6491	RENOVAÇÃO DA FROTA DA POLÍCIA CIVIL		3.651.750	3.651.750
	6492	RENOVAÇÃO DA FROTA DO INSTITUTO-GERAL DE PERÍCIAS		243.450	243.450
	6493	REVITALIZAÇÃO DE QUARTÉIS DA BRIGADA MILITAR	6.000.000		6.000.000
	6494	REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS DA POLÍCIA CIVIL	4.000.000		4.000.000
	<b>CIDADÃO SEGURO TOTAL</b>		<b>51.900.040</b>	<b>156.213.676</b>	<b>208.113.716</b>
DUPLICA RS	3100	CONSTRUÇÃO DA RS/471-TRONCO NORTE		40.000.000	40.000.000
	3138	DRAGAGEM DOS CANAIS DE ACESSO AO PORTO DO RIO GRANDE-PORTO ORGANIZADO	12.000.000	6.400.000	18.400.000
	3151	CONSTRUÇÃO DE ACESSOS MUNICIPAIS COM INTEGRAÇÃO À MALHA RODOVIÁRIA		88.000.264	88.000.264
	3152	DUPLICA RS-AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DE RODOVIAS - RS/118		9.015.643	9.015.643
	3153	DUPLICA RS - AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DE RODOVIAS - RS/734		6.514.200	6.514.200
	3154	DUPLICA RS - AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DE RODOVIAS - RS/509		1.524.000	1.524.000
	3195	RESTAURAÇÃO - O ESTADO NA ESTRADA	720.000	72.000.000	72.720.000
	3278	DUPLICA RS-AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DE RODOVIAS		6.945.893	6.945.893
	4221	MANUTENÇÃO DOS CANAIS DE NAVEGAÇÃO	5.500.000		5.500.000
	4223	SINALIZAÇÃO NÁUTICA-NAVEGAÇÃO INTERIOR	1.723.000	277.000	2.000.000
	5585	INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA		12.500.000	12.500.000
	<b>DUPLICA RS TOTAL</b>		<b>19.943.000</b>	<b>243.177.000</b>	<b>263.120.000</b>
EMANCIPAR: TODO MUNDO É CIDADÃO	1891	HABITAÇÃO POPULAR - EMANCIPAR/RS	149.999	10.508.519	10.658.518



	1975	REDE DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA - EMANCIPAR	6.250.000	3.000.000	9.250.000
	3130	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - EMANCIPAR	2.500.000		2.500.000
	5541	AÇÕES CULTURAIS - EMANCIPAR	368.320	70.000	438.320
	5708	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EMANCIPAR	180.000		180.000
<b>EMANCIPAR: TODO MUNDO É CIDADÃO TOTAL</b>			<b>9.448.319</b>	<b>13.578.519</b>	<b>23.026.838</b>
GOVERNO DE RESULTADOS	1892	PORTAL DE GESTÃO	200.000		200.000
	1897	CONTRATUALIZAÇÃO DE RESULTADOS	945.000	1.000.000	1.945.000
	1904	ATENDIMENTO MÓVEL - TUDO FÁCIL	160.000	280.000	440.000
	1912	INTEGRAÇÃO DA REDE DE SERVIÇO AO CIDADÃO	410.000	1.920.000	2.330.000
	1937	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	920.000	50.000	970.000
	1967	INFRA-ESTRUTURA E INSTALAÇÃO DE CENTROS ADMINISTRATIVOS DO ESTADO - PNAGE	100.000		100.000
	4156	ESTRUTURAÇÃO DO PROJETO - ESCOLA DE GOVERNO	244.996	458.004	703.000
	4278	ESCOLA DE GOVERNO - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1.879.222	867.000	2.746.222
	5516	APOIO A ESCOLA DE GOVERNO - PNAGE	50.000	85.000	135.000
	5570	MODERNIZAÇÃO JUDICIAL	1.330.000	2.080.000	3.410.000
	5579	OUVIDORIA DO ESTADO	70.000		70.000
	5703	GOVERNO ELETRÔNICO	1.080.000	100.000	1.180.000
	6338	GESTÃO DE PESSOAS - PNAGE	715.000		715.000
	9097	INFRA-ESTRUTURA E INSTALAÇÃO DE CENTROS ADMINISTRATIVOS DO ESTADO		800.000	800.000
<b>GOVERNO DE RESULTADOS TOTAL</b>			<b>8.104.218</b>	<b>7.640.004</b>	<b>15.744.222</b>
IRRIGAÇÃO É A SOLUÇÃO	5425	RESERVAÇÃO DE ÁGUA UNIFAMILIAR-CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS		1.600.000	1.600.000
	5426	BARRAGENS E CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NA METADE SUL COM PROJETOS CONCLUÍDOS-JAGUARI		15.407.380	15.407.380
	5439	CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORES EM MANEJO DA ÁGUA E PROTEÇÃO DOS SOLOS	2.000.000		2.000.000
	5440	RESERVAÇÃO DE ÁGUA UNIFAMILIAR-CONSTRUÇÃO DE AÇUDES		1.900.000	1.900.000
	5529	BARRAGENS E CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NA METADE SUL COM PROJETOS CONCLUÍDOS-TAQUAREMBÓ		15.336.855	15.336.855
	6005	ESTUDOS E PROJETOS PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS USOS MÚLTIPLOS DA ÁGUA		9.750.000	9.750.000
<b>IRRIGAÇÃO É A SOLUÇÃO TOTAL</b>			<b>2.000.000</b>	<b>43.994.235</b>	<b>45.994.235</b>
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO	1935	APOIO AO FOMENTO DE NOVOS INVESTIMENTOS	1.002.939	50.000	1.052.939
	5408	PROJETOS SETORIAIS - POLO NAVAL	401.102		401.102
	5422	PROJETOS SETORIAIS - MADEIRA RS	800.000		800.000



	5687	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) E REDES DE CONVERGÊNCIA	408.476	2.855.687	3.264.163
	6156	REDES DE COOPERAÇÃO	2.787.420		2.787.420
	6158	APOIO AOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS - APL	1.002.939		1.002.939
	6161	CADASTRAMENTO EMPRESARIAL INFORMATIZADO	2.000.000	335.000	2.335.000
	6194	POLO TECNOLÓGICO ESTADUAL PARA INTEGRAÇÃO DE PARQUES E UNIDADES REGIONAIS	334.934	1.944.313	2.279.247
<b>MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO TOTAL</b>			<b>8.737.810</b>	<b>5.185.000</b>	<b>13.922.810</b>
NOSSAS CIDADES	2955	IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	273.500		273.500
	3125	INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO TERRITORIAL E MOBILIDADE URBANA	1.004.160	630.412	1.634.572
	3127	AÇÕES INTEGRADAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA		3.249.567	3.249.567
	3221	PROJETO LINHA RÁPIDA		2.500.000	2.500.000
	5415	PRODUÇÃO DE AÇÕES HABITACIONAIS	351.000	9.333.791	9.684.791
	5599	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E REASSENTAMENTO	749.000	1.905.517	2.654.517
	5700	COPA 2014	100.000		100.000
	5704	RS AMIGO DO IDOSO	7.500		7.500
	6256	RS AMIGO DO IDOSO/NOSSAS CIDADES - ATENÇÃO À SAÚDE	2.100.000	200.000	2.300.000
	6267	RS MULHER - AÇÕES DA COORDENADORIA DA MULHER	215.000		215.000
	6316	RS AMIGO DO IDOSO - POLÍTICA ESTADUAL DO IDOSO	100.000		100.000
	6421	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL	1.200.000	200.000	1.400.000
	9096	IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMPARTILHADO	25.000	15.000	40.000
	3183	RS MULHER - ATENDIMENTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA E À PESSOA COM ALTAS HABILIDADES	21.000		21.000
	3188	RS MULHER - REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA RMPA	47.000		47.000
	3189	RS MULHER - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO ESTADO	82.000		82.000
	5643	RS MULHER - INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA CULTURA	260.000		260.000
	5668	RS MULHER - HORTAS E COZINHAS COMUNITÁRIAS	40.000		40.000
	5669	RS AMIGO DO IDOSO - INSERÇÃO SOCIAL ATRAVÉS DA CULTURA	260.000		260.000
	5671	RS MULHER - CAPACITAÇÃO DE AGRICULTORAS EM MANEJO DE ÁGUA E PROTEÇÃO DOS SOLOS	30.000		30.000
	5693	RS MULHER - ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	20.000		20.000
	5697	RS AMIGO DO IDOSO - CAPACITAÇÃO/TREINAMENTO DE BENEFICIÁRIOS E TÉCNICOS	200.000		200.000
	5698	RS MULHER - CAPACITAÇÃO/TREINAMENTO DE BENEFICIÁRIOS E TÉCNICOS	50.000	150.000	200.000
	5701	RS MULHER - IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA	10.000		10.000





	6255	RS MULHER - ATENÇÃO À SAÚDE	4.500.000	300.000	4.800.000
	6319	RS MULHER - CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER	100.000		100.000
<b>NOSSAS CIDADES TOTAL</b>			<b>11.745.160</b>	<b>18.484.287</b>	<b>30.229.447</b>
SANEAMENTO EM AÇÃO	1913	AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO NAS BACIAS DO SINOS E GRAVATAÍ		75.260.677	75.260.677
	5532	SISTEMA ESTADUAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	1.100.000		1.100.000
	5537	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE SANEAMENTO AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS	3.900.000		3.900.000
<b>SANEAMENTO EM AÇÃO TOTAL</b>			<b>5.000.000</b>	<b>75.260.677</b>	<b>80.260.677</b>
SAÚDE PERTO DE VOCÊ	1857	PPV - PROGRAMA DE PREVENÇÃO À VIOLENCIA	4.150.000		4.150.000
	1940	LAZER SEM EMBRIAGUEZ		1.619.000	1.619.000
	1949	ESCOLA ABERTA PARA A CIDADANIA - PREVENÇÃO À VIOLENCIA	400.000		400.000
	3193	ACESSO A PRÁTICA DE ESPORTES		750.000	750.000
	3208	MEDIDAS DE SEMILIBERDADE - PPV	2.400.000		2.400.000
	5429	AÇÕES CULTURAIS VOLTADOS A PREVENÇÃO DA VIOLENCIA	440.000	60.000	500.000
	5555	SAÚDE DA FAMÍLIA NA PREVENÇÃO DA VIOLENCIA	5.200.000	8.000.000	13.200.000
	5619	REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE - IMPLEMENTAÇÃO DE REDES	12.500.000	3.000.000	15.500.000
	5685	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO EM SAÚDE	614.181		614.181
	5689	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) PARA INTEGRAÇÃO EM SAÚDE	812.909		812.909
	6284	APOIO À REDE HOSPITALAR DO RS	63.500.000	9.800.000	73.300.000
	6292	PIM - INCENTIVO AOS MUNICÍPIOS E QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO	18.955.500	530.000	19.485.500
	6300	ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - INCENTIVO E QUALIFICAÇÃO	68.650.000	8.700.000	77.350.000
	5641	RS SOCIOEDUCATIVO - PPV	2.500.000		2.500.000
<b>SAÚDE PERTO DE VOCÊ TOTAL</b>			<b>180.122.590</b>	<b>32.459.000</b>	<b>212.581.590</b>
TERRA GRANDE DO SUL	1881	FOMENTO À CERTIFICAÇÃO E A RASTREABILIDADE	500.000	700.000	1.200.000
	5424	MODERNIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA	2.520.000	1.110.000	3.630.000
	3209	IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO DE BIOSSEGURANÇA	10.000	5.040.000	5.050.000
<b>TERRA GRANDE DO SUL TOTAL</b>			<b>3.030.000</b>	<b>6.850.000</b>	<b>9.880.000</b>
<b>Total geral</b>			<b>412.722.245</b>	<b>667.069.655</b>	<b>1.079.791.900</b>

FONTE: SEPLAG/RS

## 5 DAS DESONERAÇÕES FISCAIS

Conforme dados fechados de 2007, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Rio Grande do Sul foi o Estado que apresentou o maior índice exportador *per capita* do País. É o terceiro maior exportador brasileiro, atrás de São Paulo e Minas Gerais. Em 1996, o RS vendeu US\$ 5,66 bilhões ao exterior, 11,9% do total do Brasil. Em 2007, os valores das exportações gaúchas totalizaram US\$ 15,0 bilhões, representando 9,3% do total das exportações brasileiras, um aumento, no período, de 165,0%. Em 2008 (jan-jun) em comparação a 2007 (jan-jun), as exportações aumentaram 29,0% (acréscimo de US\$ 1,87 bilhão).

Nas importações houve vigoroso crescimento. Enquanto em 1996 o RS importava 6,3% do total brasileiro (US\$ 3,36 bilhões), em 2007 passou a importar 8,4% (US\$ 10,17 bilhões), aumento, no período, de 202,7%. Em 2008 (jan-jun) em relação a 2007 (jan-jun), as importações tiveram incremento de 64% (acréscimo de US\$ 2,71 bilhões). A Tabela 38 mostra a evolução das contas da balança comercial externa do Rio Grande do Sul e do Brasil.

Tabela 38 - Evolução das exportações e importações gaúcha e brasileira - US\$ 1.000,00

ANO	EXPORTAÇÃO					IMPORTAÇÃO					SALDO COMERCIAL				
	RS	%	BRASIL	%	% RS / BRASIL	RS	%	BRASIL	%	% RS / BRASIL	RS	%	BRASIL	%	% RS / BRASIL
1996	5.663.640	-	47.746.728	-	11,9	3.361.241	-	53.345.767	-	6,3	2.302.399	-	-5.599.039	-	343,2
1997	6.270.130	10,7	52.982.726	11,0	11,8	3.725.029	10,8	59.747.227	12,0	6,2	2.545.101	10,5	-6.764.501	-20,8	365,8
1998	5.628.516	-10,2	51.139.862	-3,5	11,0	4.331.713	16,3	57.763.476	-3,3	7,5	1.296.803	-49,0	-6.623.614	2,1	610,8
1999	4.998.720	-11,2	48.012.790	-6,1	10,4	3.283.286	-24,2	49.301.558	-14,6	6,7	1.715.434	32,3	-1.288.768	80,5	175,1
2000	5.783.109	15,7	55.118.920	14,8	10,5	4.023.839	22,6	55.850.663	13,3	7,2	1.759.270	2,6	-731.743	43,2	141,6
2001	6.352.008	9,8	58.286.593	5,7	10,9	4.050.152	0,7	55.601.758	-0,4	7,3	2.301.856	30,8	2.684.835	466,9	85,7
2002	6.383.693	0,5	60.438.653	3,7	10,6	3.531.485	-12,8	47.242.654	-15,0	7,5	2.852.208	23,9	13.195.999	391,5	21,6
2003	8.027.483	25,7	73.203.222	21,1	11,0	4.190.797	18,7	48.325.567	2,3	8,7	3.836.686	34,5	24.877.655	88,5	15,4
2004	9.902.184	23,4	96.677.497	32,1	10,2	5.290.653	26,2	62.835.616	30,0	8,4	4.611.531	20,2	33.841.881	36,0	13,6
2005	10.475.704	5,8	118.529.184	22,6	8,8	6.692.191	26,5	73.600.376	17,1	9,1	3.783.513	-18,0	44.928.808	32,8	8,4
2006	11.802.079	12,7	137.807.470	16,3	8,6	7.949.234	18,8	91.350.503	24,1	8,7	3.852.845	1,8	46.456.967	3,4	8,3
2007	15.017.674	27,2	160.649.073	16,6	9,3	10.169.530	27,9	120.620.878	32,0	8,4	4.848.144	25,8	40.028.195	-13,8	12,1
2007 (Jan-Jun)	6.442.734	-	73.210.865	-	8,8	4.243.783	-	52.637.225	-	8,1	2.198.951	-	20.573.640	-	10,7
2008 (Jan-Jun)	8.308.509	29,0	90.644.680	23,8	9,2	6.958.001	64,0	79.295.680	50,6	8,8	1.350.508	-38,6	11.349.000	-44,8	11,9

FONTE: Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) – DEPLA

O crescimento das exportações tem como conseqüências virtuosas a maior atividade econômica interna, a geração de emprego, o crescimento da renda e a entrada no País de divisas, resultando uma menor dependência do capital externo. Contudo, é urgente a criação de um fundo permanente e regulamentado, que venha a compensar as perdas tributárias dos Estados.

Adiante, a Tabela 39 ilustra a totalidade das desonerações fiscais sobre o ICMS em suas diversas especificações. Pode-se observar que, em 2007 comparado a 2006, estas aumentaram 2,3 p.p., sendo que cresceram as isenções (0,6 p.p.), as não incidências, exceto exportações (0,4 p. p.), as exportações (0,9 p.p.) e os créditos presumidos (1,0 p.p.). Tiveram decréscimo a redução da base de cálculo (-0,1 p.p.) e microempresas e EPP's (-0,5). Os diversos anexos acostados demonstram as desonerações de forma analítica.

Tabela 39 - Desonerações Fiscais incidentes sobre o ICMS

Desonerações de ICMS	2003		2004		2005		2006		2007	
	% Desoneração	% ICMS Potencial	% Desoneração	% ICMS Potencial	% Desoneração	% ICMS Potencial	% Desoneração	% ICMS Potencial	% Desoneração	% ICMS Potencial
1. Isenções	8,9	3,3	8,5	3,5	9,9	3,6	9,7	3,5	10,5	4,1
2. Não Incidências, exceto Exportações	6,5	2,4	7,4	3,1	9,1	3,3	9,2	3,4	9,9	3,8
3. Exportações	54,2	19,9	54,6	22,7	50,1	18,2	46,1	16,9	45,6	17,8
4. Redução Base de Cálculo	6,1	2,3	6,0	2,5	6,6	2,4	7,4	2,7	6,6	2,6
5. Créditos Presumidos	18,6	6,9	17,5	7,2	16,8	6,1	17,8	6,5	19,2	7,5
6. Não Estorno do Crédito Fiscal	2,3	0,7	2,5	1,1	2,9	1,0	3,1	1,1	2,8	1,1
7. Microempresas e EPP's	3,4	1,3	3,5	1,4	4,8	1,7	6,8	2,5	5,3	2,0
<b>Total das Desonerações de ICMS</b>	<b>100</b>	<b>36,8</b>	<b>100</b>	<b>41,5</b>	<b>100</b>	<b>36,3</b>	<b>100</b>	<b>36,6</b>	<b>100</b>	<b>38,9</b>

**FONTE:** Secretaria da Fazenda do RS.

Neste item, é atendida a disposição constitucional que exige a apresentação de um demonstrativo das desonerações fiscais. A Secretaria da Fazenda, através da Divisão de Estudos Econômico-Tributários (DEE) da Receita Estadual, apresentava, até o exercício de 2006, uma estimativa “global” das desonerações do ICMS para efeito da elaboração da proposta orçamentária do exercício seguinte (demonstrativo exigido pelo artigo 165, § 6.º da Constituição Federal e artigo 149, § 5, V, da Constituição Estadual).

O método de estimação global apura a redução de receita pela diferença entre o imposto que seria devido sem a desoneração e o obtido com a renúncia. Logo, a estrutura tributária de referência adotada considera o ICMS potencial a ser alcançado como o resultado da soma da arrecadação efetivamente realizada com o total das desonerações quantificadas. A série histórica revisada e atualizada até 2007 com as estimativas obtidas com o “método global” é demonstrada na Tabela 40 deste Orçamento (período de 1996 a 2007).

Faz-se mister destacar que a renúncia estimada em um exercício diz respeito à apropriação financeira do benefício, não se relacionando, necessariamente, ao ano em que foi concedido formalmente. Em outras palavras, o ato de concessão pode ocorrer num determinado exercício e a fruição efetiva em outro (ou outros). Assim, o fato de que em um exercício ocorra um percentual maior ou menor de comprometimento da receita potencial não reflete, necessariamente, uma política de expansão ou restrição de renúncias fiscais por parte do governo nesse ano específico.

Com a utilização de uma nova base de dados no âmbito da DEE/Receita Estadual e com um tratamento metodológico adequado foi possível obter estimativas “desagregadas” das renúncias fiscais do ICMS, tanto pela natureza jurídica do benefício, como pela sua finalidade. O resultado desse avanço metodológico foi demonstrado na peça orçamentária de 2007 (orçamento do Estado para o exercício de 2008), constituindo-se em caso inédito em termos de transparência das finanças estaduais no Brasil.

A nova metodologia - “desagregada” – foi objeto de aperfeiçoamento e aprimoramento na coleta de dados e sistematização de informações. Desta forma, além da estimativa para o ano de 2007, foi possível revisar os valores calculados para o exercício de 2006 e construir uma série histórica que se inicia em 2003. Ademais, foi possível avançar no método de estimativa contemplando outros tipos de desoneração, como é o caso da inclusão no demonstrativo do item “não estorno de créditos” (ou seja, os casos de manutenção de créditos que, em princípio, deveriam ser estornados). Os valores obtidos pelos dois métodos (“global” e “desagregado”) são aproximados, servindo mutuamente como testes de consistência metodológica.

Além do ICMS, a SEFAZ/RS já havia promovido em 2007 (Orçamento para 2008) a inclusão no demonstrativo de estimativas preliminares relativas ao IPVA e ao ITCD (ambos com algumas restrições), contemplando todo o universo dos impostos de competência estadual. Na peça orçamentária para o exercício de 2009, também foi possível avançar em relação ao detalhamento das exonerações desses dois tributos, desagregando as informações para cada motivo de desoneração previsto na legislação. No caso do ITCD, em relação à transmissão “*causa mortis*”, contempla apenas o constante no art. 7, IX da Lei 8.821/89 (faixa de isenção por quinhão). Para os dois impostos também foram revisadas as informações de 2006 e construídas séries históricas abrangendo o período de 2003 a 2007.

As fontes básicas dos dados utilizados para a quantificação das desonerações dos impostos foram os sistemas de informações econômico-fiscais disponíveis na Receita Estadual. No caso do ICMS, a extração dos dados foi feita a partir das Guias de Informação e Apuração do imposto (informados pelos contribuintes) e, excepcionalmente, de outras bases de dados não constantes nas referidas guias. Desde já podemos observar que a mensuração da receita potencial que pode ser efetuada a partir dos sistemas de informações fiscais oficiais não permite identificar a evasão ilegal do tributo (sonegação) não apurada pela Fiscalização Tributária, uma vez que o cálculo foi procedido com base nas informações prestadas pelos próprios contribuintes ou levantadas pelo Fisco.

Necessário destacar que o universo de contribuintes abrangido por este demonstrativo não inclui as empresas dispensadas de apresentar as Guias de Informação e Apuração do ICMS, as pessoas físicas e os produtores rurais. Fica claro, portanto, em função das limitações das fontes de dados, que as desonerações aqui demonstradas estão subestimadas. Além disso, algumas informações prestadas pelos contribuintes ainda carecem de maior consistência, o que demandou um tratamento metodológico e estatístico de adequação. Em função disso, a abertura total das exonerações, no caso do ICMS, fica prejudicada. Não obstante, em alguns casos, como nos créditos presumidos, onde reside a maior ingerência do Estado no campo da política tributária, o detalhamento de informações alcança cada código de desoneração. Os créditos presumidos são a única hipótese onde os valores informados pelo contribuinte são diretamente analisados, sem a necessidade de elaboração de uma metodologia específica de estimação.

As desonerações fiscais são realizadas levando em conta várias finalidades: incentivo ao setor agropecuário, viabilizar operações no âmbito do setor público, desenvolvimento econômico setorial e regional, apoio às micro e pequenas empresas, preocupações de ordem ecológica e social. Na área social, objetiva-se, com as desonerações, propiciar melhores condições de saúde, alimentação, habitação, assistência social e acesso à cultura, como pode ser constatado, por exemplo, tanto nas reduções de base de cálculo nas saídas de mercadorias da cesta básica de alimentos e medicamentos, como nas isenções às saídas de diversos produtos.

As desonerações do ICMS que representam subtração de receita (“perda tributária”) são abrangentes. Não se restringem aos incentivos fiscais dados às empresas, dentro do que se convencionou chamar “guerra fiscal”, nem aos benefícios fiscais consagrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ. O elenco dessas desonerações, objeto desse demonstrativo, é constituído por: “não incidências” (em especial a “imunidade” das exportações), as “isenções”, os “créditos presumidos”, as “reduções de base de cálculo”, a “manutenção de créditos fiscais” e os “institutos da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”, hoje reunidos no “Simples Nacional”.

Já as desonerações fiscais que não representam subtração de receita, podendo representar, no entanto, “perda financeira” ao erário, tendo em vista a postergação da entrada de recursos no caixa do Tesouro, reúnem as tipologias do “diferimento” (com ou sem substituição tributária), a “suspensão” e as “transferências de saldo credor”.

Cabe salientar, no entanto, que existem desonerações que, embora intrinsecamente representem subtração de receita (não ocorre a materialização da receita para o Tesouro do Estado), na prática, o efeito tributário final não resulta em prejuízo ao Estado. São os casos das desonerações enquadradas na finalidade “operacional-administrativa”, que tem por objetivo resolver problemas administrativos e operacionais do próprio imposto. Como exemplo, as saídas e os retornos de embalagens ou as saídas e retornos de bens para feiras ou exposições. Nesses casos, a ocorrência da tributação, eliminando a desoneração fiscal, geraria débitos (pelas saídas) e créditos (pelos retornos) que se compensariam, anulando o saldo de imposto a pagar, além de acarretar a necessidade de um maior controle pela fiscalização tributária. Eventualmente, essas desonerações podem determinar uma perda de natureza financeira, a exemplo dos casos de diferimento, suspensão e transferência de saldo credor.

Sobre as alterações de alíquotas, merece registro que as desonerações fiscais são aferidas a partir de uma estrutura de referência do imposto, que contempla a base de incidência e a alíquota aplicável. Nessa linha, as reduções de alíquotas, exceto a figura da “alíquota zero” (não existente na legislação estadual), não são aqui consideradas “renúncias tributárias” e sim uma nova definição da estrutura de referência do imposto (modificação da alíquota aplicável).

Com o uso de novas ferramentas de extração de dados, foi possível levantar informações sobre todo o universo de contribuintes que apresentam as Guias Informativas do ICMS e proceder à sistematização das desonerações por COREDE (Conselho Regional de Desenvolvimento). Da mesma forma que na desagregação por subitem, a abertura municipal também apresenta os mesmos óbices em termos de omissões e consistências das informações prestadas pelos contribuintes em alguns casos. Nesse sentido, foi limitada a regionalização por "COREDES", nível em que os óbices referidos ficam superados.

A regionalização é demonstrada pelo total das desonerações, em colunas que relacionam os benefícios nos COREDES pelo Valor Adicionado Fiscal (VAF), oferecendo outro prisma para a questão da concentração regional (“ranqueamento” pelo indicador “Desoneração/VAF”). Como grande inovação do presente demonstrativo está a apresentação “regionalizada” das desonerações fiscais do ICMS. Com isto, completa-se a exigência constitucional que prevê a uma exposição detalhada e regionalizada das desonerações fiscais. Adiante, as várias tabelas que compõe as desonerações fiscais.

Tabela 40 - Percentual de Desonerações do ICMS pelo Método Global

<b>ANO</b>	<b>% DO ICMS POTENCIAL</b>
1996	28,7%
1997	36,9%
1998	40,2%
1999	39,4%
2000	35,6%
2001	35,2%
2002	36,0%
2003	35,5%
2004	38,7%
2005	32,9%
2006	36,2%
2007	38,5%

**FONTE:** Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 41 - Percentual de Desonerações – Ano de 2007

<b>Tributo</b>	<b>Valor Nominal (R\$ 1,00)</b>	<b>% do Total</b>	<b>% do Imposto Potencial</b>
RELATIVAS AO ICMS	7.808.854.067	95,53%	38,91%
RELATIVAS AO IPVA	332.839.583	4,07%	27,09%
RELATIVAS AO ITCD	32.428.379	0,40%	32,73%
<b>TOTAL</b>	<b>8.174.122.028</b>	<b>100%</b>	<b>38,2%</b>

**FONTE:** Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 42 - Evolução das Estimativas de Desonerações de Tributos – R\$ 1,00

<b>Evolução das Estimativas das Desonerações do ICMS (R\$)</b>				
<b>ANO</b>	<b>Arrecadação</b>	<b>Desonerações</b>	<b>ICMS Potencial</b>	<b>Desoneração/ ICMS Potencial</b>
2003	8.988.842.934	5.238.884.608	14.227.727.542	36,82%
2004	9.637.938.267	6.826.471.629	16.464.409.895	41,46%
2005	11.382.937.672	6.490.269.325	17.873.206.997	36,31%
2006	11.813.299.090	6.822.310.814	18.635.609.904	36,61%
2007	12.257.685.275	7.808.854.067	20.066.539.341	38,91%
<b>Evolução das Estimativas das Desonerações do IPVA (R\$)</b>				
<b>ANO</b>	<b>Arrecadação</b>	<b>Desonerações</b>	<b>IPVA Potencial</b>	<b>Desoneração/ IPVA Potencial</b>
2003	623.841.203	182.947.028	806.788.231	22,70%
2004	623.681.781	220.216.038	843.897.819	26,10%
2005	707.129.668	260.946.876	968.076.544	27,00%
2006	796.162.951	289.401.693	1.085.564.644	26,70%
2007	895.639.360	332.839.583	1.228.478.942	27,10%
<b>Evolução das Estimativas das Desonerações do ITCD (R\$)</b>				
<b>ANO</b>	<b>Arrecadação</b>	<b>Desonerações</b>	<b>ITCD Potencial</b>	<b>Desoneração/ ITCD Potencial</b>
2003	62.320.772	20.366.478	82.687.250	24,60%
2004	63.756.325	22.883.683	86.640.009	26,40%
2005	65.048.630	25.712.003	90.760.633	28,30%
2006	62.576.448	28.889.892	91.466.339	31,60%
2007	66.661.619	32.428.379	99.089.998	32,70%
<b>EVOLUÇÃO DAS ESTIMATIVAS DAS DESONERAÇÕES TOTAIS DOS IMPOSTOS DO RS (em R\$)</b>				
<b>ANO</b>	<b>Arrecadação</b>	<b>Desonerações</b>	<b>ITCD Potencial</b>	<b>Desoneração/ ITCD Potencial</b>
2003	9.675.004.909	5.442.198.114	15.117.203.023	36,00%
2004	10.325.376.373	7.069.571.350	17.394.947.723	40,60%
2005	12.155.115.970	6.776.928.204	18.932.044.174	35,80%
2006	12.672.038.490	7.140.602.398	19.812.640.888	36,00%
2007	13.219.986.253	8.174.122.028	21.394.108.280	38,20%

**FONTE:** Secretaria da Fazenda do RS.



Tabela 43 - Demonstrativo das Desonerações Fiscais do ICMS por Finalidade – Ano de 2007

FINALIDADE	VALOR NOMINAL (R\$)	% DO ICMS POTENCIAL	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES
Agropecuário	432.290.024	2,15%	5,54%
Alimentação (social)	160.439.188	0,80%	2,05%
Assistência Social	11.788.025	0,06%	0,15%
Cultural (social)	38.291.771	0,19%	0,49%
Ecológico	513.612	0,00%	0,01%
Econômico	1.858.894.345	9,26%	23,80%
Operacional	1.079.503.397	5,38%	13,82%
Saúde (social)	11.796.528	0,06%	0,15%
Setor Público	21.256.388	0,11%	0,27%
Exportações	3.563.827.799	17,76%	45,64%
Manutenção de Crédito	219.277.277	1,09%	2,81%
Microempresas e EPPs	410.975.713	2,05%	5,26%
<b>Total</b>	<b>7.808.854.067</b>	<b>38,91%</b>	<b>100%</b>
ICMS	12.257.685.275	<b>61,09%</b>	
ICMS POTENCIAL	20.066.539.341	<b>100%</b>	

**FONTE:** Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 44 - Demonstrativo da Evolução das Desonerações Fiscais do ICMS

Desonerações do ICMS	2003			2004			2005			2006			2007		
	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.	R\$	% Des.	% ICMS Pot.
ISENÇÕES	464.684.177	8,9%	3,3%	580.512.471	8,5%	3,5%	640.610.504	9,9%	3,6%	658.770.256	9,7%	3,5%	822.823.588	10,5%	4,1%
NÃO INCIDÊNCIAS, exceto Exportações	341.384.955	6,5%	2,4%	508.044.142	7,4%	3,1%	591.295.043	9,1%	3,3%	630.955.991	9,2%	3,4%	771.903.967	9,9%	3,8%
EXPORTAÇÕES	2.839.689.302	54,2%	20,0%	3.727.790.436	54,6%	22,6%	3.249.947.672	50,1%	18,2%	3.143.442.294	46,1%	16,9%	3.563.827.799	45,6%	17,8%
REDUÇÕES BASE DE CÁLCULO	321.052.281	6,1%	2,3%	408.542.964	6,0%	2,5%	425.241.056	6,6%	2,4%	501.825.335	7,4%	2,7%	518.950.633	6,6%	2,6%
CRÉDITOS PRESUMIDOS	974.868.315	18,6%	6,9%	1.191.791.495	17,5%	7,2%	1.087.825.628	16,8%	6,1%	1.214.517.604	17,8%	6,5%	1.501.095.089	19,2%	7,5%
NÃO ESTORNO DO CRÉDITO FISCAL	117.997.617	2,3%	0,8%	173.457.481	2,5%	1,1%	185.018.064	2,9%	1,0%	209.296.546	3,1%	1,1%	219.277.277	2,8%	1,1%
MICROEMPRESAS E EPPs	179.207.962	3,4%	1,3%	236.332.639	3,5%	1,4%	310.331.359	4,8%	1,7%	463.502.786	6,8%	2,5%	410.975.713	5,3%	2,0%
TOTAL Desonerações ICMS	5.238.884.608	100%	36,8%	6.826.471.629	100%	41,5%	6.490.269.325	100%	36,3%	6.822.310.814	100%	36,6%	7.808.854.067	100%	38,9%
ICMS Arrecadado	8.988.842.934	-	63,2%	9.637.938.267	-	58,5%	11.382.937.672	-	63,7%	11.813.299.090	-	63,4%	12.257.685.275	-	61,1%
ICMS Potencial	14.227.727.542	-	100%	16.464.409.895	-	100%	17.873.206.997	-	100%	18.635.609.904	-	100%	20.066.539.341	-	100,0%
Desonerações do IPVA	R\$	% Des.	% IPVA Pot.	R\$	% Des.	% IPVA Pot.	R\$	% Des.	% IPVA Pot.	R\$	% Des.	% IPVA Pot.	R\$	% Des.	% IPVA Pot.
IMUNIDADES E ISENÇÕES	130.784.196	71,5%	16,2%	159.756.501	72,5%	18,9%	183.585.186	70,4%	19,0%	209.524.394	72,4%	19,3%	245.978.373	73,9%	20,0%
DESCONTOS DA LEI DO BOM MOTORISTA	30.889.858	16,9%	3,8%	38.362.259	17,4%	4,5%	46.398.723	17,8%	4,8%	47.347.539	16,4%	4,4%	52.180.688	15,7%	4,2%
DESCONTOS POR ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO	21.272.975	11,6%	2,6%	22.097.278	10,0%	2,6%	30.962.968	11,9%	3,2%	32.529.760	11,2%	3,0%	34.680.522	10,4%	2,8%
TOTAL Desonerações IPVA	182.947.028	100%	22,7%	220.216.038	100%	26,1%	260.946.876	100%	27,0%	289.401.693	100%	26,7%	332.839.583	100%	27,1%
IPVA Arrecadado	623.841.203	-	77,3%	623.681.781	-	73,9%	707.129.668	-	73,0%	796.162.951	-	73,3%	895.639.360	-	72,9%
IPVA Potencial	806.788.231	-	100%	843.897.819	-	100%	968.076.544	-	100%	1.085.564.644	-	100%	1.228.478.942	-	100%
Desonerações do ITCD	R\$	% Des.	% ITCD Pot.	R\$	% Des.	% ITCD Pot.	R\$	% Des.	% ITCD Pot.	R\$	% Des.	% ITCD Pot.	R\$	% Des.	% ITCD Pot.
IMUNIDADES:	315.739	1,6%	0,4%	354.762	1,6%	0,4%	398.609	1,6%	0,4%	447.876	1,6%	0,5%	454.178	1,4%	0,5%
NÃO-INCIDÊNCIA:	848.941	4,2%	1,0%	953.866	4,2%	1,1%	1.071.760	4,2%	1,2%	1.204.225	4,2%	1,3%	329.895	1,0%	0,3%
ISENÇÕES:	19.201.798	94,3%	23,2%	21.575.054	94,3%	24,9%	24.241.634	94,3%	26,7%	27.237.791	94,3%	29,8%	31.644.305	97,6%	31,9%
TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO ITCD	20.366.478	100%	24,6%	22.883.683	100%	26,4%	25.712.003	100%	28,3%	28.889.892	100%	31,6%	32.428.379	100%	32,7%
ITCD ARRECADADO	62.320.772	-	75,4%	63.756.325	-	73,6%	65.048.630	-	71,7%	62.576.448	-	68,4%	66.661.619	-	67,3%
ITCD POTENCIAL	82.687.250	-	100%	86.640.009	-	100%	90.760.633	-	100%	91.466.339	-	100%	99.089.998	-	100%
Desonerações dos Impostos	R\$	% Des.	% IMP Pot.	R\$	% Des.	% IMP Pot.	R\$	% Des.	% IMP Pot.	R\$	% Des.	% IMP Pot.	R\$	% Des.	% IMP Pot.
TOTAL DAS DESONERAÇÕES	5.442.198.114	100%	36,0%	7.069.571.350	100%	40,6%	6.776.928.204	100%	35,8%	7.140.602.398	100%	36,0%	8.174.122.028	100%	38,2%
ARRECAÇÃO DE IMPOSTOS	9.675.004.909	-	64,0%	10.325.376.373	-	59,4%	12.155.115.969	-	64,2%	12.672.038.489	-	64,0%	13.219.986.254	-	61,8%
IMPOSTOS POTENCIAL	15.117.203.023	-	100%	17.394.947.723	-	100%	18.932.044.174	-	100%	19.812.640.888	-	100%	21.394.108.281	-	100%

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 45 - Demonstrativo das Estimativas de Desonerações Fiscais segundo os Dispositivos Legais e Finalidade – 2007

<b>DESONERAÇÕES DO ICMS (Regulamento do ICMS - Anexo ao Decreto nº 37.699, de 26 de agosto de 1997)</b>	<b>VALOR NOMINAL 2007</b>	<b>% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ICMS</b>	<b>% SOBRE O ICMS POTENCIAL</b>
<b>NÃO-INCIDÊNCIAS, exceto Exportações - Livro I, art. 11</b>	<b>771.903.967</b>	<b>9,8850%</b>	<b>3,8467%</b>
<b>Cultural (social)</b>	<b>24.435.410</b>	<b>0,3129%</b>	<b>0,1218%</b>
LIVRO I,11,I- PAPEL P/JORNAIS, PERIODICOS E LIVROS			
LIVRO I,11,II- JORNAIS, PERIODICOS E LIVROS			
LIVRO I,11,XVI- CDS ACOMPANHAM JORNAIS,PERIODICOS E LIVROS			
<b>Operacional</b>	<b>747.468.557</b>	<b>9,5721%</b>	<b>3,7249%</b>
LIVRO I,11,III- ENERG ELET,PETROLEO,COMB- INTERESTADUAL			
LIVRO I,11,IV- OURO COMO ATIVO FINANCEIRO			
LIVRO I,11,VI- MERC P/UTILI PREST SERV SUJEITA AO ISS			
LIVRO I,11,VII- TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE ESTABELECIMENTO			
LIVRO I,11,VIII- ALIENACAO FIDUCIARIA EM GARANTIA			
LIVRO I,11,IX- ARRENDAMENTO MERCANTIL			
LIVRO I,11,X- SALVADOS DE SINISTRO			
LIVRO I,11,XI- DEPÓSITO EM ARMAZÉM-GERAL			
LIVRO I,11,XII- DEPÓSITO FECHADO DO PRÓPRIO CONTRIBUINTE			
LIVRO I,11,XIII- DEVOLUÇÃO ARMAZÉM-GERAL E DEPÓSITO FECHADO DO PRÓPRIO			
LIVRO I,11,XIV- MERCADORIAS DE TERCEIROS			
LIVRO I,11,XV- BENS DO ATIVO PERMANENTE OU DO USO E CONSUMO			
OUTRAS			
<b>EXPORTAÇÕES - Livro I, art. 11, V</b>	<b>3.563.827.799</b>	<b>45,6383%</b>	<b>17,7601%</b>
<b>ISENÇÕES - Livro I, arts. 9 e 10</b>	<b>822.823.588</b>	<b>10,5371%</b>	<b>4,1005%</b>
<b>Agropecuário</b>	<b>351.272.924</b>	<b>4,4984%</b>	<b>1,7505%</b>
LIVRO I,9º,I- REPRODUTORES OU MATRIZES - RECEBIMENTOS DO EXTERIOR			
LIVRO I,9º,II- REPRODUTORES OU MATRIZES			
LIVRO I,9º,III- EMBRIOES OU SEMEM CONGEL OU RESFRIADO			
LIVRO I,9º,IV- EQUINOS			
LIVRO I,9º,VIII- INSUMOS AGROPECUARIOS			
LIVRO I,9º,IX- PROD P/ALIM ANIMAL/FABRICACAO RACAO			
LIVRO I,9º,X- BULBOS DE CEBOLA			
LIVRO I,9º,XI- POS- LARVA DE CAMARAO			



LIVRO I,9º,XVIII- FLORES NATURAIS			
LIVRO I,9º,XXXVI- FOGUETES ANTIGRANIZO- RECEBIMENTOS DO EXTERIOR			
LIVRO I,9º,XCIV- TERRA ENRIQUECIDA			
LIVRO I,9º,CXXIV- MACAS E PERAS			
LIVRO I,10,VI- TRANSPORTE DE CALCARIO			
<b>Alimentação (social)</b>	<b>81.223.923</b>	<b>1,0402%</b>	<b>0,4048%</b>
LIVRO I,9º,XV- FORNECIMENTO DE REFEICOES			
LIVRO I,9º,XVII- OVOS			
LIVRO I,9º,XIX- HORTIFRUTIGRANJEIROS			
LIVRO I,9º,XX- LEITE FLUIDO			
LIVRO I,9º,CXXV- PAO FRANCES			
<b>Assistência Social</b>	<b>9.013.623</b>	<b>0,1154%</b>	<b>0,0449%</b>
LIVRO I,9º,XXXIX- CADEIRA RODAS, PROTESES,AP. AUDICAO			
LIVRO I,9º,XL- VEIC AUTOM P/PORTADORES DEFICIENCIA			
LIVRO I,9º,XLIX- DOACAO ENTIDAD GOVERN OU ASSISTENCIAIS			
LIVRO I,9º,L- DOACOES EFETUADAS AO GOVERNO ESTADUAL			
LIVRO I,9º,LIII- DOAÇÃO PROD.IMP. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- REC. DO EXTERIOR			
LIVRO I,9º,LVI- REMÉDIOS PARA A APAE-RECEBIMENTOS DO EXTERIOR			
LIVRO I,9º,LIX- MERC.DOADAS ORG. INTERN. ASSISTÊNCIA SOCIAL- REC. EXTERIOR			
LIVRO I,9º,LXII- TRAVA- BLOCO P/CONSTR CASA POPULAR			
LIVRO I,9º,LXV- PROG RECUP PORTADOR DE DEFICIENCIA			
LIVRO I,9º,LXVI- PROG RECUP PORTADOR DE DEFICIENCIA- RECEB. DO EXTERIOR			
LIVRO I,9º,LXVIII- INSTIT ASSISTENC SOCIAL/EDUC			
LIVRO I,9º,LXXII- DOACAO A SUDENE			
LIVRO I,9º,XCII- DOACOES P/ASSISTENCIA VITIMAS			
LIVRO I,9º,XCVII- MENSAGEIRO DA CARIDADE			
LIVRO I,9º,CXI- PROD.ALIM.CONSIDERADOS PERDA P/BANCO DE ALIMENTOS			
LIVRO I,9º,CXII- PROD.ALIM.CONSIDERADOS PERDA P/PESSOAS CARENTES			
LIVRO I,9º,CXVI- FOME ZERO			
LIVRO I,9º,CXXI- MERC DE PROD. PROP PROM POR COOPERATIVAS SOCIAIS			
LIVRO I,9º,CXXVII- SUBVENCAO DE ENERGIA ELETRICA "BAIXA RENDA"			
LIVRO I,9º,CXXX NAS SAÍDAS DE SANDUÍCHES "BIG MAC"			
<b>Cultural (social)</b>	<b>36.693</b>	<b>0,0005%</b>	<b>0,0002%</b>
LIVRO I,9º,XXXII- OBRAS DE ARTE			
LIVRO I,9º,LXVII- OBRAS DE ARTESANATO			
LIVRO I,9º,XCIII- EQUIP. UNIVERSIDADES, PESQUISADORES E CIENT.- REC. EXTERIOR			



LIVRO I,9º,CXLI- PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA DO MIN EDUCACAO			
LIVRO I,9º,CXLII- EQUIP SEGURANCA P/ XV JOGOS PAN-AMERICANOS			
<b>Ecológico</b>	<b>513.612</b>	<b>0,0066%</b>	<b>0,0026%</b>
LIVRO I,9º,XXVII- OLEO LUBRIFIC USADO CONTAMINADO			
LIVRO I,9º,LXXXV- EQUIP P/ENERGIAS SOLAR E EOLICAS			
LIVRO I,9º,CVIII- EMB.VAZIAS DE AGROTOX. E TAMPAS			
LIVRO I,9º,CXXVIII- PILHAS E BATERIAS USADAS			
LIVRO I,9º,CXXXVII- CIMENTO ASFALTICO DE PETROLEO			
<b>Econômico</b>	<b>67.783.718</b>	<b>0,8680%</b>	<b>0,3378%</b>
LIVRO I,9º,XXV- ZONA FRANCA DE MANAUS			
LIVRO I,9º,XXVI- AREAS DE LIVRE COMERCIO			
LIVRO I,9º,XXVIII- EMBARCACOES			
LIVRO I,9º,XXIX- PROD P/CONSUM EM EMBARC/AERONAVES			
LIVRO I,9º,XXX- COMBUSTIVEIS P/ EMBARC E AERONAVES			
LIVRO I,9º,XXXI- PROGRAMAS DE COMPUTADOR			
LIVRO I,9º,LXXIX- TAXI			
LIVRO I,9º,LXXXII- MERC.PROJETO GASODUTO BRASIL-BOLÍVIA-REC.EXTERIOR E SAÍDAS			
LIVRO I,9º,LXXXVI- "FREE SHOPS"			
LIVRO I,9º,LXXXVIII- OLEO DIESEL P/EMBARC PESQUISA			
LIVRO I,9º,LXXXIX- PROJ INT EXPL AGR PEC IND RORAIMA			
LIVRO I,9º,XXXV- PROGRAMA BEFIEIX			
LIVRO I,9º,XCVI- ZONAS PROCESSAMENTO EXPORTACAO - ZPE			
LIVRO I,9º,XCIX- EQUIP.P/USINA TERMEL.CANDIOTA			
LIVRO I,9º,CXVIII- MAQ.P/USINA TERMELETRICA			
LIVRO I,9º,CXIX- CERVEJAS,REFRIG,SUCOS E AGUA MINERAL			
LIVRO I,9º,CXXII- GUINDASTE MOVEL PORTUARIO			
LIVRO I,9º,CXXIII- REPORTO- IMPORT.AT.IMOBILIZADO			
LIVRO I,9º,CXXVI- TIJOLOS DE CERAMICA			
LIVRO I,9º,CXXXI NAS SAÍDAS DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO DE VAZÃO			
LIVRO I,9º,CXXXIII REGIME ESPECIAL DE DEPÓSITO AFIANÇADO			
LIVRO I,9º,CXXXIV- REPORTO SAIDAS INTERNAS P/ATIVO IMOBILIZADO			
LIVRO I,9º,CXXXV- PROD P/A MANUTENCAO DO GASODUTO BRASIL- BOLIVIA			
LIVRO I,9º,CXXXVI- OPERACOES C/EMISSAO DE CDA E WARRANT			
LIVRO I,9º,CXXXIX- ONIBUS NOVOS PARA CONCESSIONARIAS DO RJ			
LIVRO I,9º,CXL- BENS ATIVO IMOBILIZADO DE EMPRESA PORTUARIA			
LIVRO I,9º,CXLIII- IMPORTACAO MAQ, EQUIP E ACES P/EMP RADIODIFUSAO			
LIVRO I,9º, PARÁGRAFO ÚNICO- MÁQUINAS INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS- DIF. ALÍQUOTA			



LIVRO I,10,IV- DIFUSAO SONORA			
LIVRO I,10,V- TAXI			
LIVRO I,10,VII- TRANSPORTE FERROVIARIO DE CARGA			
<b>Saúde (social)</b>	<b>11.502.935</b>	<b>0,1473%</b>	<b>0,0573%</b>
LIVRO I,9º,XXXVII- MEDICAMENTOS P/ TRATAM DA AIDS- RECEBIMENTOS DO EXTERIOR			
LIVRO I,9º,XXXVIII- MEDICAMENTOS P/ TRATAM DA AIDS			
LIVRO I,9º,XLI- MEDICAMENTOS QUIMIOTERAPICOS			
LIVRO I,9º,XLV, "c"- MEDICAMENTOS PESSOA FÍSICA- RECEBIMENTOS EXTERIOR			
LIVRO I,9º,LI- MERC. PROCESSO INDUSTRIALIZAÇÃO DE SANGUE- REC.EXTERIOR			
LIVRO I,9º,LII- EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES- REC. DO EXTERIOR			
LIVRO I,9º,LXIII- PRODUTOS FARMACEUTICOS			
LIVRO I,9º,LXXXIV- PRESERVATIVOS			
LIVRO I,9º,LXXXVII- EQUIP DIDAT,CIENT,MEDICO- HOSPITALARES			
LIVRO I,9º,XCV- PRODUTOS PARA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE- REC. EXTERIOR			
LIVRO I,9º,XCVIII- EQUIP.PRESTACAO SERV.SAUDE			
LIVRO I,9º,CIV- EQUIP MED HOSPIT.P/MINIST.SAUDE			
LIVRO I,9º,CXIV- MEDICAMENTOS			
LIVRO I,9º,CXV- FARMACOS E MEDIC PARA ORGAOS DA ADM PUBL. DIRETA			
LIVRO I,9º,CXXIX NAS SAÍDAS DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DA FIOCRUZ			
LIVRO I,9º,CXLIV- REAGENTE P/DIAGNOSTICO DE DOENCA DE CHAGAS			
<b>Operacional</b>	<b>280.219.772</b>	<b>3,5885%</b>	<b>1,3965%</b>
LIVRO I,9º,V- AMOSTRA DIMINUTO OU NENHUM VALOR COMERCIAL			
LIVRO I,9º,VI- EXPOSICOES OU FEIRAS- SAIDAS			
LIVRO I,9º,VII- EXPOSICOES OU FEIRAS- RETORNO			
LIVRO I,9º,XII- VASILHAMES,RECIP E EMBALAG- SAIDA			
LIVRO I,9º,XIII- VASILHAMES,RECIP,EMBALAG- RETORNO			
LIVRO I,9º,XIV- BOTIJOES VAZIOS DE GLP			
LIVRO I,9º,XXII- "DRAWBACK"- RECEBIMENTOS DO EXTERIOR			
LIVRO I,9º,XXIII- "DRAWBACK"- SAIDAS P/BENEFICIAMENTO			
LIVRO I,9º,XXIV- "DRAWBACK"- RETORNO BENEFICIAMENTO			
LIVRO I,9º,XLII- MERCADORIA EXPORTADA- RETORNOS, DEVOLUÇÕES, CONSIGNAÇÃO			
LIVRO I,9º,XLIII- AMOSTRAS SEM VALOR COMERCIAL- RECEBIMENTOS EXTERIOR			
LIVRO I,9º,XLIV- BENS DE BAGAGEM VIAJANTE- RECEBIMENTOS EXTERIOR			
LIVRO I,9º,XLV, "a"- MERCADORIAS RECEBIDAS COM DEFEITO- RECEB. EXTERIOR			
LIVRO I,9º,XLV, "b"- ENCOMENDAS ATÉ US\$ 50,00- RECEBIMENTOS EXTERIOR			
LIVRO I,9º,XLVI- DIFERENÇA TAXA CAMBIAL IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS			
LIVRO I,9º,XLVII- MERC.REGIME TRIBUTAÇÃO SIMPLES ISENTAS DO IPI- REC.EXTERIOR			



LIVRO I,9º,XCI- RETORNO REMESSAS PARA EXPOSIÇÃO OU FEIRA- REC. DO EXTERIOR			
LIVRO I,9º,CI- IMP.MERC.OU BENS REGIME ESP ADUANEIRO			
LIVRO I,9º,CIII- MERCADORIAS EM PENHORA			
LIVRO I,9º,CX ARRENDAMENTO MERCANTIL			
LIVRO I,9º,CXXXVIII- PARTES E PECAS DEFEITUOSAS,SUB EM GARANTIA			
LIVRO I,9º,CXLV- PARTES E PECAS DEFEITUOSAS EM GARANTIA			
LIVRO I,10,IX- TRANSP CARGA A CONTR.INSC NO CGCTE			
<b>Setor Público</b>	<b>21.256.388</b>	<b>0,2722%</b>	<b>0,1059%</b>
LIVRO I,9º,XLVIII- ENERG ELET,VEIC P/MISSAO DIPLOMATICA			
LIVRO I,9º,LIV- ATIVO PERMANENTE/USO OU CONSUMO DA ADM. PÚB.- REC. EXTERIOR			
LIVRO I,9º,LV- EQUIP.CIENTIFICOS INFORMÁTICA DA ADM. PÚBLICA-REC.DO EXTERIOR			
LIVRO I,9º,LVII- BENS PARA CORSAN RECURSOS DO BANCO MUNDIAL- REC. EXTERIOR			
LIVRO I,9º,LVIII- EQUIPAMENTOS PESQUISA CIENTÍFICA EMBRAPA- REC. DO EXTERIOR			
LIVRO I,9º,LX- ORGAOS DA ADMINIST PUBLICA- SAIDA			
LIVRO I,9º,LXI- ORGAOS DA ADMINIST PUBLICA- RETORNO			
LIVRO I,9º,LXIX- VEIC P/FISCALIZACAO DE TE E PM			
LIVRO I,9º,LXX- DOACAO A SECRETARIA DA EDUCACAO			
LIVRO I,9º,LXXI- CENTRO FORM DE RH DO SISTEM SENAI			
LIVRO I,9º,LXXIII- VEIC P/CORPOS BOMBEIROS VOLUNTARIOS			
LIVRO I,9º,LXXIV- CAVALOS DOADOS A BRIGADA MILITAR			
LIVRO I,9º,LXXV- PROMOFAZ			
LIVRO I,9º,LXXVI- VEICULOS DE BOMBEIROS			
LIVRO I,9º,LXXVII- ENERG ELET P/ADM PUBLICA ESTADUAL			
LIVRO I,9º,LXXXI- AMPLIAÇÃO SISTEMA INF.DA SEFA-REC.EXTERIOR E SAÍDAS INTERNAS			
LIVRO I,9º,LXXXIII- COLETORES ELETRONICOS DE VOTO			
LIVRO I,9º,XC- ATIVO IMOBILIZADO- EMBRAPA			
LIVRO I,9º,CII- VEICULOS P/DEP.POLICIA FEDERAL			
LIVRO I,9º,CIX- VEICULOS P/A POLICIA ROD.FEDERAL			
LIVRO I,9º,CXVII- VEÍCULOS P/O DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL			
LIVRO I,9º,CXX- PRODUTOS PARA ENTIDADES DA ADM PUBLICA ESTADUAL			
LIVRO I,9º,CXXXII NAS SAÍDAS DE SELOS DE CONTROLE FEDERAL			
LIVRO I,10,I- TELECOMUNICACAO P/ ADM PUBLICA			
LIVRO I,10,II- TELECOMUNIC P/ MISSOES DIPLOMATICAS			
LIVRO I,10,VIII- TRANSPORTE DE MERCADORIA- PROMOFAZ			
<b>REDUÇÕES DE BASE DE CÁLCULO (Livro I, arts. 23 e 24)</b>	<b>518.950.633</b>	<b>6,6457%</b>	<b>2,5861%</b>
<b>Agropecuário</b>	<b>80.469.043</b>	<b>1,0305%</b>	<b>0,4010%</b>
LIVRO I,23,V- TRIGO EM GRAO			



LIVRO I,23,IX- INSUMOS AGROPECUARIOS			
LIVRO I,23,X- ALIMENTACAO ANIMAL/FABRICACAO RACAO			
LIVRO I,23,XIV- MAQUINAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS			
LIVRO I,23,XXXI- MEL PURO			
<b>Alimentação (social)</b>	<b>79.215.265</b>	<b>1,0144%</b>	<b>0,3948%</b>
LIVRO I,23,II- CESTA BASICA DE ALIMENTOS			
LIVRO I 23,XXX- EMBALAG P/MERC QUE COMPOEM CESTA BASICA			
<b>Econômico</b>	<b>323.256.978</b>	<b>4,1396%</b>	<b>1,6109%</b>
LIVRO I,23,III- OLEO EM BRUTO/EMBALAGENS			
LIVRO I,23,VI- REFEICOES- RESTAURANTES			
LIVRO I,23,VII- AGUA NATURAL CANALIZADA			
LIVRO I,23,XI- XAMPUS E DESODORANTES			
LIVRO I,23,XII- BEFIEX			
LIVRO I,23,XIII- MAQ,EQUIPAM APARELHOS,INDUSTRIAIS			
LIVRO I,23,XV- AERONAVES, PECAS E ACESSORIOS			
LIVRO I,23,XVI- PROD ACABADOS DE INFORMATICA E AUTOMACAO			
LIVRO I,23,XVII- FERROS E ACOS NAO-PLANOS			
LIVRO I,23,XVIII- TIJ,TELHA,TUBO,MANILHA,TAPA-VIGA			
LIVRO I,23,XXI- VEICULOS AUTOMOTORES			
LIVRO I,23,XXII- VEIC AUTOM - DIFERENCIAL ALIQUOTA			
LIVRO I,23,XXIV- BLOCOS E TIJOLOS DE CONCRETO			
LIVRO I,23,XXV- VEÍCULOS DE DUAS RODAS			
LIVRO I,23,XXVI- VEÍCULOS DE DUAS RODAS- DIF ALIQ			
LIVRO I,23,XXIX- MEDICAMENTOS E PROD PERFUMARIA			
LIVRO I,23,XXXII- VEICULOS,MAQ,APARELHOS E C			
LIVRO I,23,XXXIII- PNEUMATICOS,CAMARAS DE AR			
LIVRO I,23,XXXIV- MAQUINAS PARA A USINA TERMELETRICA SEIVAL			
LIVRO I,23,XXXV- PEDRA BRITADA E DE MAO			
LIVRO I,23,XL- CARNE AVES,LEPORÍDEOS E GADO BOVINO			
LIVRO I,23,XLI- TERMINAIS PORTATEIS TELEFONIA			
LIVRO I,24,I- TRANSP INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS			
LIVRO I,24,II- TELEVISAO POR ASSINATURA			
LIVRO I,24,III- RADIOCHAMADA			
LIVRO I,24,IV- ACESSO ONEROSO A INTERNET			
LIVRO I,24,V- TELEFONIA FIXA A EMP DE CALL CENTER			
LIVRO I,24,VI- MONITORAMENTO E RASTREAMENTO VEÍCULO DE CARGA- A/C 08/01/07			
<b>Operacional</b>	<b>35.715.754</b>	<b>0,4574%</b>	<b>0,1780%</b>





LIVRO I,23,I- MERCADORIAS USADAS			
LIVRO I,23,XXVII- IMP MERC OU BENS SOB REGIME ESP ADUAN ADM TEMP			
<b>Saúde (social)</b>	<b>293.594</b>	<b>0,0038%</b>	<b>0,0015%</b>
LIVRO I,23,VIII- CESTA BASICA DE MEDICAMENTOS			
LIVRO III,105,§1º- DÉBITO RESP. PRODUTOS FARMACÊUTICOS			
<b>CRÉDITOS PRESUMIDOS - Livro I, art. 32</b>	<b>1.501.095.089</b>	<b>19,2230%</b>	<b>7,4806%</b>
<b>Agropecuário</b>	<b>548.057</b>	<b>0,0070%</b>	<b>0,0027%</b>
LIVRO I, 32,XXIV - PRODUTORES/DESTINATARIOS DE MAÇÃS			
LIVRO I, 32,LII - PROGR. PRÓ-PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA - AGROINDÚSTRIAS			
LIVRO I, 32,LIII - PROGR. PRÓ-PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA - COOPERATIVAS			
<b>Assistência Social</b>	<b>2.774.402</b>	<b>0,0355%</b>	<b>0,0138%</b>
LIVRO I, 32,LXIV - PROJETOS SOCIAIS	2.774.402	0,0355%	0,0138%
<b>Cultural (social)</b>	<b>13.819.668</b>	<b>0,1770%</b>	<b>0,0689%</b>
LIVRO I, 32,V - DISCOS FONOGRAFICOS			
LIVRO I, 32,VI - OBRAS DE ARTE			
LIVRO I, 32,XV - PROJETOS CULTURAIS			
LXX - BOLSA DE ESTUDO PARA PROFESSORES			
LIVRO I, 32,LXXIII - PROCENS			
<b>Econômico</b>	<b>1.467.853.649</b>	<b>18,7973%</b>	<b>7,3149%</b>
LIVRO I, 32,IV - RESTAURANTES	4.661.896	0,0597%	0,0232%
LIVRO I, 32,VII - CHAPAS E BOBINAS DE AÇO	125.126.830	1,6024%	0,6236%
LIVRO I, 32,VIII - PROD. INFORMÁTICA / ALTO-FALANTE, RECEPTORES	56.870.081	0,7283%	0,2834%
LIVRO I, 32,IX - TELHAS, TIJOLOS, LAJOTAS E MANILHAS	2.394	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,XI - PROGRAMA AGREGAR-RS CARNES - ENTRADAS GADO	34.680.975	0,4441%	0,1728%
LIVRO I, 32,XIII - XXVIII - XLVII e LXXIV - FUNDOPEM, FUNDOPEM Nosso emprego, e FUNDOPEM Leis 11.028/97 e 11.916/03	237.731.101	3,0444%	1,1847%
LIVRO I, 32,XIX - INDUSTRIA VINICOLA	10.298.293	0,1319%	0,0513%
LIVRO I, 32,XXVI - INDÚSTRIA DE QUEIJOS	17.094.982	0,2189%	0,0852%
LIVRO I, 32,XXXI - PRODUTOS FARMACÊUTICOS	1.542.533	0,0198%	0,0077%
LIVRO I, 32,XXXIII - ARROZ BENEFICIADO	49.399.433	0,6326%	0,2462%
LIVRO I, 32,XXXIV - PROGRAMA APOIO AOS FRIGORÍFICOS	283.180	0,0036%	0,0014%
LIVRO I, 32,XXXV - IND. LINGÜIÇAS, MORTAD., SALSICHAS	19.791.243	0,2534%	0,0986%
LIVRO I, 32,XXXVI - LEITE EM PO	14.832.450	0,1899%	0,0739%
LIVRO I, 32,XXXVII - MADEIRA SERRADA	1.681.977	0,0215%	0,0084%
LIVRO I, 32,XLIV - PROTEÍNAS, LECITINA E GORDURAS VEGETAIS	6.052.794	0,0775%	0,0302%
LIVRO I, 32,XLVI - ENERGIA ELÉTRICA P/ESTAB. COMERCIAIS	22.589.434	0,2893%	0,1126%
LIVRO I, 32,XLVIII - CARNE E PRODUTOS DE PERU	367.624	0,0047%	0,0018%



LIVRO I, 32,XLIX - VERDURAS E HORTALIÇAS	2.274.614	0,0291%	0,0113%
LIVRO I, 32,LI - ARRENDAMENTO MERCANTIL	106.746	0,0014%	0,0005%
LIVRO I, 32,XI - PROGR. AGREGAR-RS CARNES - SAÍDAS INTERNAS	14.289.224	0,1830%	0,0712%
LIVRO I, 32,LIV - SALAME E CARNE SUÍNA TEMPERADA	532.396	0,0068%	0,0027%
LIVRO I, 32,LV - PAPEL HIGIÊNICO	2.242.654	0,0287%	0,0112%
LIVRO I, 32,LVI - REATORES ELETRÔNICOS	483.964	0,0062%	0,0024%
LIVRO I, 32,LVII - ÓLEO DE SOJA	21.523	0,0003%	0,0001%
LIVRO I, 32,LIX - MÁRMORES E GRANITOS	427.025	0,0055%	0,0021%
LIVRO I, 32,LX - MEL PURO	73.555	0,0009%	0,0004%
LIVRO I, 32,LXI - MÓVEIS	7.604.296	0,0974%	0,0379%
LIVRO I, 32,LXII - BOLACHAS E BISCOITOS	5.120.587	0,0656%	0,0255%
LIVRO I, 32,LXIII - LEITE	100.997.881	1,2934%	0,5033%
LIVRO I, 32,LXV - CONSERVAS DE FRUTAS EXCETO PESSEGO	901.611	0,0115%	0,0045%
LIVRO I, 32,LXVI - CONSERVAS DE PÊSSEGO	2.951.077	0,0378%	0,0147%
LIVRO I, 32,LXIX - FARINHA DE TRIGO	32.269.253	0,4132%	0,1608%
LIVRO I, 32,LXXII - CERVEJAS, REFRIG., SUCOS E ÁGUA MINERAL	1.160	0,0000%	0,0000%
LIVRO I, 32,LXXV - CONSTRUÇÃO DE PLATAFORMA DE EXPL E PROD DE PETRÓLEO	154.153	0,0020%	0,0008%
LIVRO I, 32,LXXVI - FARINHA DE TRIGO, MISTURAS ...	19.388.463	0,2483%	0,0966%
LIVRO I, 32,LXXVII - CONSERVAS DE VERDURAS E HORTALIÇAS	1.338.412	0,0171%	0,0067%
LIVRO I, 32,LXXVIII - VINHO	3.727.185	0,0477%	0,0186%
LIVRO I, 32,LXXIX - GELÉIAS DE FRUTAS	2.175.260	0,0279%	0,0108%
LIVRO I, 32,LXXXI - PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS	3.767.980	0,0483%	0,0188%
LIVRO I, 32,LXXXII - CARNES E PROD RESULT ABATES	15.113.643	0,1935%	0,0753%
LIVRO I, 32,LXXXIII - PROD. INDUST. CARNES DE AVES	17.122.565	0,2193%	0,0853%
OUTROS:	631.761.203	8,0903%	3,1483%
LIVRO I, 32,X - PEÇAS E COMPONENTES P/CONDIC DE AR			
LIVRO I, 32,XII - INDÚSTRIAS LANIFÍCIAS			
LIVRO I, 32,XIV - "TOPS" DE LÃ, FIOS ACRÍLICOS, FIOS DE LÃ			
LIVRO I, 32,XVI - EQUIPAM. EMISSOR CUPOM FISCAL (ECF)			
LIVRO I, 32,XXIII - INDUSTRIALIZADORES DE MANDIOCA			
LIVRO I, 32,XXV - ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO IMPOSTO			
LIVRO I, 32,XXVII - FOMENTAR - RS			
LIVRO I, 32,XXXII - FDI/RS			
LIVRO I, 32,XXXVIII - CARNE COZIDA ENLATADA			
LIVRO I, 32,XXXIX - PRIN - CARTA CONSULTA			
LIVRO I, 32,XLII - PRIN/RS - PROTOCOLO INDIVIDUAL			
LIVRO I, 32,XLIII - FITEC/RS			



LIVRO I, 32,XLV - CARNE E PRODUTOS DE GADO BOVINO P/EXTERIOR			
LIVRO I, 32,L - ALHO			
LIVRO I, 32,LVIII - EMPANADOS DE AVES			
LIVRO I, 32,LXVII - PROGRAMA SLP CERÂMICO			
LIVRO I, 32,LXVIII - IMPORTADORES DE VEÍCULOS			
LIVRO I, 32,LXXI - FERTILIZANTES			
LIVRO I, 32,LXXX - TERMINAIS PORTÁTEIS DE TELEFONIA CELULAR			
LIVRO I, 32,LXXXIV - SAÍDAS INTERNAS NAFTA			
LIVRO I, 32,LXXXV - MILHO DE PIPOCA			
LIVRO I, 32,LXXXVI - MUNIÇÕES			
<b>Operacional</b>	<b>16.099.314</b>	<b>0,2062%</b>	<b>0,0802%</b>
LIVRO I, 32,XXI - PRESTADOR SERVIÇOS DE TRANSPORTE	13.467.124	0,1725%	0,0671%
OUTROS	2.632.190	0,0337%	0,0131%
<b>MANUTENÇÃO DO CRÉDITO FISCAL - Livro I, art. 35 e Livro III, art. 3</b>	<b>219.277.277</b>	<b>2,81%</b>	<b>1,09%</b>
<b>MICRO E EPP - Simples Gaúcho (Leis 10.045/93 e 12.410/05) e Simples Nacional (Lei Complementar 123/06)</b>	<b>410.975.713</b>	<b>5,26%</b>	<b>2,05%</b>
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO ICMS</b>	<b>7.808.854.067</b>	<b>100,00%</b>	<b>38,91%</b>
<b>ICMS</b>	<b>12.257.685.275</b>	<b>-</b>	<b>61,09%</b>
<b>ICMS POTENCIAL</b>	<b>20.066.539.341</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>

<b>DESONERAÇÕES DO IPVA (Leis 8.815/85, 11.400/99 e 11.644/01 e Decreto 32.144/85)</b>	<b>VALOR NOMINAL 2007</b>	<b>% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE IPVA</b>	<b>% SOBRE O IPVA POTENCIAL</b>
<b>IMUNIDADES:</b>	<b>16.393.548</b>	<b>4,93%</b>	<b>1,33%</b>
Art. 3º I, do Decreto 32.144/85 - VEÍCULOS OFICIAIS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS E SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	13.816.681	4,1512%	1,12%
Art. 3º II, do Decreto 32.144/85 - TEMPLOS	730.384	0,2194%	0,06%
Art. 3º III, do Decreto 32.144/85 - PARTIDOS POLÍTICOS E SUAS FUNDAÇÕES	7.882	0,0024%	0,00%
Art. 3º IV do Decreto 32.144/85 - SINDICATOS DE TRABALHADORES	278.705	0,0837%	0,02%
Art. 3º V do Decreto 32.144/85 - INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.559.895	0,4687%	0,13%
<b>ISENÇÕES:</b>	<b>229.584.825</b>	<b>68,98%</b>	<b>18,69%</b>
Art. 4º, I do Decreto 32.144/85 - CORPOS DIPLOMÁTICOS	37.076	0,0111%	0,00%
Art. 4º, II do Decreto 32.144/85 - MAQ.AGRIC.TERRAPLEN.TRATORES, BARCOS E AVIÕES, REBOQUE, CICLOMOTORES	121.472.414	36,4958%	9,89%
Art. 4º, III do Decreto 32.144/85 - CONSELHOS COMUNITÁRIOS PRÓ-SEGURANÇA PÚBLICA - CONSEPRO	11.152	0,0034%	0,00%
Art. 4º, IV do Decreto 32.144/85- PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS COM FABRICAÇÃO DE MAIS DE 20 ANOS	64.647.571	19,4230%	5,26%
Art. 4º, V do Decreto 32.144/85 - PROPRIETÁRIO DE VEÍCULO COM IPVA INFERIOR A 4 UPF/RS	2.717.600	0,8165%	0,22%



Art. 4º, VI do Decreto 32.144/85 - DEFICIENTE FÍSICO E PARAPLÉGICOS	3.072.228	0,9230%	0,25%
Art. 4º, VII, "a" do Decreto 32.144/85 - TAXI (CATEGORIA ALUGUEL)	7.153.343	2,1492%	0,58%
Art. 4º, VII, "b" do Decreto 32.144/85 - ÔNIBUS URBANO, SUBURBANO, REGIÃO METROPOLITANA	4.626.934	1,3901%	0,38%
Art. 4º, VII, "c" do Decreto 32.144/85 - TAXI-LOTACÃO	432.300	0,1299%	0,04%
Art. 4º, VII, "d" do Decreto 32.144/85 - TRANSPORTE ESCOLAR	822.880	0,2472%	0,07%
Art. 4º, VIII do Decreto 32.144/85 - LEILÃO DO FUNCAB (Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso)	7.457	0,0022%	0,00%
Art. 4º, § 4º do Decreto 32.144/85 -PERDA TOTAL POR FURTO, ROUBO, SINISTRO OU OUTRO MOTIVO	24.583.870	7,3861%	2,00%
<b>DESCONTOS DA LEI DO BOM MOTORISTA</b>			
Lei 11.400/99, alterada pela Lei 11.644/01	<b>52.180.688</b>	<b>15,68%</b>	<b>4,25%</b>
<b>DESCONTOS POR ANTECIPAÇÃO DO IMPOSTO</b>			
Lei 8115/85, art 11, combinado c/ Dec. 32.144/85, art 14, I, "b"	<b>34.680.522</b>	<b>10,42%</b>	<b>2,82%</b>
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO IPVA</b>	<b>332.839.583</b>	<b>100,00%</b>	<b>27,09%</b>
<b>IPVA ARRECADADO</b>	<b>895.639.360</b>	-	<b>72,91%</b>
<b>IPVA POTENCIAL</b>	<b>1.228.478.942</b>	-	<b>100%</b>

DESONERAÇÕES DO ITCD (Lei 8.821/89)	VALOR NOMINAL 2007	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES DE ITCD	% SOBRE O ITCD POTENCIAL
<b>IMUNIDADES:</b>	<b>454.178</b>	<b>1,40%</b>	<b>0,5%</b>
Lei 8.821/89, art. 5º, inc. I - UNIÃO, ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	235.112	0,7250%	0,24%
Lei 8.821/89, art. 5º, inc. II - TEMPLOS DE QUALQUER CULTO	93.134	0,2872%	0,09%
Lei 8.821/89, art. 5º, inc. III - PARTIDOS POLÍTICOS, INCLUSIVE SUAS FUNDAÇÕES	9.025	0,0278%	0,01%
Lei 8.821/89, art. 5º, inc. IV - ENTIDADES SINDICAIS, TRABALHADORES, EDUCAÇÃO ...	100.360	0,3095%	0,10%
Lei 8.821/89, art. 5º, inc. V - LIVROS, JORNAIS, PERIÓDICOS E PAPEIS DESTINADOS ...	16.547	0,0510%	0,02%
<b>NÃO-INCIDÊNCIA:</b>	<b>329.895</b>	<b>1,02%</b>	<b>0,3%</b>
Lei 8.821/89, art. 6º, inc. II - RENÚNCIA À HERANÇA OU LEGADO ...	5.468	0,0169%	0,01%
Lei 8.821/89, art. 6º, inc. III - EXTINÇÃO DE USUFRUTO ...	150.246	0,4633%	0,15%
Lei 8.821/89, art. 6º, inc. IV - DOAÇÃO C/INCIDÊNCIA DE ICMS	1.223	0,0038%	0,00%
Lei 8.821/89, art. 6º, inc. V - EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO, ATÉ A COTA PARTE ...	172.959	0,5334%	0,17%
<b>ISENÇÕES:</b>	<b>31.644.305</b>	<b>97,58%</b>	<b>31,9%</b>
Lei 8.821/89, art. 7º, inc. I - IMÓVEL URBANO DE ATÉ 4.379 UPFs ...	710.696	2,1916%	0,72%
Lei 8.821/89, art. 7º, inc. II - EXTINÇÃO DE USUFRUTO, INSTITUÍDO P/NU-PROPRIETÁRIO	10.409	0,0321%	0,01%
Lei 8.821/89, art. 7º, inc. III - DOAÇÃO À UNIÃO, AO ESTADO RS E SEUS MUNICÍPIOS	60.453	0,1864%	0,06%
Lei 8.821/89, art. 7º, inc. IV - IMÓVEL RURAL, ASSCENDENTE DESCENDENTE ...	565.605	1,7442%	0,57%
Lei 8.821/89, art. 7º, inc. V - DOMÍNIO DIRETO OU NUA-PROPIREDADE	112.117	0,3457%	0,11%



Lei 8.821/89, art. 7º, inc. VI - EXTINÇÃO DE USUFRUTO (OPERAÇÃO JÁ TRIBUTADA)	1.016.282	3,1339%	1,03%
Lei 8.821/89, art. 7º, inc. VII - DOAÇÃO A TEMPLOS, PART. POLÍTICOS E ENTIDADES SIND.	54.933	0,1694%	0,06%
Lei 8.821/89, art. 7º, inc. IX - SUCESSÃO LEGÍTIMA, QUINHÃO ATÉ 10.509 UPFs	29.113.810	89,7788%	29,38%
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES DO ITCD</b>	<b>32.428.379</b>	<b>100,00%</b>	<b>32,7%</b>
<b>ITCD ARRECADADO</b>	<b>66.661.619</b>	<b>-</b>	<b>67,3%</b>
<b>ITCD POTENCIAL</b>	<b>99.089.998</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>

DESONERAÇÕES FISCAIS TOTAIS DO RS	VALOR NOMINAL 2007	% SOBRE O TOTAL DAS DESONERAÇÕES FISCAIS	% SOBRE OS IMPOSTOS POTENCIAIS
<b>TOTAL DAS DESONERAÇÕES FISCAIS DO RS</b>	<b>8.174.122.028</b>	<b>100,00%</b>	<b>38,2%</b>
<b>IMPOSTOS ARRECADADOS</b>	<b>13.219.986.254</b>	<b>-</b>	<b>61,8%</b>
<b>IMPOSTOS POTENCIAIS</b>	<b>21.394.108.281</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 46 - Demonstrativo Regionalizado das Desonerações Fiscais do ICMS

COREDES	VAF	% do VAF	DESONERAÇÕES	% das DESONERAÇÕES	DESONERAÇÕES/VAF
Sul	5.253.048.605	4,37%	678.176.922	8,68%	12,91%
Fronteira Noroeste	1.777.643.432	1,48%	192.911.782	2,47%	10,85%
Vale do Rio Pardo	4.091.966.185	3,40%	413.025.373	5,29%	10,09%
Vale do Caí	2.038.445.657	1,70%	196.421.881	2,52%	9,64%
Vale do Taquari	4.091.326.708	3,40%	359.295.110	4,60%	8,78%
Metropolitano Delta do Jacuí	31.765.702.194	26,42%	2.560.879.246	32,79%	8,06%
Vale do Rio dos Sinos	17.158.819.330	14,27%	1.257.078.707	16,10%	7,33%
Paranhana Encosta da Serra	1.783.269.127	1,48%	117.395.036	1,50%	6,58%
Produção	3.979.900.320	3,31%	258.259.566	3,31%	6,49%
Alto Jacuí	1.999.456.866	1,66%	113.148.360	1,45%	5,66%
Serra	15.685.177.712	13,05%	862.091.885	11,04%	5,50%
Nordeste	1.408.286.484	1,17%	70.564.363	0,90%	5,01%
Médio Alto Uruguai	885.116.436	0,74%	38.565.663	0,49%	4,36%
Missões	1.788.043.734	1,49%	66.751.443	0,85%	3,73%
Campanha	1.376.958.936	1,15%	50.088.188	0,64%	3,64%
Norte	3.109.301.146	2,59%	103.605.630	1,33%	3,33%
Hortênsias	1.140.690.214	0,95%	37.593.479	0,48%	3,30%
Alto da Serra do Botucaraí	746.716.671	0,62%	23.914.467	0,31%	3,20%
Celeiro	1.067.185.749	0,89%	30.783.652	0,39%	2,88%
Noroeste Colonial	1.822.787.268	1,52%	51.865.958	0,66%	2,85%
Central	2.644.001.695	2,20%	72.666.451	0,93%	2,75%
Campos de Cima da Serra	1.406.564.487	1,17%	38.027.556	0,49%	2,70%
Rio da Várzea	934.605.946	0,78%	22.764.182	0,29%	2,44%
Vale do Jaguarí	651.239.359	0,54%	15.850.376	0,20%	2,43%
Centro Sul	2.258.420.655	1,88%	47.178.130	0,60%	2,09%
Jacuí Centro	931.333.903	0,77%	19.328.872	0,25%	2,08%
Fronteira Oeste	3.872.418.570	3,22%	79.362.819	1,02%	2,05%
Litoral	4.566.126.746	3,80%	31.258.977	0,40%	0,68%
<b>Total</b>	<b>120.234.554.134</b>	<b>100%</b>	<b>7.808.854.067</b>	<b>100%</b>	<b>6,5%</b>

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS.

Tabela 47 - Demonstrativo da Evolução dos Benefícios do FUNDOPEM em Relação ao ICMS

<b>ANO</b>	<b>% DO ICMS</b>
1989	0,03
1990	0,09
1991	0,09
1992	0,21
1993	0,48
1994	0,71
1995	0,64
1996	1,26
1997	2,81
1998	4,23
1999	6,69
2000	5,86
2001	4,59
2002	5,21
2003	4,29
2004	5,01
2005	3,75
2006	2,50
2007	1,94

**FONTE:** Secretaria da Fazenda do RS.

## 6 DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 2009

A Proposta do Projeto de Lei do Orçamento do Estado do Rio Grande do Sul para 2009, ora levada à apreciação da egrégia Assembléia Legislativa, foi montada com base nas previsões constantes do “Plano Plurianual 2008-2011” e da “LDO 2009”. Em ambas as peças projetou-se o crescimento da economia gaúcha em 2009, de 5,1%, um pouco acima do percentual previsto em relação ao desempenho estimado da economia nacional, de 5,0%. A inflação de 2009 pelo IPCA está fixada em 4,5%.

### 6.1. Da Estimativa da Receita Pública para 2009

A projeção da receita para o exercício de 2009, apresentada através da

Tabela 48, compreende a receita da Administração Direta com seus principais agregados, assim como a receita própria das Autarquias e Fundações.

Tabela 48 - Estimativa de Receita da Administração Pública Consolidada para 2009 - R\$ 1,00

RECEITAS ESTIMADAS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	21.928.656.352	6.320.272.333	113.697.974	28.362.626.659
RECEITAS DE CAPITAL	205.145.120	21.328.378	22.243.766	248.717.264
<b>RECEITAS ESTIMADAS TOTAIS</b>	<b>22.133.801.472</b>	<b>6.341.600.711</b>	<b>135.941.740</b>	<b>28.611.343.923</b>

**FONTE:** SEPLAG/RS - PLOA 2009.



A Tabela 49 adiante mostra os principais agregados da receita. Para o ano de 2009, excluindo as receitas intra-orçamentárias, estima-se um montante de arrecadação de R\$ 24,6 bilhões contra R\$ 20,4 bilhões de 2008, crescimento de R\$ 4,2 bilhões, 20,5% maior. Quanto ao ICMS Total, principal tributo estadual, estima-se para 2009 uma arrecadação (com a inclusão multas, juros e dívida ativa), de R\$ 15,8 bilhões. Esse valor é 22,6% superior ao estimado para 2008, de R\$ 12,9 bilhões. Para as receitas de capital, a proposta orçamentária de 2009 estima um montante de R\$ 248,7 milhões.

Tabela 49 - Principais Agregados da Estimativa de Receita da Administração Pública Consolidada para 2008 - R\$ 1,00

<b>AGREGADOS DA RECEITA</b>	<b>LOA 2008</b>	<b>VALOR ORÇADO DA PLOA 2009</b>	<b>% PLOA 2009 / LOA 2008</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>20.676.949.258</b>	<b>28.362.626.659</b>	<b>37,2</b>
1.1 ICMS TOTAL	12.916.953.733	15.835.366.002	22,6
1.2 IPVA TOTAL	968.136.178	1.305.223.000	34,8
1.3 IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	737.146.000	860.340.213	16,7
1.4 CONTRIBUIÇÃO	1.152.333.759	1.405.242.735	21,9
1.5 PATRIMONIAL	462.882.736	641.410.977	38,6
1.6 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	967.910.000	1.224.866.000	26,5
1.7 IPI-EXPORTAÇÃO	412.056.000	513.670.000	24,7
1.8 CIDE	130.774.000	102.849.000	-21,4
1.9 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA EXPORTAÇÃO	282.644.000	146.900.228	-48,0
1.10 FUNDEB - FUNDO DA EDUCAÇÃO	1.846.005.000	2.599.418.498	40,8
1.11 DEMAIS RECEITAS CORRENTES	2.026.442.658	2.576.638.798	27,2
1.12 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	896.542.977	4.023.293.646	348,8
1.13 DEDUÇÕES PARA O FUNDO DA EDUCAÇÃO	-2.122.877.783	-2.872.592.438	35,3
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>618.826.351</b>	<b>248.717.264</b>	<b>-59,8</b>
2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.375.000	11.500.000	-96,2
2.2 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	273.966.067	186.282.564	-32,0
2.3 DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	44.485.284	237.217.264	433,2
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA COM TRANSFERÊNCIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>21.295.775.609</b>	<b>28.611.343.923</b>	<b>34,4</b>
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA SEM TRANSFERÊNCIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>20.399.232.632</b>	<b>24.588.050.277</b>	<b>20,5</b>

FONTE: LOA 2008 e SEPLAG/RS - PLOA 2009.

## 6.2. Da Fixação da Despesa Pública para 2009

A estimativa das despesas dotadas da Administração Pública Consolidada para o ano de 2009 foi fixada em R\$ 28,8 bilhões, distribuída conforme a Tabela 50.

Tabela 50 - Estimativa da Despesa da Administração Pública Consolidada para 2009 - R\$ 1,00

DESPESAS DOTADAS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	AUTARQUIAS	FUNDAÇÕES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	18.538.586.355	6.213.616.669	482.109.751	25.234.312.775
DESPESAS DE CAPITAL	2.690.447.631	398.969.016	57.764.501	3.147.181.148
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	229.850.000	0	0	229.850.000
<b>DESPESAS TOTAIS DOTADAS</b>	<b>21.458.883.986</b>	<b>6.612.585.685</b>	<b>539.874.252</b>	<b>28.611.343.923</b>

**FONTE:** SEPLAG/RS - PLOA 2009.

A Tabela 51 mostra os principais agregados da despesa dotada para o ano de 2009. Prevê-se para 2009, excluindo as despesas intra-orçamentárias, um gasto total de R\$ 24,59 bilhões, 13,3% maior do que o previsto para 2008, de R\$ 21,70 bilhões. A previsão das despesas com Pessoal e Encargos Sociais é de R\$ 11,42 bilhões. O gasto total previsto com Outras Despesas Correntes alcança R\$ 9,54 bilhões, montante superior em 20,5% a despesa fixada no orçamento de 2008, de R\$ 7,91 bilhões. Destacam-se as Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, que alcançam o montante de R\$ 4,77 bilhões. Os Investimentos e as Inversões Financeiras são da ordem de R\$ 1,26 bilhão. O Serviço da Dívida toma R\$ 2,14 bilhões do orçamento. Ressalva-se que as despesas intra-orçamentárias totalizam R\$ 4,02 bilhões.

Tabela 51 - Principais Agregados da Despesa da Administração Pública Consolidada para 2009 - R\$ 1,00

AGREGADOS DA DESPESA	VALOR DOTADO LOA DE 2008	VALOR DOTADO DE 2009	PLOA	% PLOA 2009 / LOA 2008
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS, INCLUSOS INATIVOS E PENSIONISTAS (*)	10.621.603.667	11.421.601.678		7,5
OUTRAS DESPESAS CORRENTES SEM INATIVOS E PENSIONISTAS (*)	7.913.041.831	9.538.749.452		20,5
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	3.867.509.544	4.767.084.879		23,3
Demais Outras Despesas Correntes (*)	4.045.532.287	4.771.664.573		17,9
SERVIÇO DA DÍVIDA (JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA)	2.022.664.366	2.141.660.756		5,9
INVESTIMENTOS AMPLOS (INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS)	990.040.762	1.256.188.390		26,9
TRANSFERÊNCIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	894.587.679	4.023.293.647		349,7
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	148.300.000	229.850.000		55,0
<b>TOTAL DA DESPESA DOTADA COM TRANSFERÊNCIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>22.590.238.305</b>	<b>28.611.343.923</b>		<b>26,7</b>
<b>TOTAL DA DESPESA DOTADA SEM TRANSFERÊNCIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>21.695.650.626</b>	<b>24.588.050.276</b>		<b>13,3</b>

FONTE: SEPLAG/RS.

NOTA 1: No grupo de "Pessoal e Encargos Sociais" de 2009, foi apropriado R\$ 4.452.829.350,00, referente a Inativos, Pensionistas e Precatórios Alimentares de Pensionistas.

NOTA 2: No Grupo de Demais "ODC" em 2009, foi retirado R\$ 4.452.829.350,00, referente a Inativos, Pensionistas e Precatórios Alimentares de Pensionistas.

NOTA 3: O crescimento de 17,9% em 2009, no item Demais "ODC", foi calculado excluindo as despesas com Inativos, Pensionistas e Precatório Alimentares de Pensionistas.

NOTA 4: O percentual elevado de crescimento de 349,7%, no item "Transferência Intra-Orçamentária" deve-se a nova metodologia de contabilização, na PLOA 2009.

## 7 DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA ENTRE AS ÁREAS GOVERNAMENTAIS

A Tabela 52 retrata a distribuição da despesa entre as diversas áreas da Administração Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Essa distribuição que, descontadas as dotações destinadas à cobertura dos Encargos Financeiros do Estado, do Fundo de Reserva de contingência e das Despesas dos Outros Poderes do Estado, abrange 54,8.% da despesa orçamentária. Observe-se que, do total do orçamento, os Encargos Financeiros absorvem 14,1% (R\$ 4,023 bilhões), a Reserva de Contingência, 0,8% (R\$ 230 milhões) e os demais Poderes e Órgãos, 10,1% (R\$ 2,896 bilhões).

Evidencia-se que a área de Infra-Estrutura receberá 6,2.% do total de recursos destinados as quatro áreas da administração pública, totalizando R\$ 966 milhões. A área Econômica deverá contar com 3,0% das dotações, equivalentes a R\$ 478 milhões, enquanto a área Administrativa absorverá R\$ 1,079 bilhão, equivalente a 6,9% do montante global. Por fim, à área Social caberá R\$ 13,168 bilhões, o que equivale a 83,9% do total a ser distribuído entre as quatro áreas. Essa participação relativa atesta o empenho do governo estadual em garantir os gastos com a área social.

Tabela 52 - Distribuição da despesa dotada no PLOA 2009 entre as áreas da Administração Direta e Indireta

Áreas da Administração Pública	Dotação alocada PLOA 2009	% sobre total das Áreas	% Sobre o total
Infra-Estrutura	965.608.562	6,2	3,4
Econômica	477.611.138	3,0	1,7
Administrativa	1.078.624.575	6,9	3,8
Social	13.167.934.974	83,9	46,0
<b>Subtotal</b>	<b>15.689.779.249</b>	<b>100,0</b>	<b>54,8</b>
Outros Poderes e Órgãos	2.896.151.002	-	10,1
Encargos Financeiros	5.772.270.025	-	20,2
Reserva de Contingência	229.850.000	-	0,8
Despesas Intra-Orçamentárias	4.023.293.647	-	14,1
<b>Total do Orçamento</b>	<b>28.611.343.923</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>

FONTE: SEPLAG/RS - PLOA 2009.

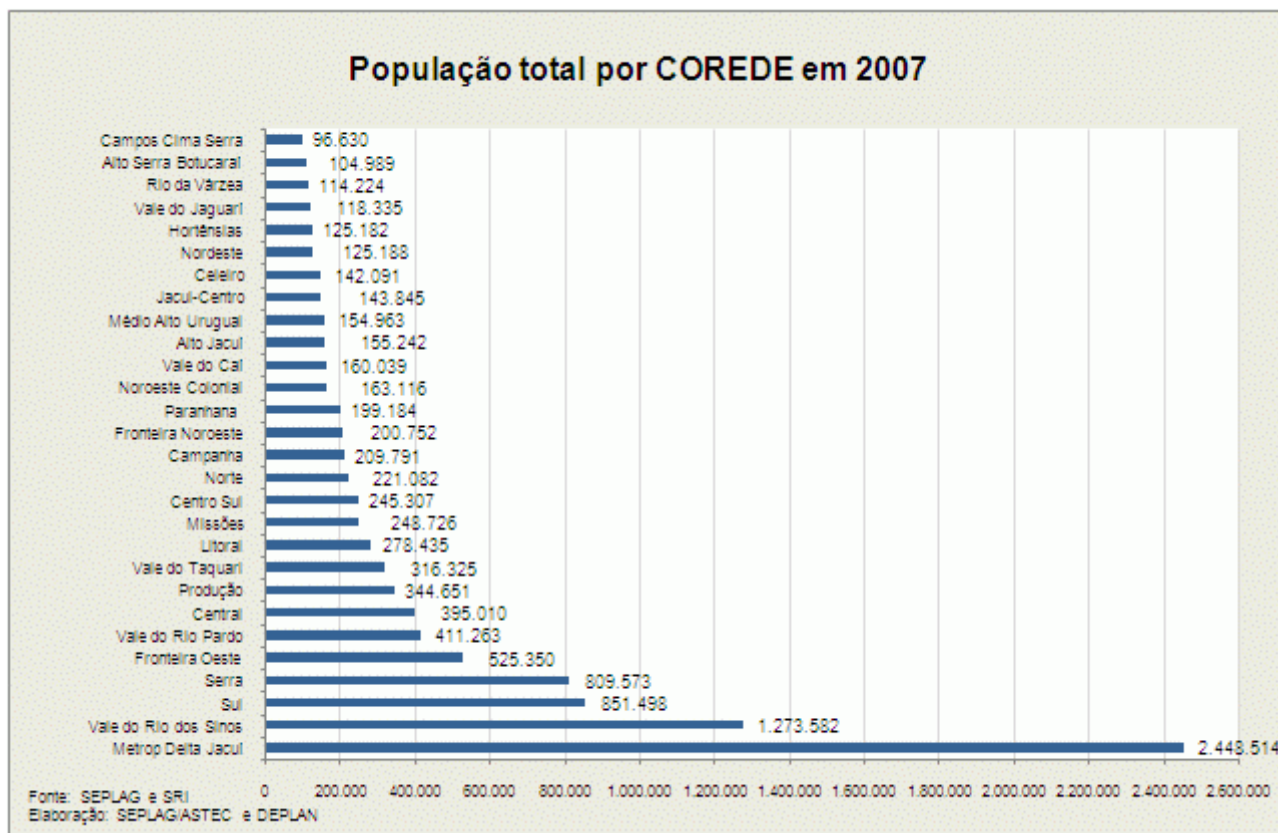
## 8 DA REGIONALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

### 8.1. Da Distribuição da População e do Total dos Investimentos

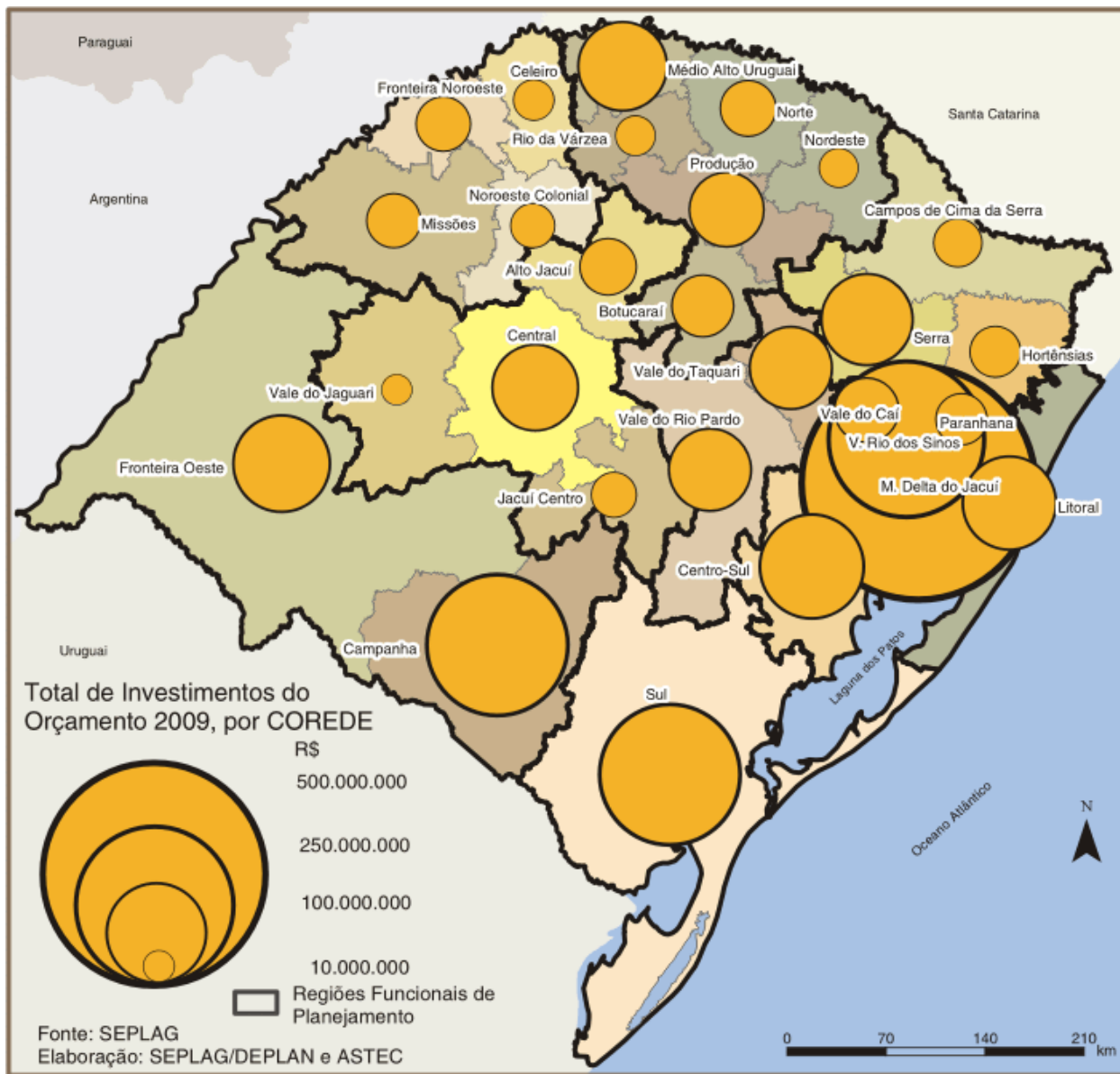
Investimentos do Orçamento 2009 por COREDES (R\$)			
COREDES	Total dos investimentos das Estatais	Total dos investimentos das Secretarias de Estado	Total de Investimentos
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAI	13.378.208,21	21.155.521,57	34.533.729,78
ALTO JACUI	19.303.868,83	9.544.111,48	28.847.980,31
CAMPANHA	171.717.129,27	7.443.853,40	179.160.982,67
CAMPOS DE CIMA DA SERRA	9.794.488,80	11.249.429,00	21.043.917,80
CELEIRO	5.743.367,91	9.077.651,78	14.821.019,69
CENTRAL	43.753.232,72	22.735.000,29	66.488.233,01
CENTRO SUL	55.417.967,67	42.243.879,53	97.661.847,20
FRONTEIRA NOROESTE	12.689.881,78	14.104.052,34	26.793.934,12
FRONTEIRA OESTE	29.677.566,04	54.439.053,75	84.116.619,79
HORTENSÍAS	11.717.855,88	11.804.426,63	23.522.282,51
JACUI CENTRO	11.309.918,27	7.007.277,50	18.317.195,77
LITORAL	53.451.927,89	25.316.494,21	78.768.422,10
MEDIO ALTO URUGUAI	63.374.627,38	7.850.921,34	71.225.548,72
METROPOLITANO DELTA DO JACUI	206.042.063,01	286.010.865,25	492.052.928,26
MISSOES	16.588.523,21	9.950.329,78	26.538.852,99
NORDESTE	6.644.143,28	7.033.119,94	13.677.263,22
NOROESTE COLONIAL	11.556.032,25	6.337.615,32	17.893.647,57
NORTE	13.450.256,92	14.578.726,42	28.028.983,34
PARANHANA-ENCOSTA SERRA	13.980.174,90	9.837.086,70	23.817.261,60
PRODUÇÃO	21.999.660,02	28.354.067,77	50.353.727,79
RIO DA VARZEA	7.334.609,04	6.968.514,78	14.303.123,82
SERRA	36.383.146,12	38.999.953,52	75.383.099,64
SUL	100.021.988,09	78.306.821,06	178.328.809,15
VALE DO CAI	15.824.731,95	21.345.820,84	37.170.552,79
VALE DO JAGUARI	1.786.012,95	6.649.188,95	8.435.201,90
VALE DO RIO DOS SINOS	122.394.533,12	95.949.038,59	218.343.571,71
VALE DO RIO PARDO	23.520.802,98	37.953.902,88	61.474.705,86
VALE DO TAQUARI	19.771.597,54	41.359.996,95	61.131.594,49
S/R	-	322.581.669,35	322.581.669,35
<b>Total</b>	<b>1.118.628.316,03</b>	<b>1.256.188.390,92</b>	<b>2.374.816.706,95</b>



Distribuição da População por COREDES em 2007 segundo o IBGE/Contagem da População 2007









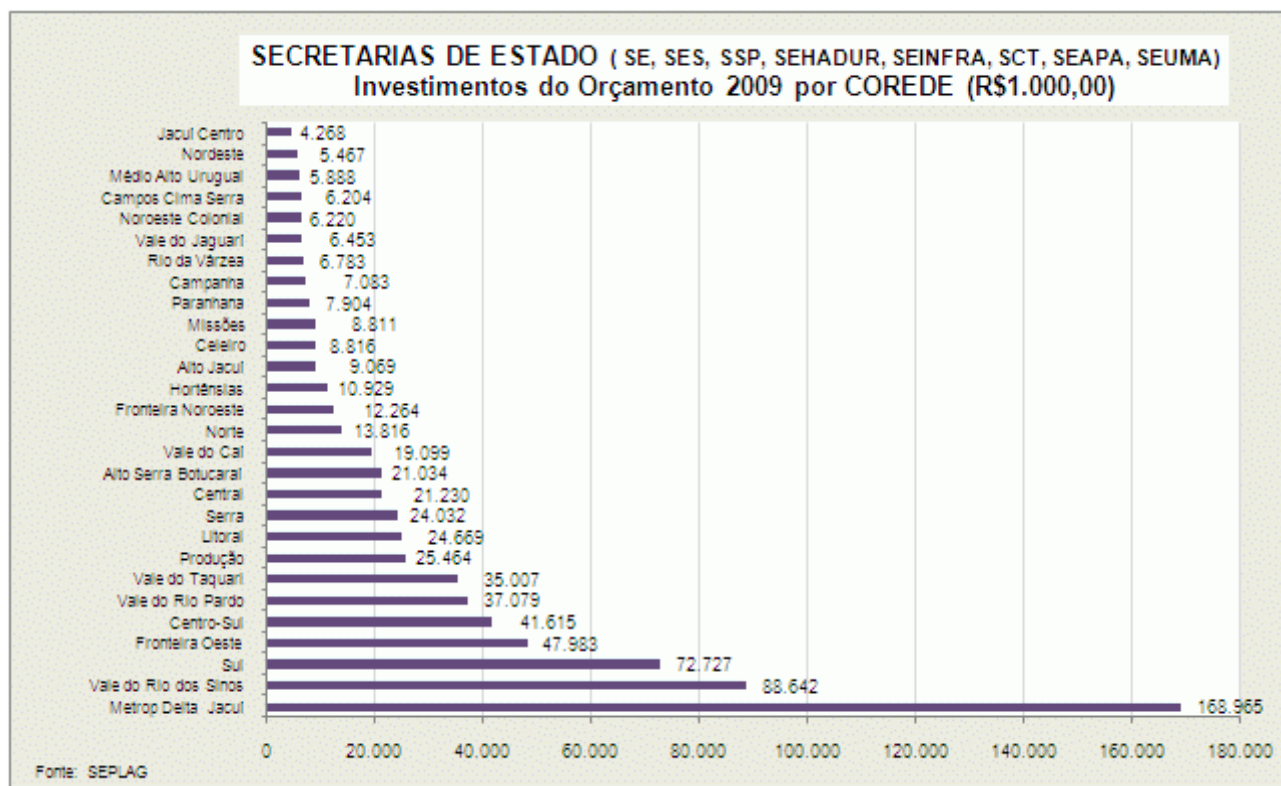
## 8.2. Dos INVESTIMENTOS DAS SECRETARIAS DE ESTADO

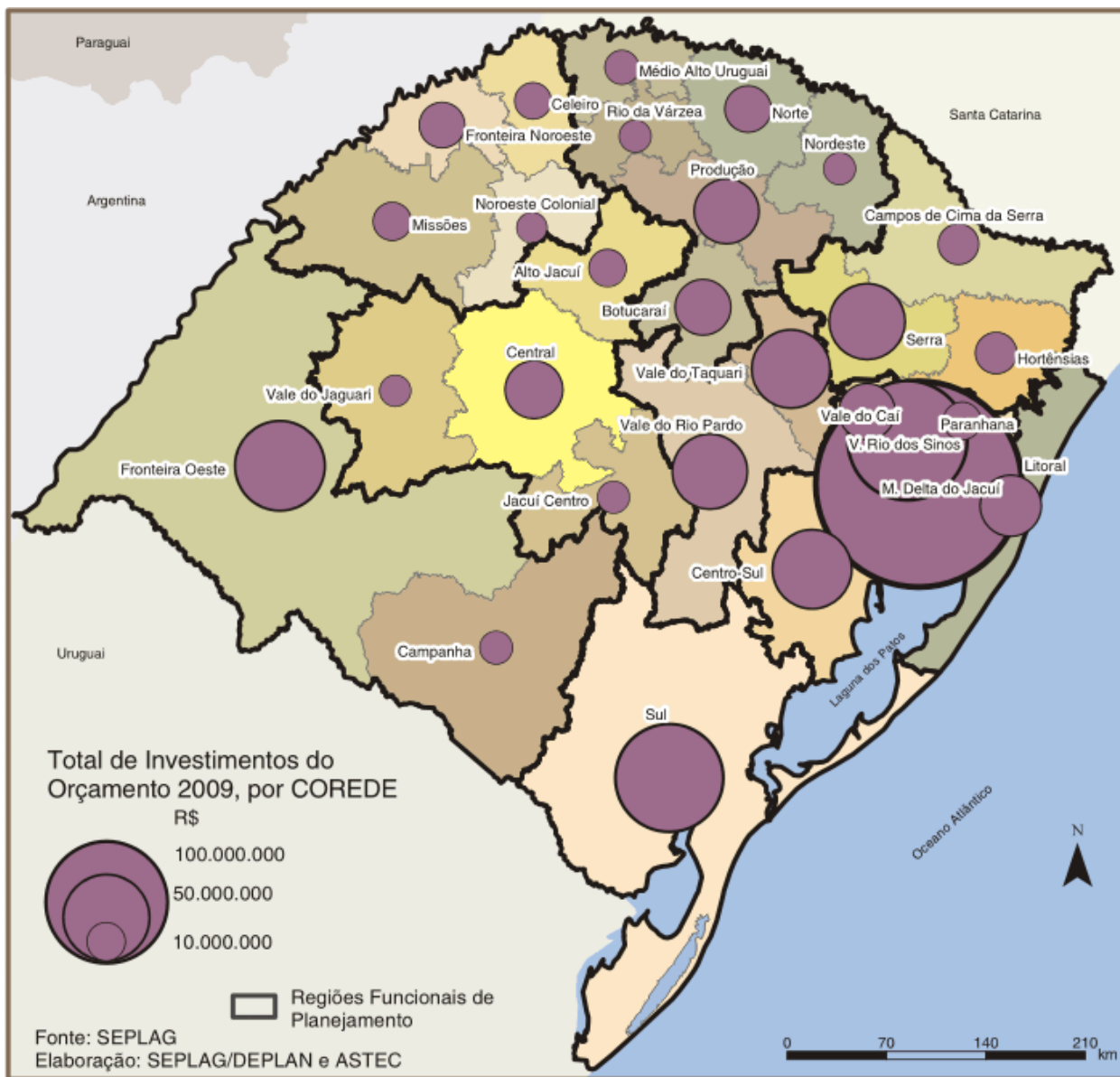
Distribuição dos investimentos das Secretarias de Estado por COREDES para 2009 (R\$)

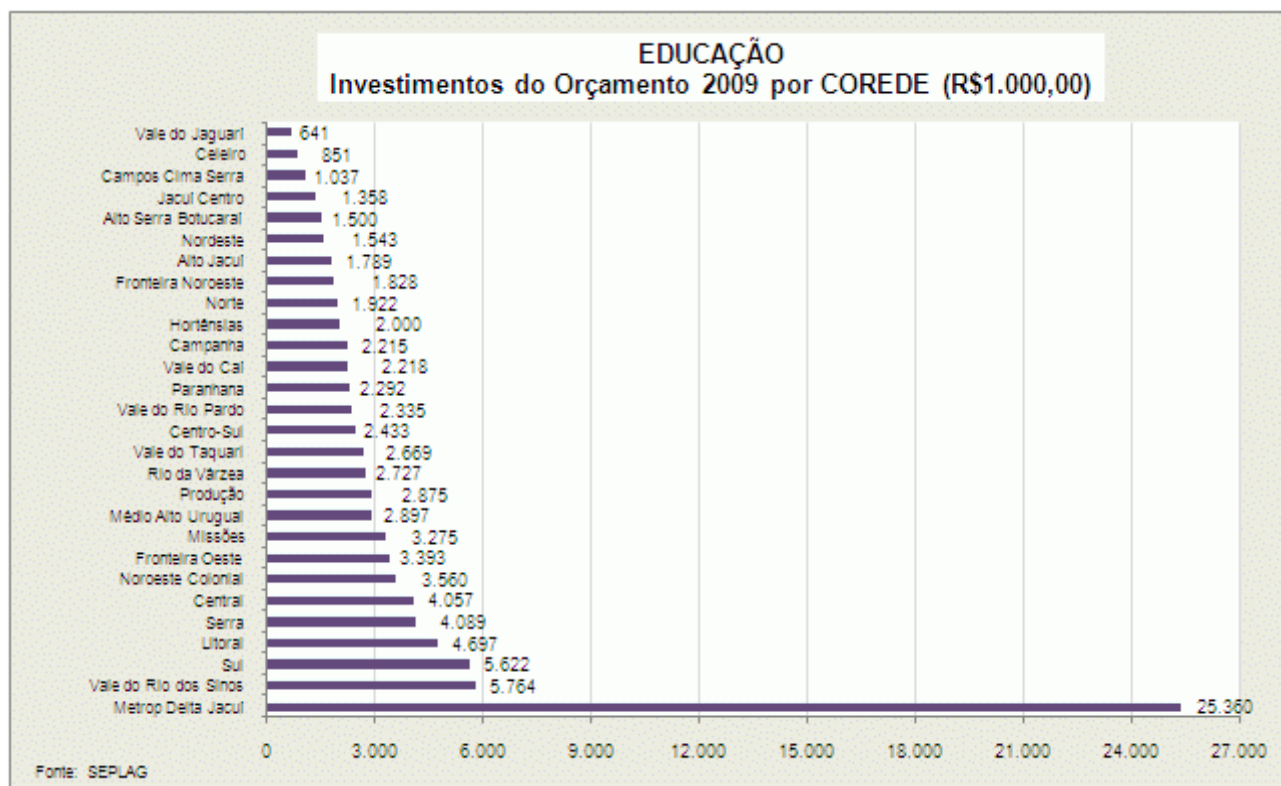
COREDE	EDUCAÇÃO	SAÚDE	SEGURANÇA PÚBLICA	HABITACAO*	INFRA-ESTRUTURA*	CIENCIA E TECNOLOGIA*	AGRICULTURA	IRRIGAÇÃO	TOTAL DOS COREDES
Alto da Serra do Botucaraí	1.499.857	607.354	1.740.405		17.082.800		100.000	4.000	21.034.416
Alto Jacuí	1.788.631	758.979	561.844	162.172	5.462.280	75.246	96.031	164.000	9.069.183
Campanha	2.215.145	796.104	897.848			572.712		2.601.500	7.083.310
Campos de Cima da Serra	1.037.496	707.354	615.448		3.499.500	340.246		4.000	6.204.045
Celeiro	851.337	719.354	421.471		6.753.940		70.000		8.816.102
Central	4.056.645	7.744.104	1.247.105	267.691	6.679.970	1.180.493		54.000	21.230.008
Centro-Sul	2.432.960	1.304.335	22.327.698		14.835.980	410.178	300.000	4.000	41.615.152
Fronteira Noroeste	1.828.146	644.104	915.871		5.089.120	75.246	1.000.000	2.711.500	12.263.987
Fronteira Oeste	3.392.716	2.009.278	1.471.848		4.936.033	440.246		35.733.235	47.983.357
Hortênsias	2.000.256	1.087.354	421.871	321.383	7.094.220			4.000	10.929.085
Jacuí Centro	1.357.676	732.504	497.825		1.450.000	75.246	51.000	104.000	4.268.252
Litoral	4.696.850	1.351.828	5.418.914	969.643	10.730.121	1.497.300		4.000	24.668.655
Médio Alto Uruguai	2.897.133	484.104	241.825		1.836.490	104.772		324.000	5.888.325
Metropolitano Delta do Jacuí	25.360.243	7.216.685	61.104.901	43.174.150	20.723.478	10.901.088	480.000	4.000	168.964.544
Missões	3.275.174	1.454.604	1.937.801	104.612	1.800.000	75.246		164.000	8.811.437
Nordeste	1.542.989	954.614	476.871		2.253.700	75.246		164.000	5.467.420
Noroeste Colonial	3.559.883	644.104	601.871		1.000.000	155.246	255.000	4.000	6.220.105
Norte	1.921.748	644.104	915.871		9.594.902	75.246	500.000	164.000	13.815.872
Paranhana-Encosta da Serra	2.291.940	1.111.354	919.871		3.501.825	75.246		4.000	7.904.237
Produção	2.874.988	897.238	10.961.676		9.891.150	175.246	500.000	164.000	25.464.298
Rio da Várzea	2.726.733	588.904	601.471		2.520.500		295.843	50.000	6.783.451
Serra	4.088.693	1.963.504	9.012.784	32.143	7.637.045	484.225	650.000	164.000	24.032.394
Sul	5.622.017	1.663.104	3.688.846	769.643	57.983.418	2.377.169	459.000	164.000	72.727.198
Vale do Cai	2.218.064	607.354	5.125.164		10.314.835	829.526		4.000	19.098.943
Vale do Jaguarí	640.764	1.086.066	1.555.824	150.000	3.020.000				6.452.654
Vale do Rio dos Sinos	5.763.778	1.407.354	33.510.903	38.470.829	6.894.895	1.167.054	1.422.708	4.000	88.641.522
Vale do Rio Pardo	2.334.843	964.104	2.362.325		29.628.676	225.246	1.399.669	164.000	37.078.863
Vale do Taquari	2.669.374	1.184.104	16.988.973		12.551.954	225.246	123.000	1.264.000	35.006.651
S/R	3.050.000	33.547.332	208.189	24.031.297	146.790.322	14.437.208	35.627.000		257.691.348
<b>Total das Secretarias</b>	<b>99.996.078</b>	<b>74.881.290</b>	<b>186.753.313</b>	<b>108.453.563</b>	<b>411.557.154</b>	<b>36.049.927</b>	<b>43.329.251</b>	<b>44.194.235</b>	<b>1.005.214.811</b>

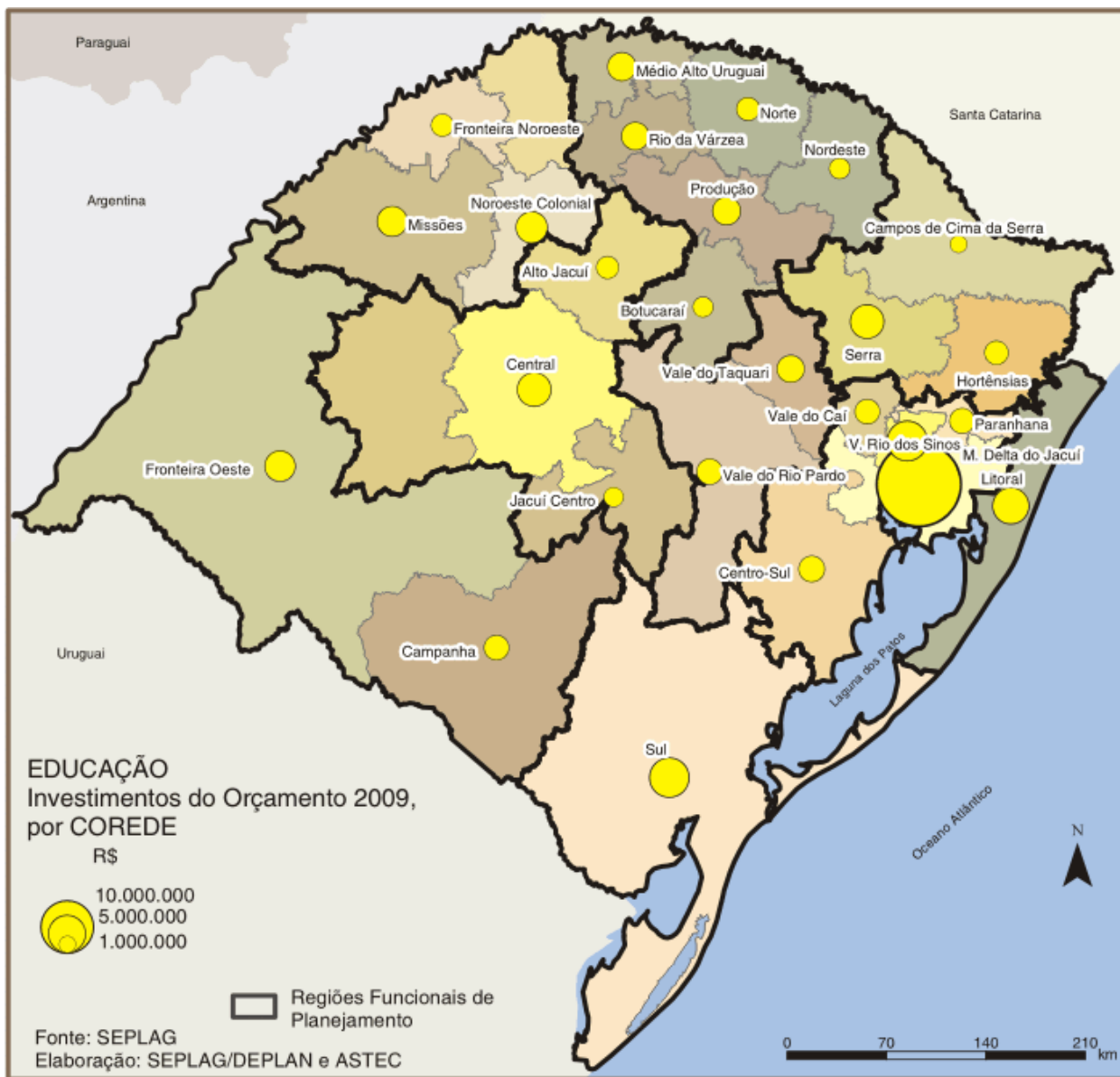
Nota: não estão incluídas as demais Secretarias de Estado e vinculadas no valor de R\$250.973.579,00

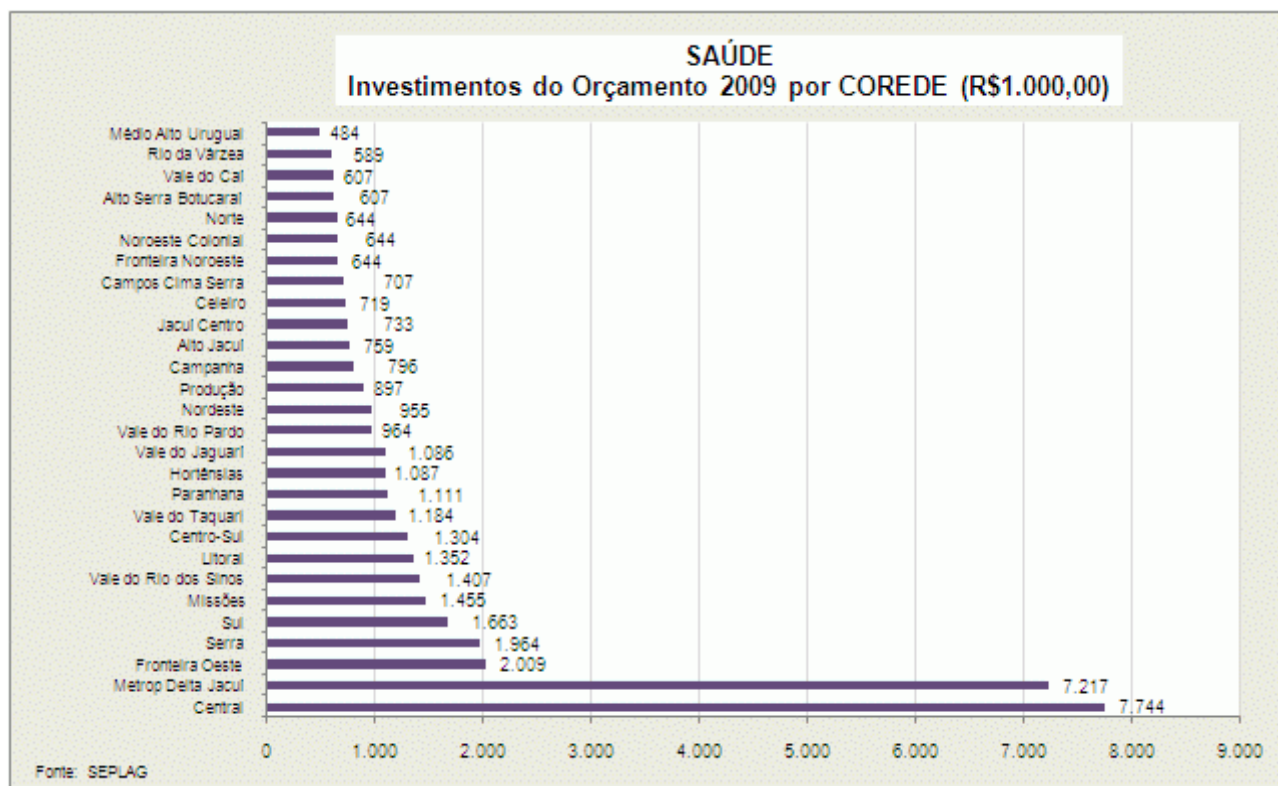
\* com vinculadas: METROPLAN, DAER, SPH.SPRG, FAPERGS, FEPAGRO e CIENTEC

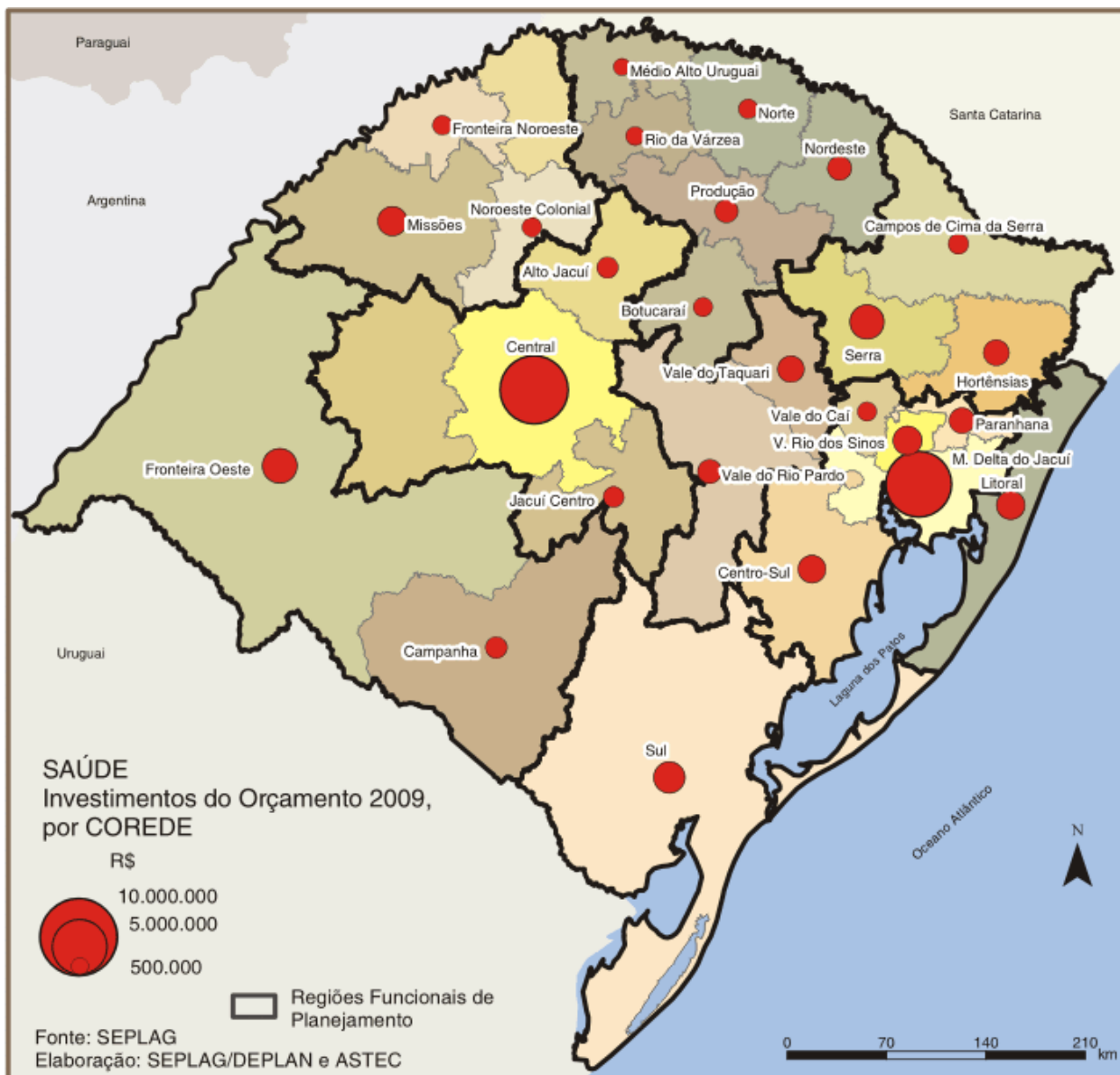


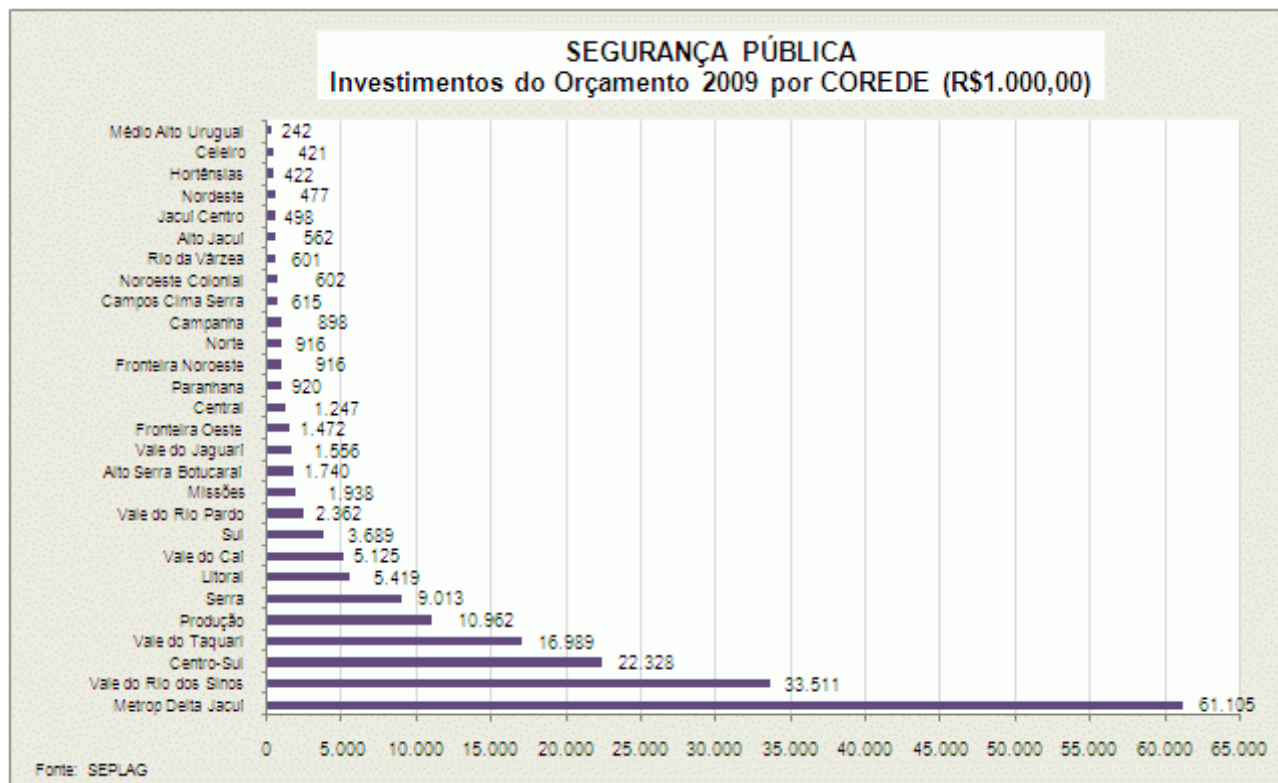




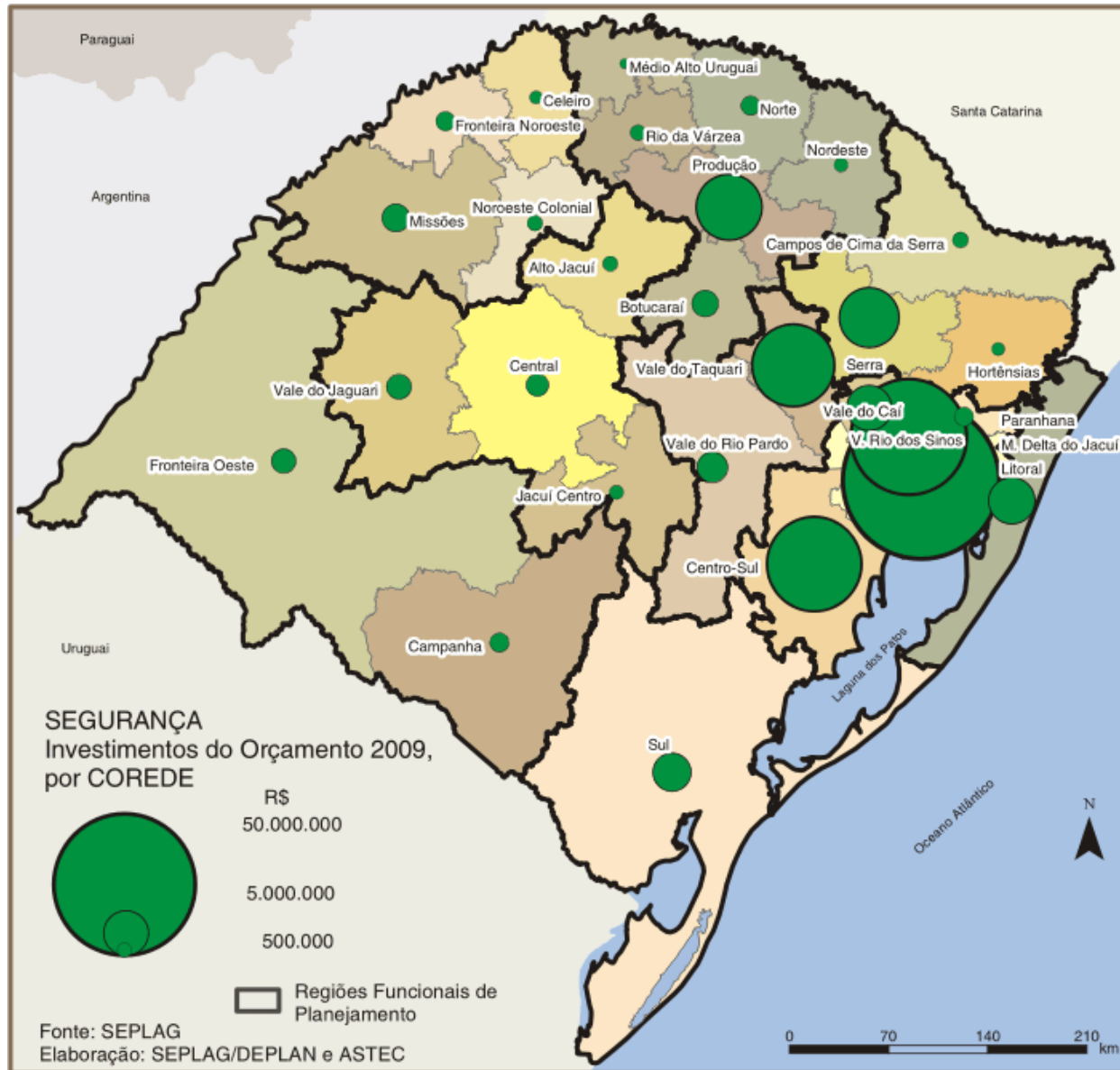


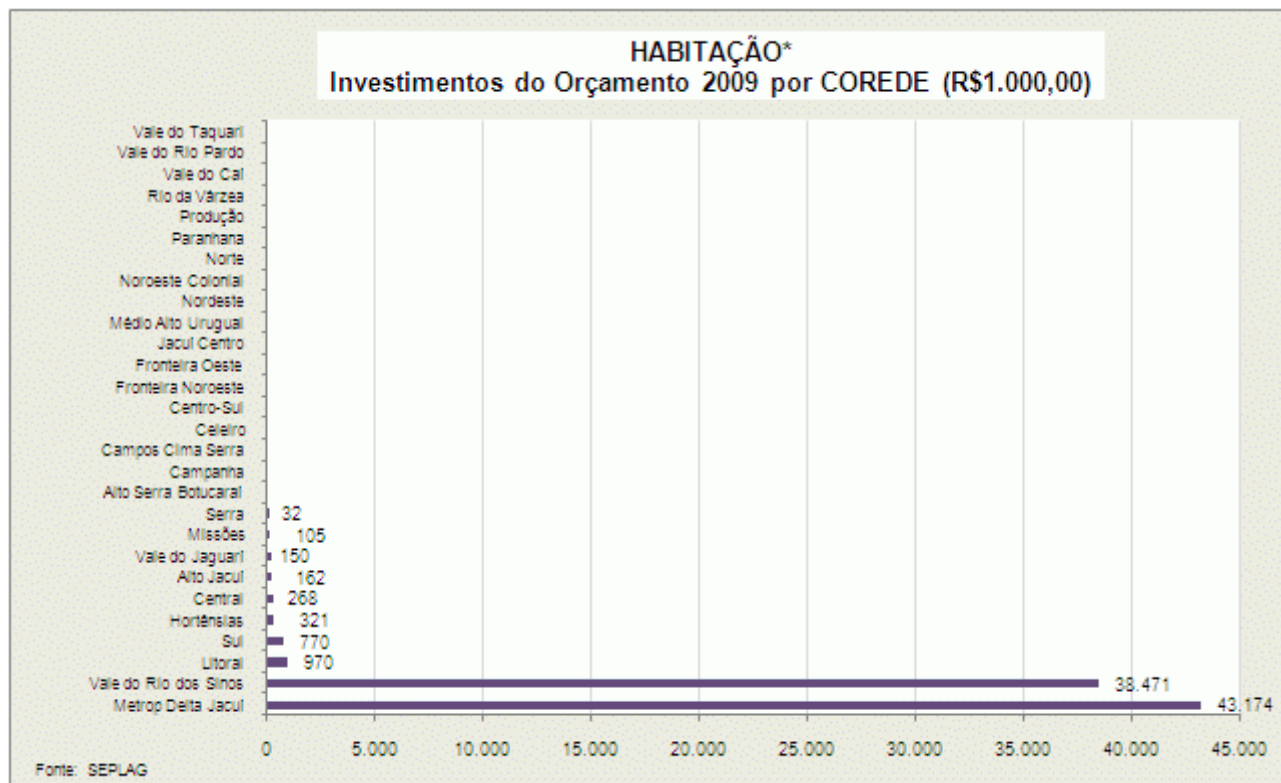


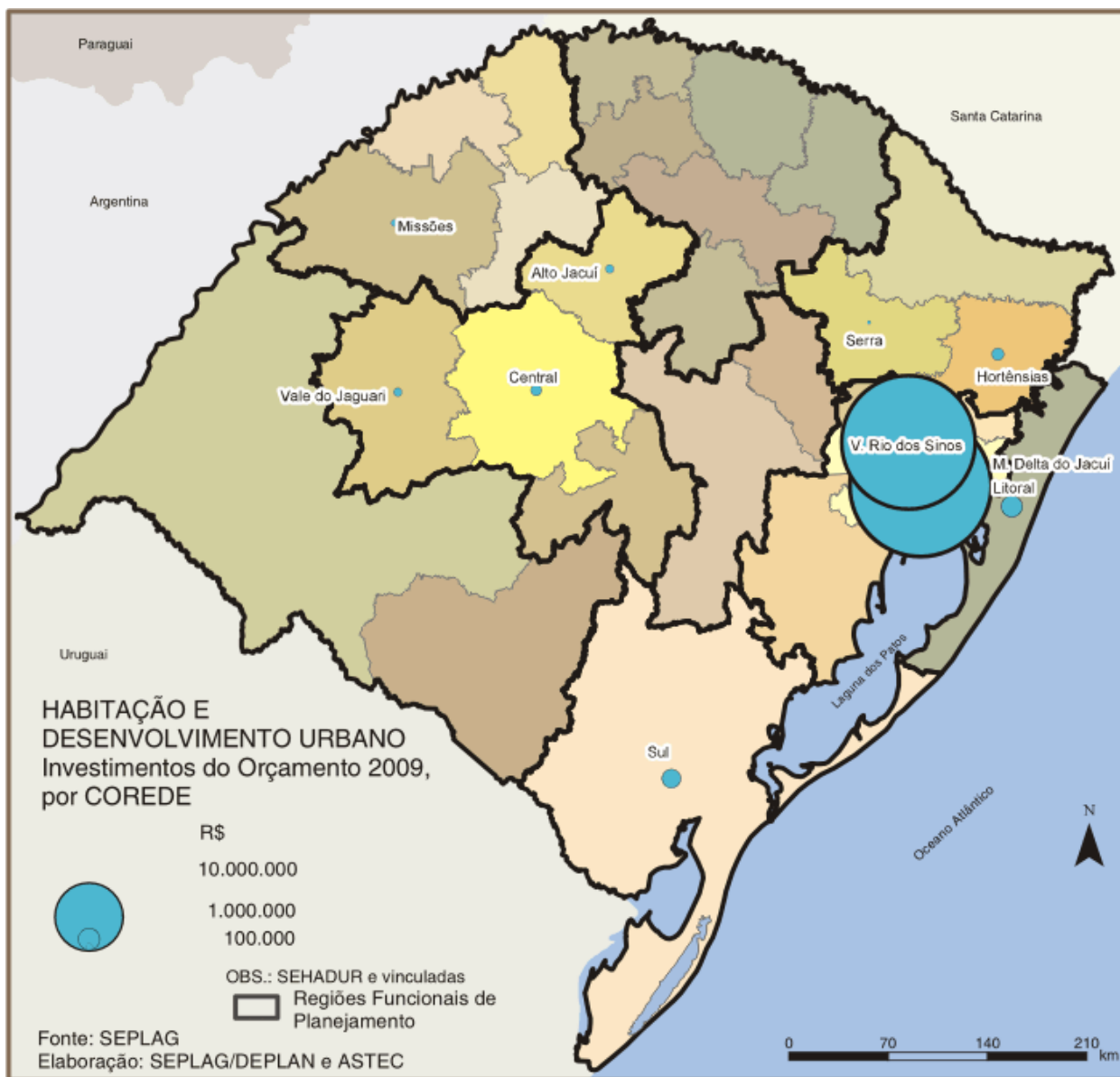


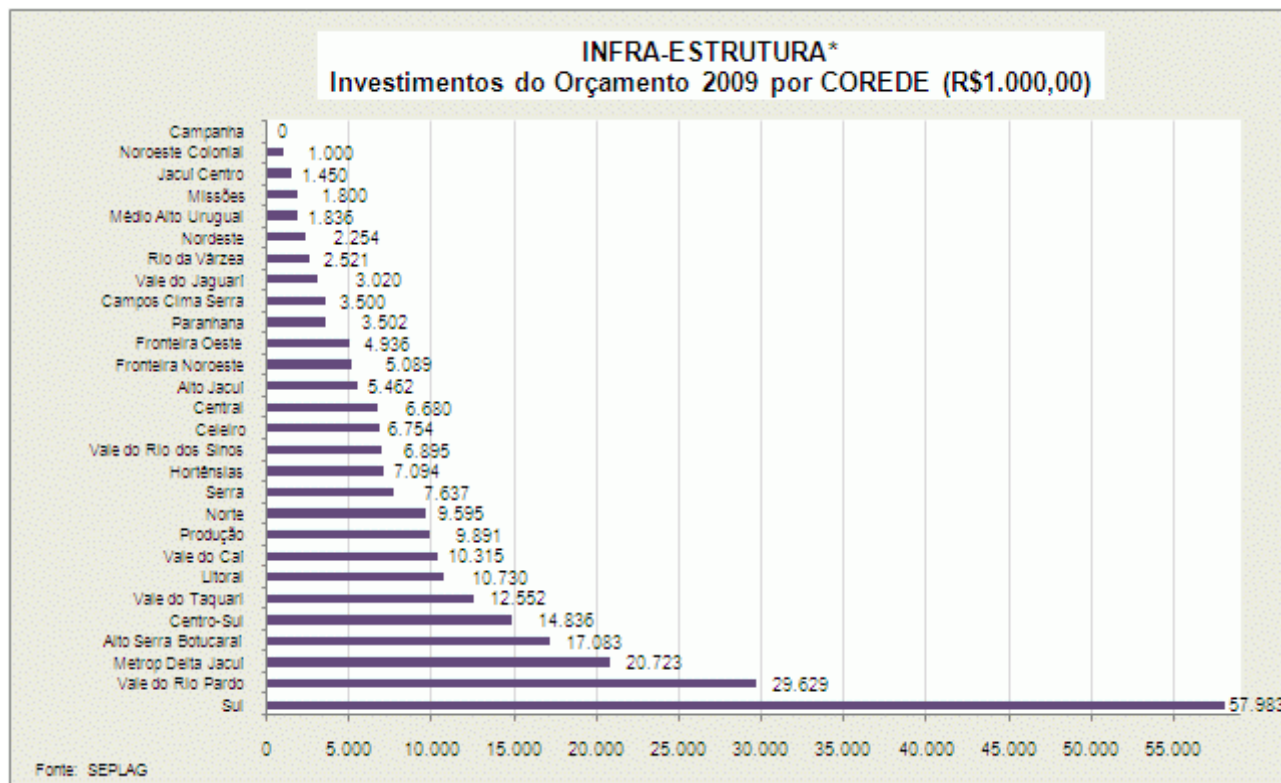


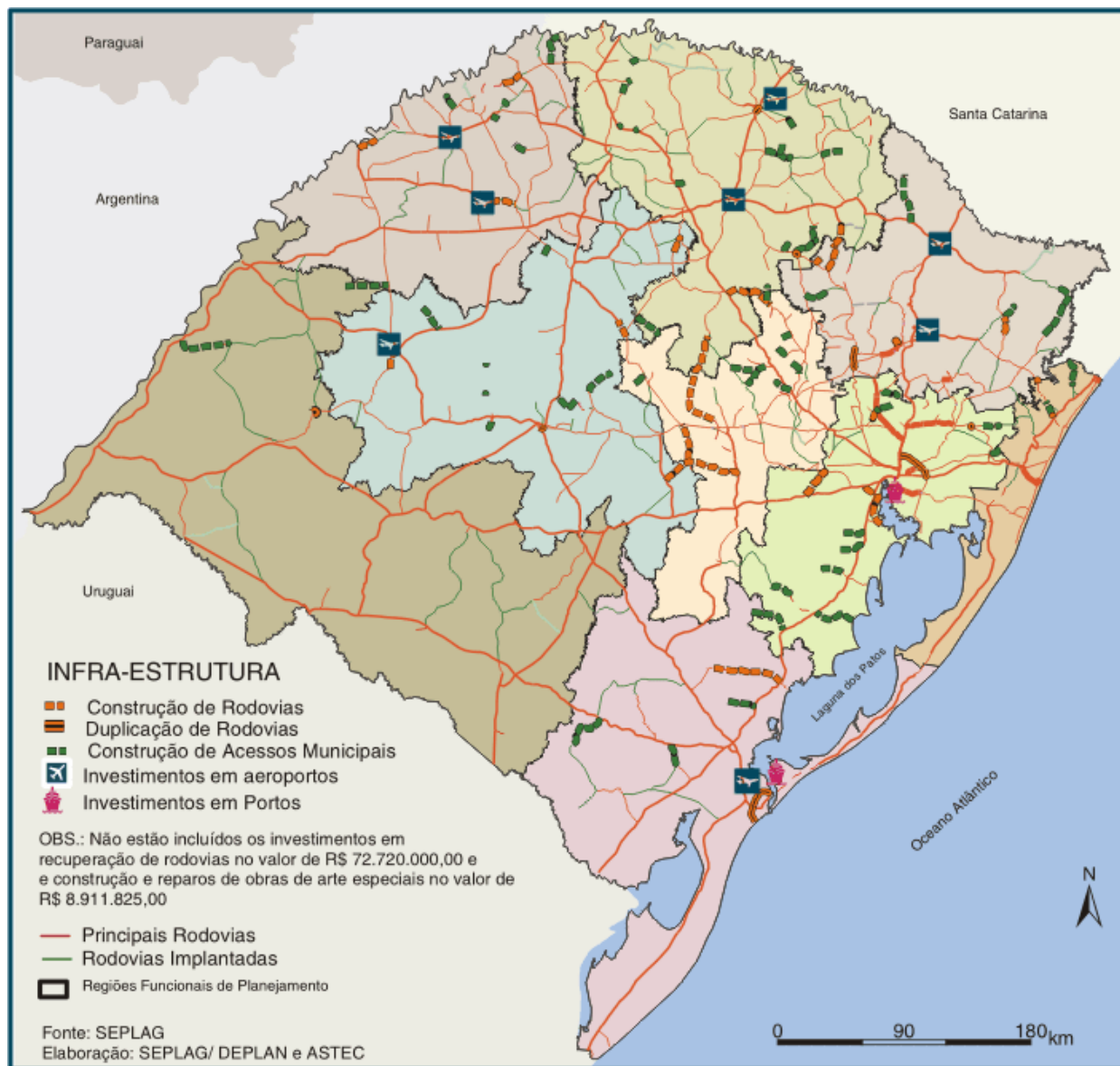


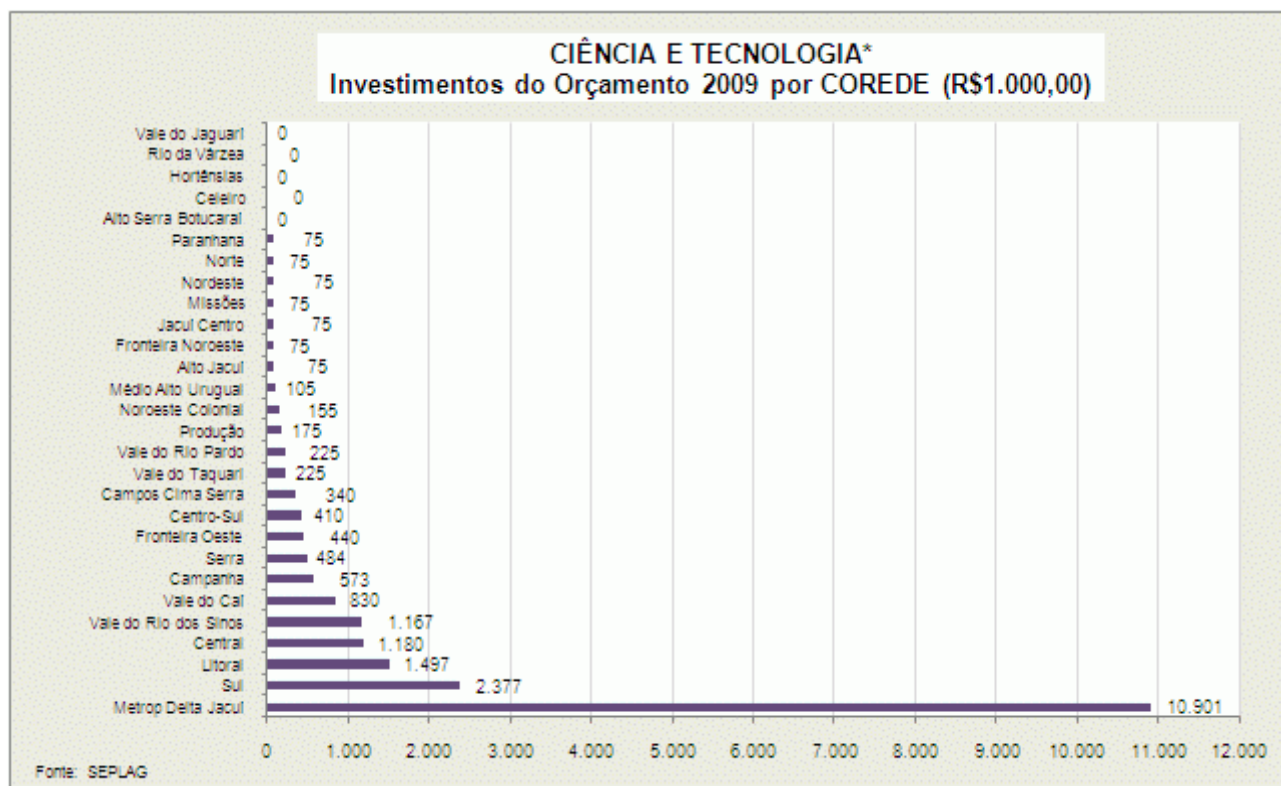


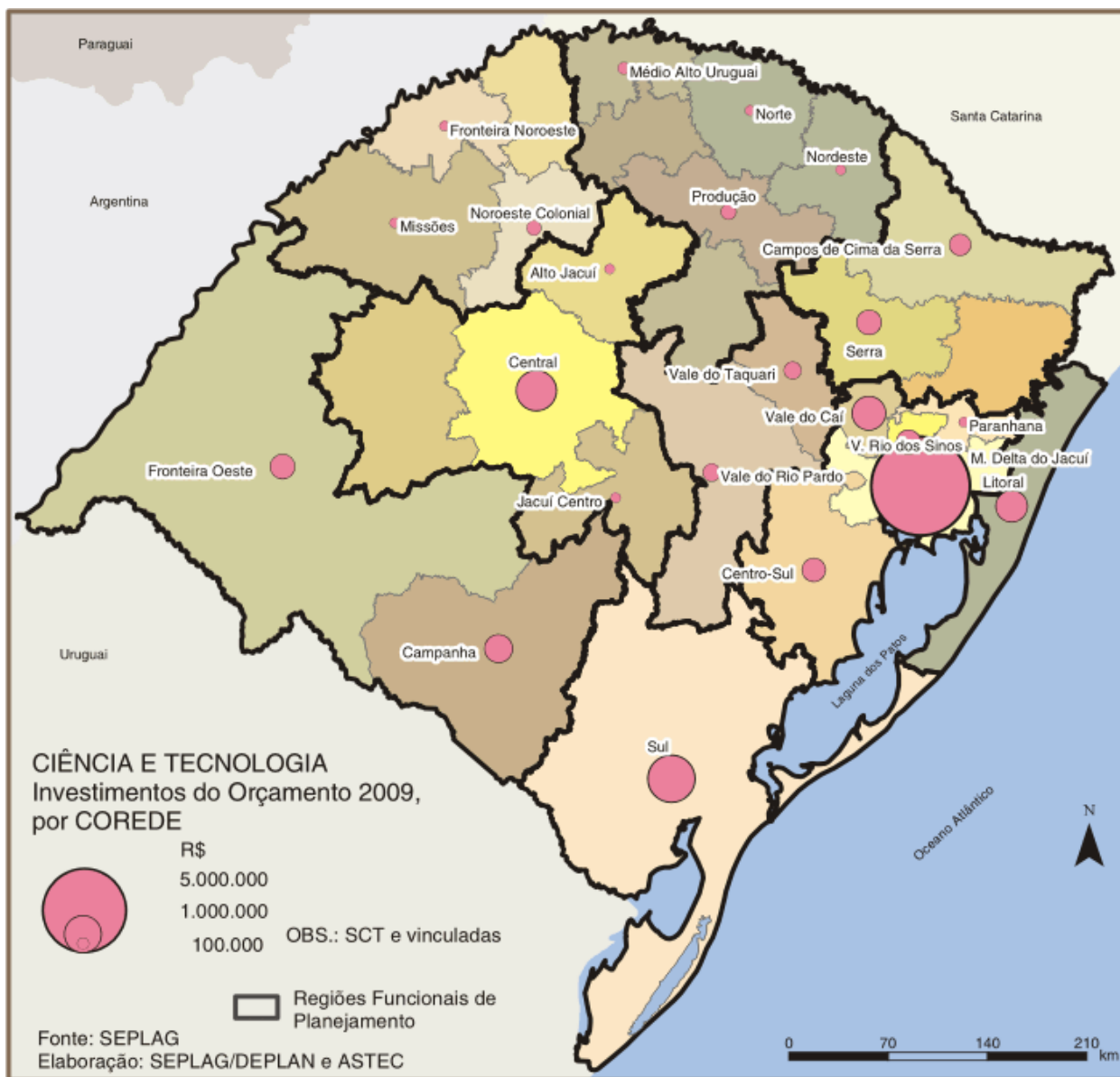


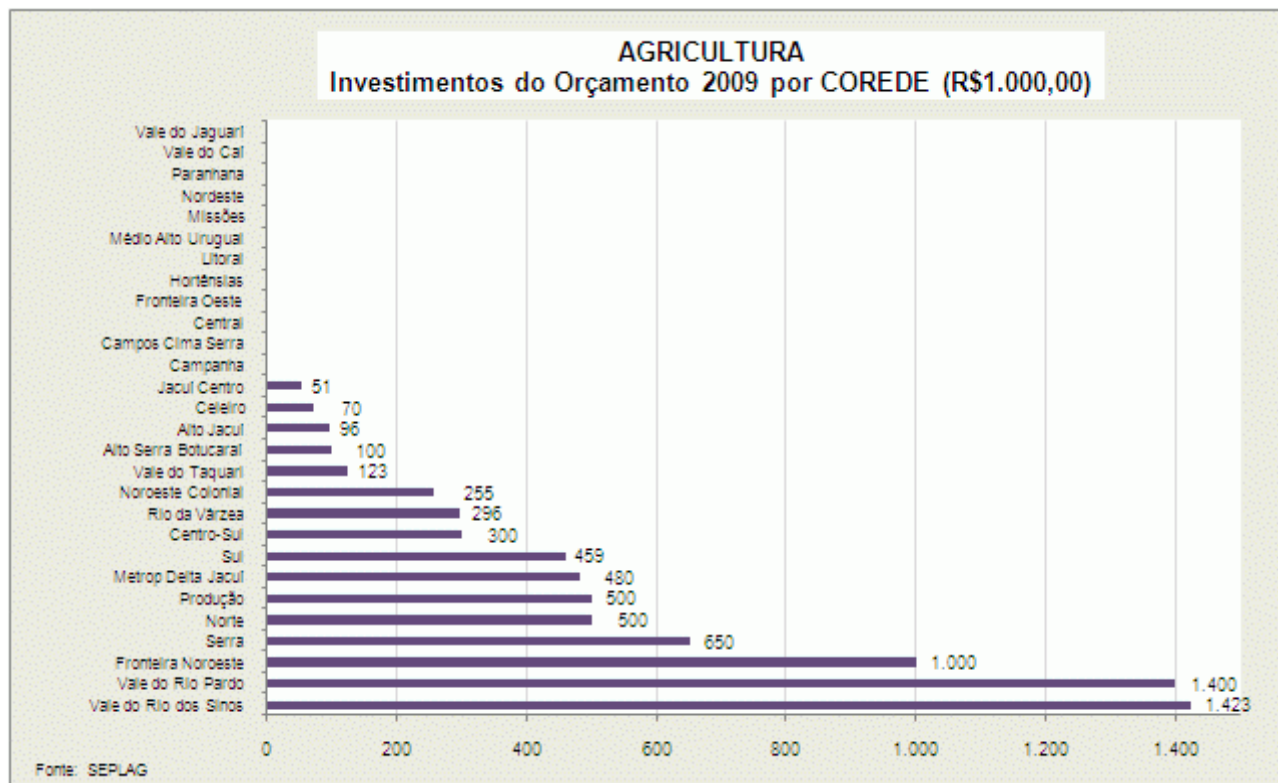




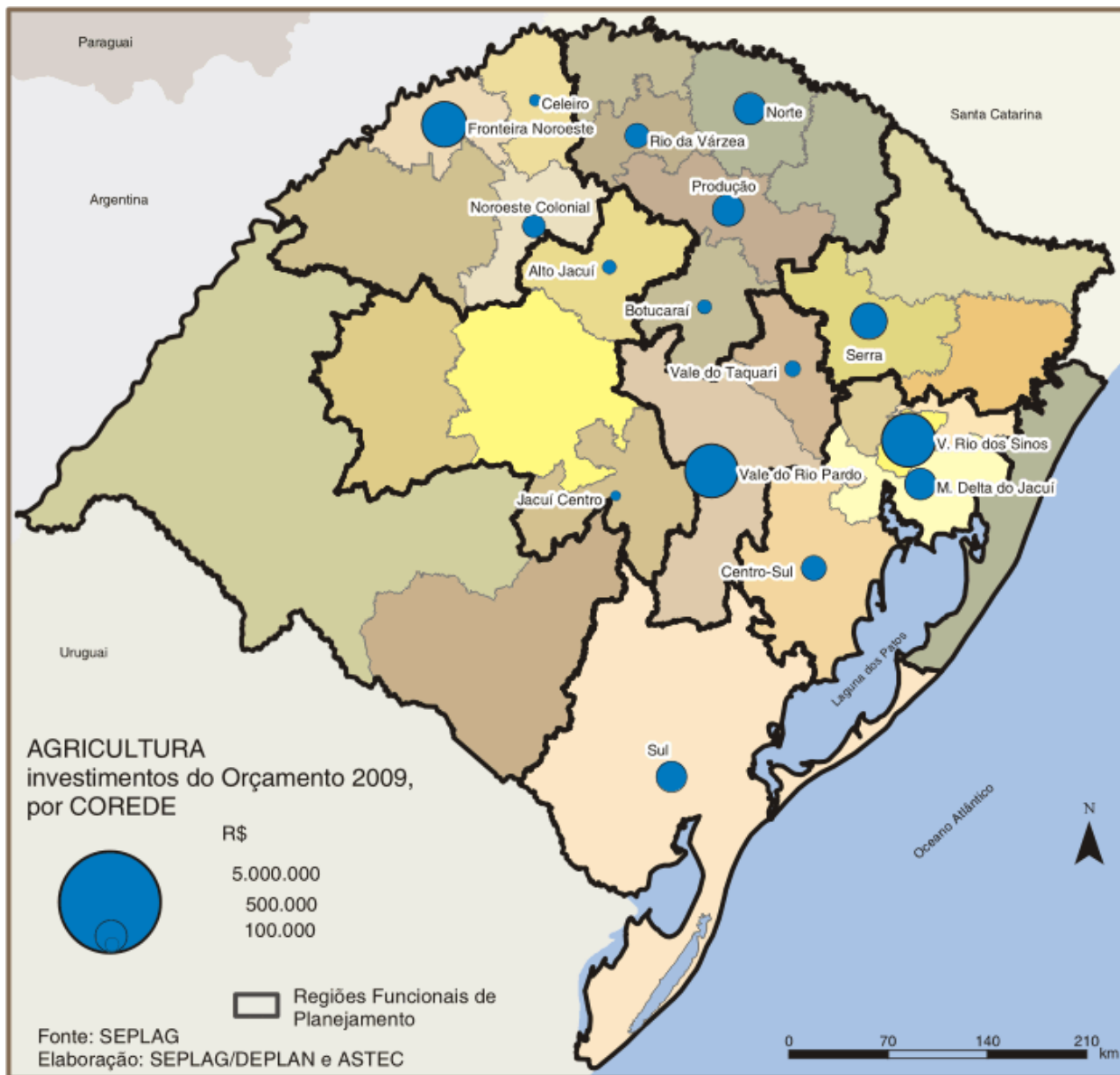


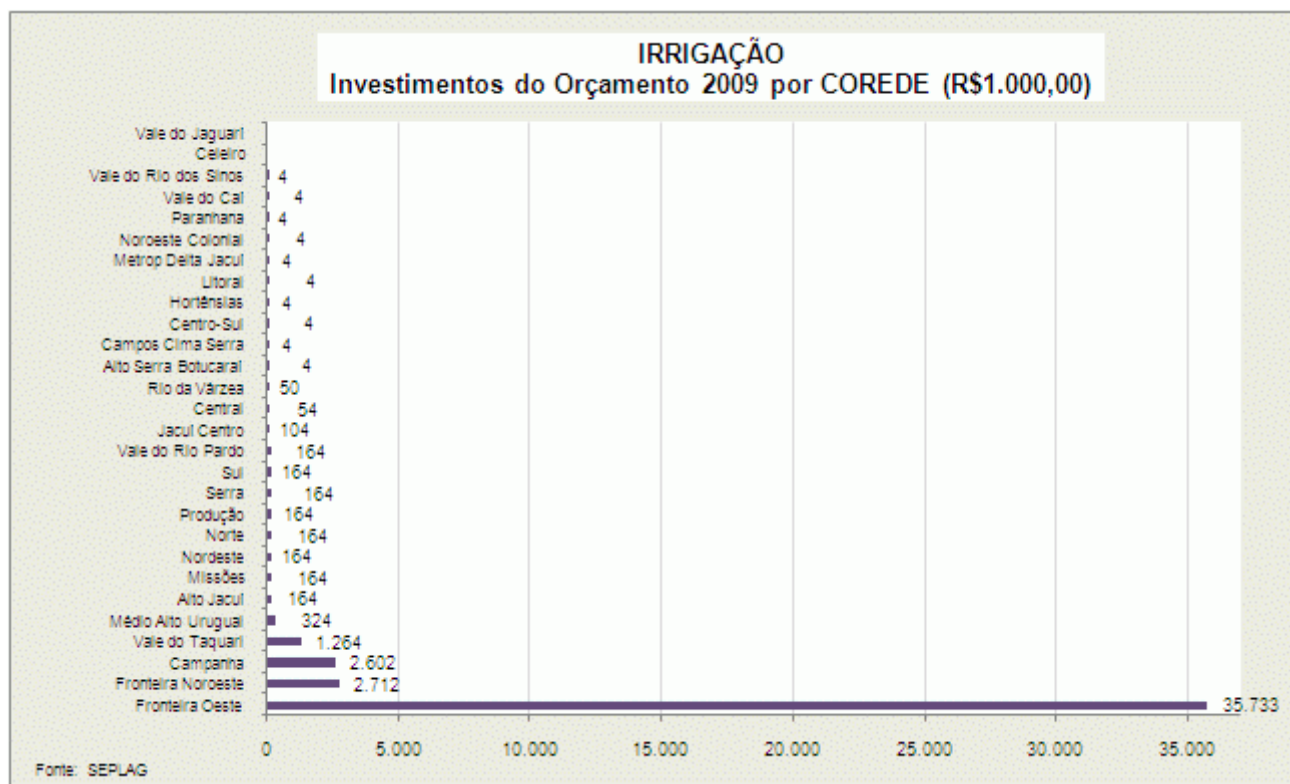


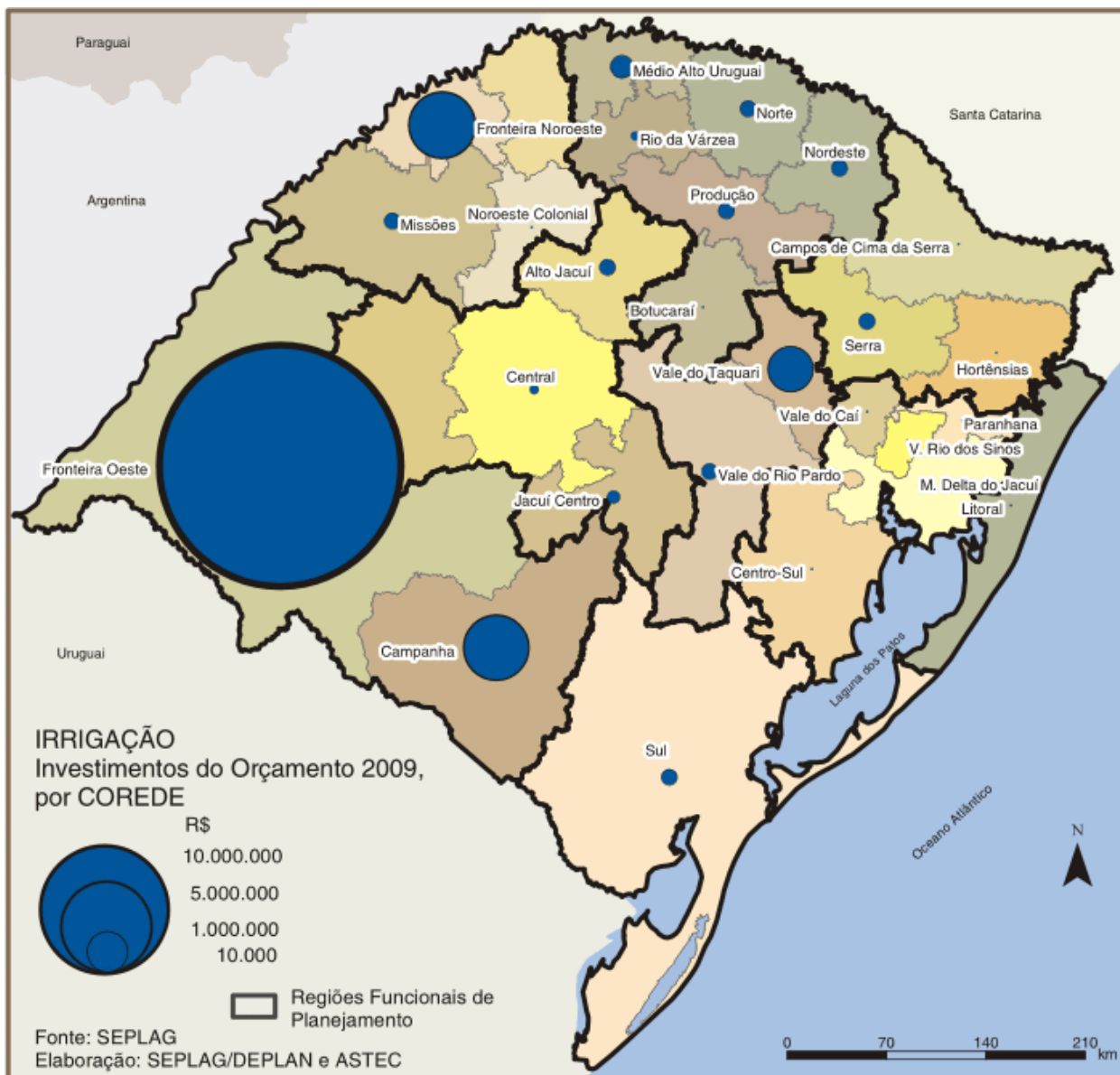








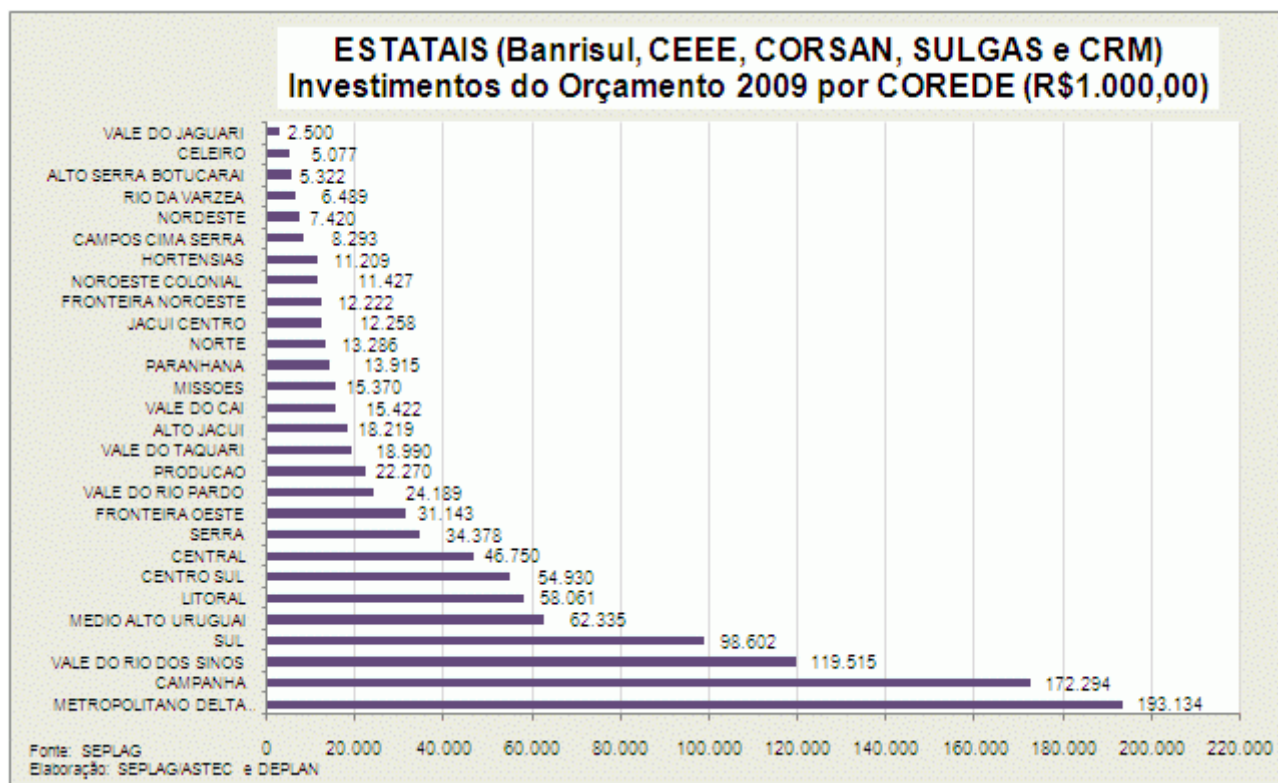


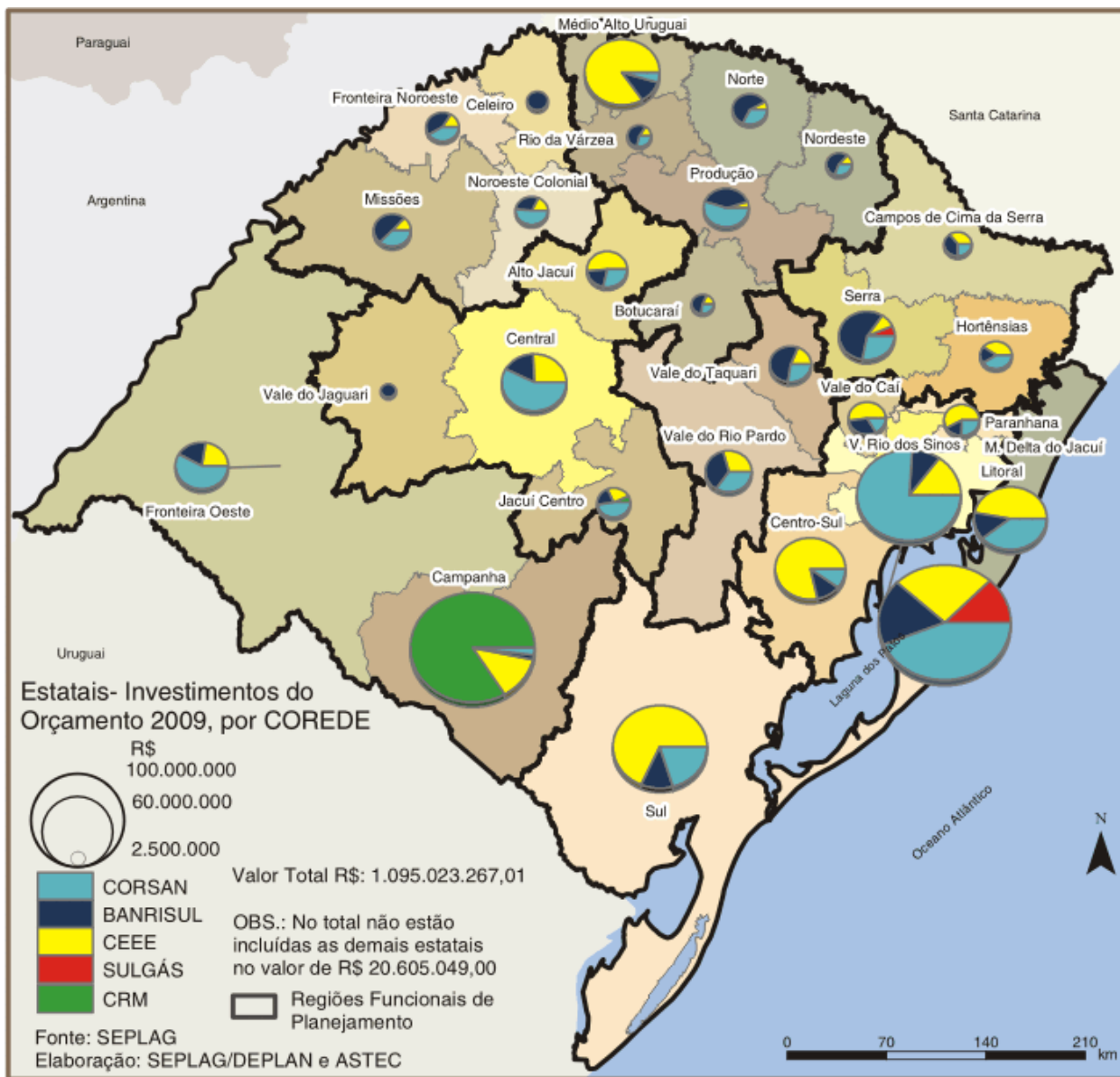


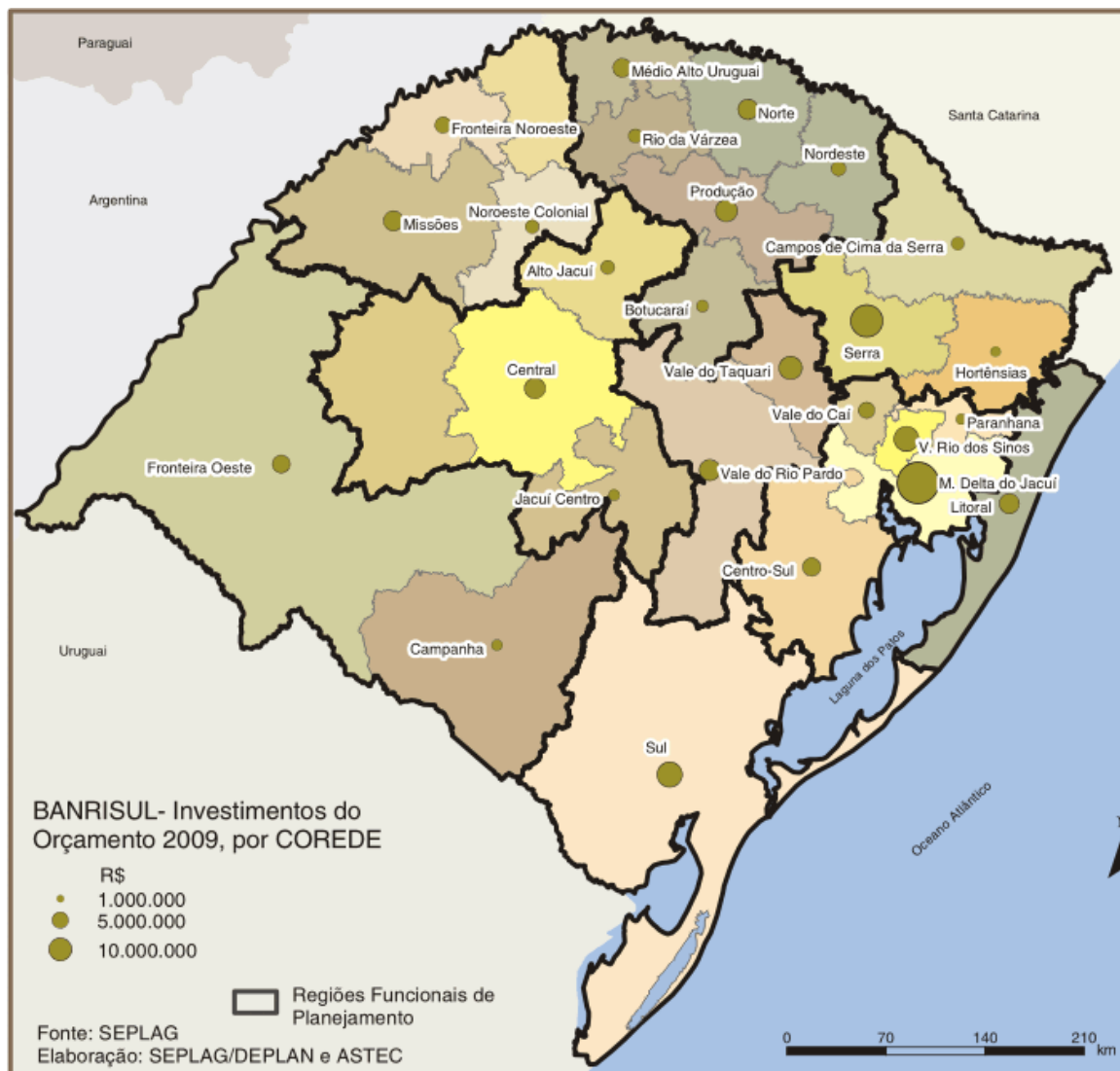
### 8.3. Dos Investimentos das Estatais

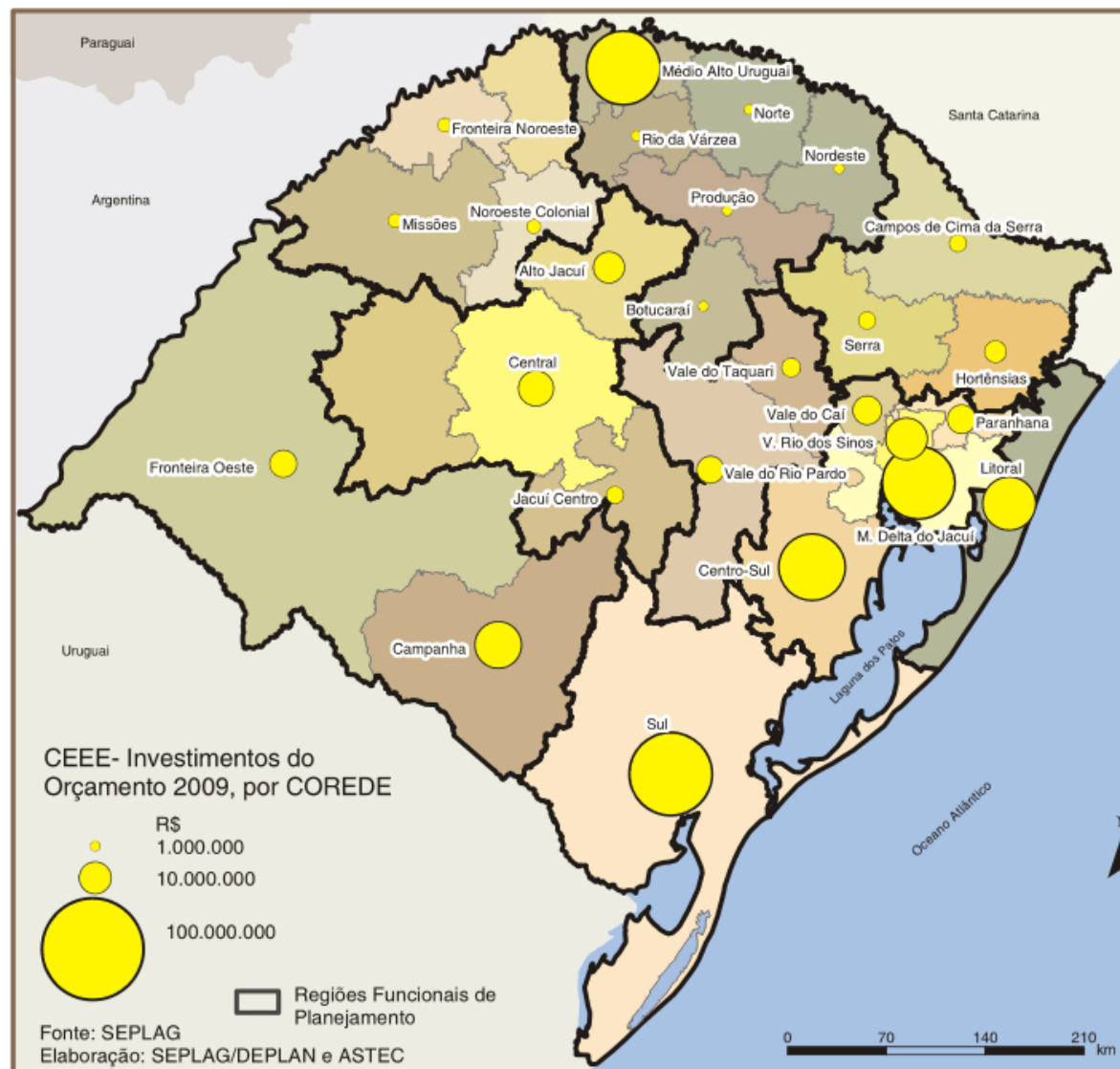
#### Distribuição dos investimentos das Estatais para 2009 por COREDE (R\$)

COREDE	Banrisul	CEEE	SULGAS	CORSAN	CRM	Total por COREDE
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAI	2.857.620,72	1.000.000,00		1.463.990,79		5.321.611,51
ALTO JACUI	3.633.678,55	9.400.000,00		5.185.623,11		18.219.301,66
CAMPANHA	2.371.909,61	21.160.315,84		3.230.983,12	145.531.000,00	172.294.208,57
CAMPOS DE CIMA DA SERRA	3.226.383,18	3.000.000,00		2.067.032,68		8.293.415,86
CELEIRO	5.077.128,86					5.077.128,86
CENTRAL	8.010.661,96	12.000.000,00		26.739.732,65		46.750.394,61
CENTRO SUL	6.327.141,44	42.969.393,76		5.207.072,24	426.200,00	54.929.807,44
FRONTEIRA NOROESTE	5.108.728,40	2.000.000,00		5.113.184,02		12.221.912,42
FRONTEIRA OESTE	6.097.870,65	7.111.720,00		17.933.442,85		31.143.033,50
HORTENSÍAS	1.972.320,83	4.600.000,00		4.636.890,51		11.209.211,34
JACUI CENTRO	2.494.441,70	3.000.000,00		5.883.687,51	880.000,00	12.258.129,21
LITORAL	7.463.481,94	27.498.215,84		23.098.951,52		58.060.649,30
MEDIO ALTO URUGUAI	6.620.384,50	53.000.000,00		2.714.402,85		62.334.787,35
METROPOLITANO DELTA DO JACUI	32.598.060,25	51.457.244,80	23.381.000,00	85.698.180,67		193.134.485,72
MISSOES	7.561.360,62	2.000.000,00		5.808.377,71		15.369.738,33
NORDESTE	4.115.536,37	1.000.000,00		2.304.926,73		7.420.463,10
NOROESTE COLONIAL	3.572.025,90	2.000.000,00		5.855.200,90		11.427.226,80
NORTE	7.927.816,21	1.000.000,00		4.358.334,93		13.286.151,14
PARANHANA-ENCOSTA SERRA	2.338.383,43	8.000.000,00		3.576.615,66		13.914.999,09
PRODUCAO	9.084.760,34	1.000.000,00		12.185.682,85		22.270.443,19
RIO DA VARZEA	3.672.211,46	1.000.000,00		1.817.183,88		6.489.395,34
SERRA	19.644.203,05	3.000.000,00	2.092.000,00	9.641.699,40		34.377.902,45
SUL	11.972.827,15	66.836.872,80		19.791.965,19		98.601.665,14
VALE DO CAI	4.965.383,44	8.000.000,00		2.457.057,46		15.422.440,90
VALE DO JAGUARI	2.500.418,13					2.500.418,13
VALE DO RIO DOS SINOS	11.526.618,65	17.000.000,00		90.987.963,41		119.514.582,06
VALE DO RIO PARDO	8.687.491,18	7.068.008,96		8.433.870,92		24.189.371,06
VALE DO TAQUARI	10.268.899,50	3.555.860,00		5.165.633,43		18.990.392,93
<b>Total</b>	<b>201.697.748,02</b>	<b>359.657.632,00</b>	<b>25.473.000,00</b>	<b>361.357.686,99</b>	<b>146.837.200,00</b>	<b>1.095.023.267,01</b>
<i>Nota: No total não estão incluídas as demais estatais no valor de R\$20.605.049,00.</i>						

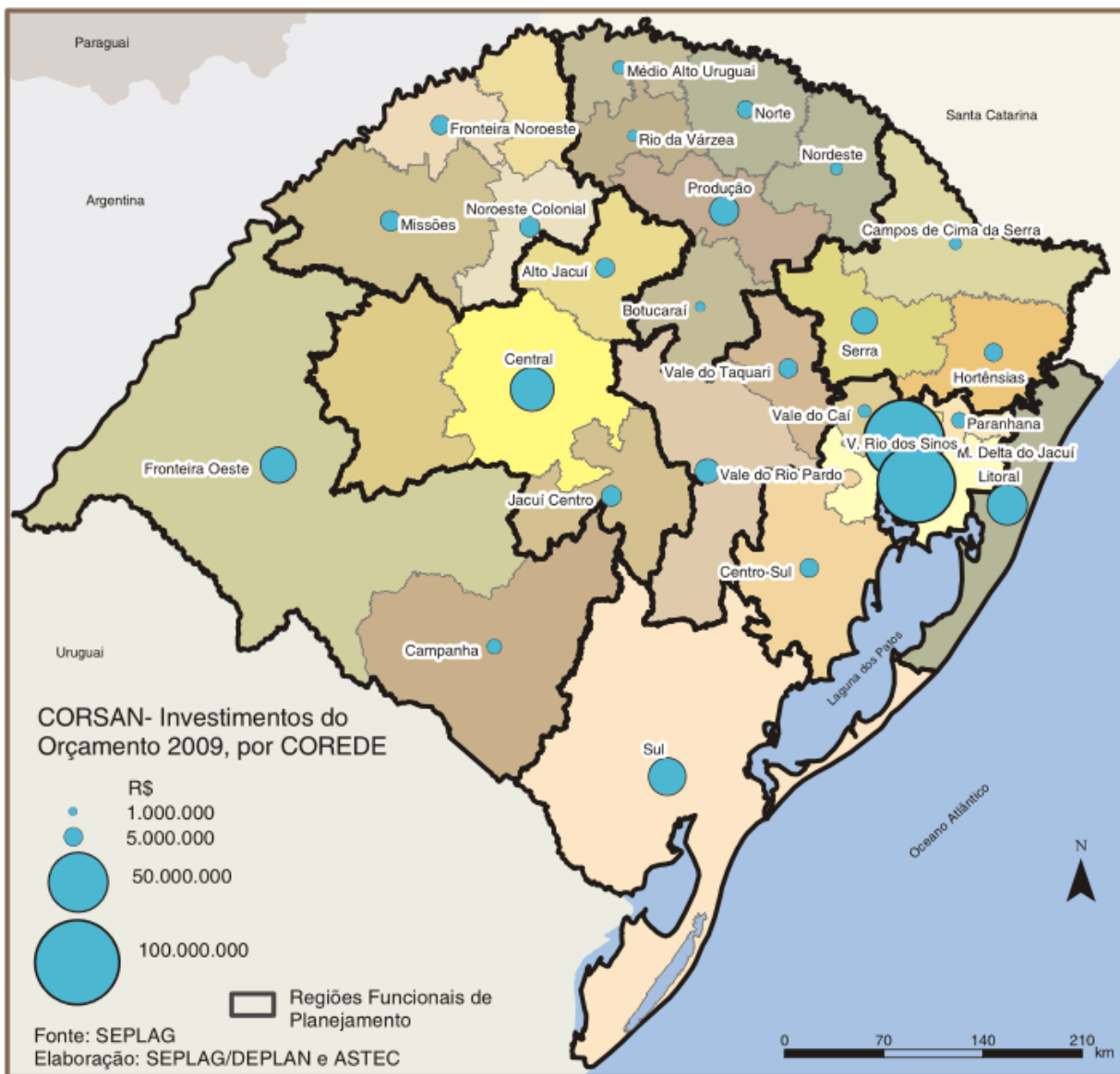












#### 8.4. Dos Investimentos da Consulta Popular

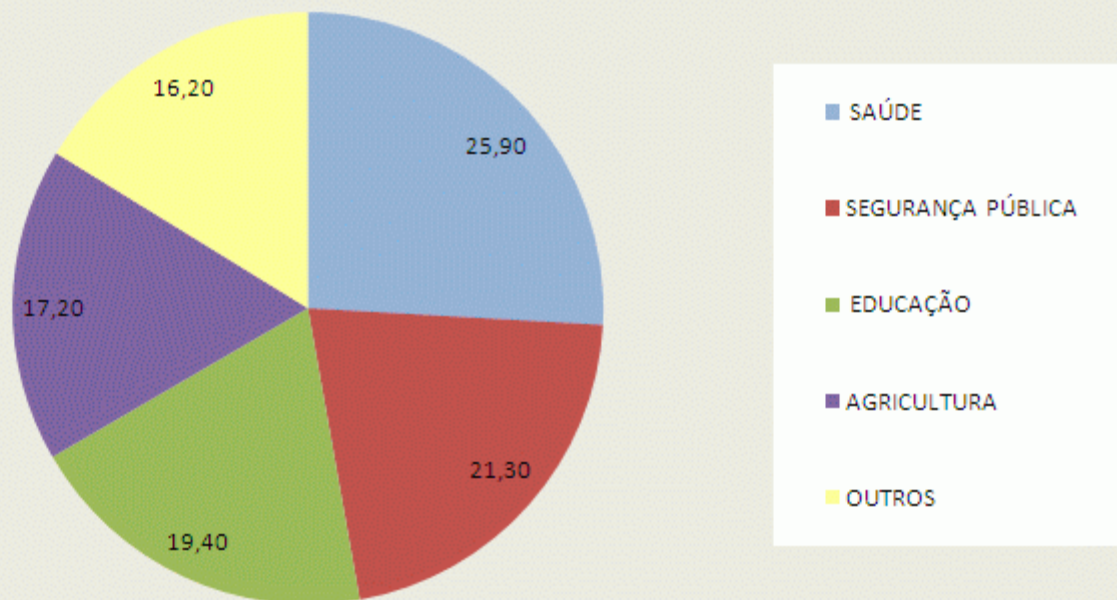
#### Distribuição dos Recursos da Consulta Popular por COREDE's e Órgãos para 2009 – R\$ 1.000,00

COREDE	SES	SSP	SE	SEAPA	SEHADUR	SJDS	SCT	SETUR	SEDAI	FAPERGS (SCT)	METROPLA N (SEHADUR)	DAER (SEINFRA)	FUNDERGS (SETUR)	TOTAL POR COREDE
Alto da Serra do Botucaraí	285,00	150,00	170,00	340,00										945,00
Alto Jacuí	159,00	155,00	105,00	176,00	162,00	6,00							59,00	822,00
Campanha	402,00	522,00	268,00											1.192,00
Campos de Cima da Serra	100,00	240,00	105,00				200,00							645,00
Celeiro	422,00		477,00	228,00										1.127,00
Central		660,00		900,00	268,00									1.828,00
Centro Sul	697,00	128,00	320,00	300,00					100,00					1.545,00
Fronteira Noroeste	360,00	450,00		300,00		19,00								1.129,00
Fronteira Oeste	565,00	920,00	980,00											2.465,00
Hortênsias	640,00				321,00									961,00
Jacuí Centro	212,00	212,00	160,00	427,00				50,00						1.061,00
Litoral	708,00	285,00		200,00	200,00	160,00						100,00		1.652,00
Médio Alto Uruguai	200,00		80,00	830,00					88,00					1.198,00
Metropolitano Delta do Jacuí		741,00	3.702,00	767,00	740,00	1.476,00								7.426,00
Missões	651,00	240,00	300,00		105,00									1.295,00
Nordeste	867,00	55,00												922,00
Noroeste Colonial	135,00	136,00	142,00	260,00			80,00		24,00	60,00				837,00
Norte	438,00	450,00		500,00										1.388,00
Paranhana-Encosta da Serra	344,00	454,00	490,00	95,00				100,00						1.483,00
Produção	93,00			500,00			100,00	200,00	100,00	100,00	550,00			1.643,00
Rio da Várzea	225,00	180,00	172,00	411,00										987,00
Serra	2.039,00	690,00												2.729,00
Sul	839,00	817,00	750,00	846,00		147,00	180,00	346,00	146,00	260,00				4.331,00
Vale do Caí							800,00	317,00						1.117,00
Vale do Jaguarí	479,00	180,00	110,00		150,00									919,00
Vale do Rio dos Sinos	1.701,00	1.350,00	1.000,00		103,00									4.154,00
Vale do Rio Pardo		1.266,00		1.400,00										2.666,00
Vale do Taquari	380,00	380,00	390,00	123,00			120,00			140,00				1.533,00
<b>Total por Órgão</b>	<b>12.941,00</b>	<b>10.660,00</b>	<b>9.721,00</b>	<b>8.602,00</b>	<b>2.049,00</b>	<b>1.807,00</b>	<b>1.480,00</b>	<b>1.012,00</b>	<b>458,00</b>	<b>560,00</b>	<b>550,00</b>	<b>100,00</b>	<b>59,00</b>	<b>50.000,00</b>
<b>% sobre valor total</b>	<b>0,26</b>	<b>0,21</b>	<b>0,19</b>	<b>0,17</b>	<b>0,04</b>	<b>0,04</b>	<b>0,03</b>	<b>0,02</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>	<b>0,01</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1,00</b>





Recursos da Consulta Popular 2008 - exercício 2009 (%)



Fonte: SEPLAG e SRI  
Elaboração: SEPLAG/ASTEC e DEPLAN



